

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Curso de Mestrado em Sociologia

Joyce Gesuilo Gonçalves

A CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA:
Conteúdo e contexto da investigação sobre capital social na Pesquisa da Região
Metropolitana de Belo Horizonte

Belo Horizonte
2013

Joyce Gesuilo Gonçalves

A CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA:

**Conteúdo e contexto da investigação sobre capital social na Pesquisa da Região
Metropolitana de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Salej Higgins

Belo Horizonte

2013



Departamento de Sociologia
e Antropologia - UFMG

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE

JOYCE GESUILO GONÇALVES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril de 2013 (dois mil e treze) reuniu-se a banca examinadora da dissertação de mestrado, intitulada "**A construção científica: conteúdo e contexto da investigação sobre capital social na pesquisa da região metropolitana de Belo Horizonte**". A banca foi composta pelos professores doutores **Silvio Segundo Salej Higgins** (Orientador - SOA-UFMG), **Yurij Castelfranchi** (SOA-UFMG) e **Bruno Pinheiro Wanderley Reis** (DCP-UFMG). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (X)

Aprovação com recomendações ()

Reprovação ()

da dissertação.

Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2013.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Silvio Segundo Salej Higgins


Prof. Dr. Yurij Castelfranchi


Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

*Ao Senhor Deus, meu Mestre Amigo,
com imensa gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de pesquisa. À Pró-reitoria de Graduação da UFMG, pela complementação de bolsa por meio do Programa Reuni, o qual me concedeu uma oportunidade ímpar de aprendizado docente e humano. Ao professor Silvio Salej pela orientação, providencial para este trabalho.

À Neuma Aguiar e todos os demais colaboradores agradeço pela iniciativa de construção do BHSurvey. Agradeço à Neuma também pela contribuição direta para minha pesquisa. Aos professores Antônio Augusto e Solange Simões pela colaboração imprescindível com esta dissertação e pelo aprendizado proporcionado por suas aulas. À Fátima Anastasia, Felipe Nunes, Maria Aparecida Pereira, Otávio Dulci e Valéria Cristina de Oliveira pela colaboração direta e atenciosa com este trabalho.

À minha família, de modo especial meus pais Terezinha e Antenor, por serem a base de minha construção e conseqüentemente da construção deste trabalho. A minha irmã Julia, com todo amor, agradeço pelo grande carinho e cumplicidade, sobretudo na reta final do mestrado. A meu irmão Jorge, pelo exemplo que sempre foi e é para mim e pela ajuda na finalização deste trabalho.

À minha amiga Vivian, com todo afeto, agradeço por me fazer reconhecer algo de diferente no trabalho sociológico, especialmente com o enfoque que adotei para esta dissertação, ao me lembrar de que estamos dedicados ao pensamento enquanto grande parte do mundo concentra-se apenas em ‘fazê-lo girar’.

Aos meus amigos Karla e Leandro, grande gratidão por tudo que são. Pelas vezes que escutaram minhas reclamações e angústias e as minhas “grandes ideias”, por me darem ideias, por me motivarem sempre, por lerem atentamente as versões do texto, por tudo e tanto, que não há palavras pra dizer. Mas, principalmente, sou grata por partilharem comigo o grande sentido de todo esse processo.

Às amigas cientistas e motivadas, Tábata e Rejane, pelos poucos, porém inesquecíveis, momentos de descontração e pela força e garra de sempre. À Tábata, de modo especial, agradeço pela dedicação em me ajudar, mesmo vivendo as mesmas ansiedades e prazos apertados, e por me ensinar silenciosamente tanto sobre a coragem.

Aos amigos da Comunidade Católica Shalom BH pelas orações desde a definição do projeto. De modo especial à Patrícia Gontijo e Jaqueline por me acompanharem e encorajarem para a conclusão deste trabalho. À Jéssica Ribeiro pela amizade incomparável,

pela companhia nos períodos mais longos de escrita e por me ajudar a amar meu trabalho. Às amigas do Shalom Rio, Cíntia e Lilian, pelo apoio direto na viabilização das entrevistas.

Aos meus alunos no Ciclo Introdutório em Ciências Humanas (CICH), por tornarem mais viva em mim a inspiração do que é o ofício do sociólogo e me motivarem a repensar diversos conceitos e práticas. Aos alunos do primeiro período de Comunicação Social 2011/1, da turma de Modernidade e Mudança Social das manhãs de sexta-feira de 2011/2, aos alunos de Fonoaudiologia, Turismo e Engenharias das manhãs de sexta-feira de 2012/1 e da turma de Modernidade e Mudança Social de segunda e quarta com o professor Alexandre Cardoso. Em especial aos alunos de Engenharia Elétrica por me ajudarem a entender as “caixas-pretas”, os cito nominalmente no desejo de através deles citar a cada um dos mais de cento e cinquenta alunos que tive durante os quatro semestres: Ana Carolina de Almeida, Gabriel Almeida, Marcelo Augusto Sousa, Newton José Arruda, Paula Alves e Thales Rodrigues.

Aos professores do curso de mestrado e tutores das aulas no CICH. Aos colegas de orientação, especialmente à Marisa pela compreensão de minha proposta de trabalho. Aos meus colegas de turma pela simplicidade e transparência, por compartilharem um olhar crítico às situações acadêmicas. Certamente todos me ajudaram muito a levar a cabo este mestrado e a desejar trazer ao campo da problematização o fazer sociológico.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a investigação sobre o capital social empreendida no âmbito da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (BHSurvey), desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais entre os anos de 2001 e 2008. Seu objetivo central foi a análise do processo de construção dessa investigação, a partir dos conteúdos produzidos e do contexto de construção. Para tanto, realizamos o resgate histórico do ambiente das Ciências Sociais no período que antecede o surgimento do Survey e das questões institucionais que envolveram sua criação. Avançamos na discussão dos procedimentos adotados durante a execução da Pesquisa, dando ênfase ao contexto de construção das questões sobre capital social, presentes no questionário final de cada edição do Survey. As análises realizadas discutem a correspondência entre os dados produzidos e as pretensões teóricas do estudo, ou seja, a validade dos dados, e as contribuições da análise de contexto e conteúdo para as discussões sobre o estudo do capital social. Como considerações finais, apresentamos as fragilidades na mensuração do capital social, de acordo com a abordagem coletivista adotada na Pesquisa, devido ao método de produção de dados utilizado. Discutimos também a importância do contexto do BHSurvey, enquanto uma iniciativa de aprimoramento e revitalização metodológica, como chave para o entendimento das escolhas adotadas durante a Pesquisa. Ao final, o trabalho contribui proporcionando uma fonte de informação sistematizada sobre a construção do estudo de capital social e aponta para as significações alcançadas apenas quando nos dedicamos a ver a ciência enquanto construção e não apenas a partir de seus resultados.

Palavras-chave: BHSurvey, capital social, construção científica

ABSTRACT

This work studies social capital researches regarding the Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (BHSurvey), developed at Universidade Federal de Minas Gerais between 2001 and 2008. Its main goal was analyzing the development of this UFMG investigation, from the created contents and construction process. To achieve that, we studied the Social Sciences historical environment during the time preceding the Survey and the institutional questions involved in its creation. We delve further into the discussion about the procedures adopted by BHSurvey, focusing questions about social capital, which were included in the final survey of each research instalment. Analyses discuss data produced in relation to the theoretical aims of the study, i.e., data validity and contributions of context and content analyses to social capital discussion. Last, we present the weak point in measuring social capital, according to BHSurvey approach, given the data production used. We discuss also the importance of BHSurvey as a methodological revitalization and keystone to understanding the researches choices. This paper ends being an information source about the social capital, and points to the meanings achieved when we focus on science's construction, rather than its data.

Key-words: BHSurvey, social capital, scientific construction

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Participação em reuniões com vizinhos para tratar de problemas do bairro nos últimos doze meses – RMBH – 2002.....	58
TABELA 2 Definição de vizinhança – RMBH – 2002.....	60
TABELA 3 Relação com o bairro – RMBH – 2002.....	62
TABELA 4 Presença de amigos na vizinhança ou região próxima – RMBH – 2002.....	64
TABELA 5 Frequência com que conversa com os amigos da vizinhança – RMBH – 2002	65
TABELA 6 Frequência com que os vizinhos fazem favores uns aos outros – RMBH – 2002.....	67
TABELA 7 Frequência de favores com vizinhos de acordo com a presença de amigos na vizinhança ou região próxima – RMBH – 2002.....	67
TABELA 8 Nível de concordância com a afirmativa: “Pode-se confiar nas pessoas que moram neste bairro/vila” – RMBH – 2002.....	70
TABELA 9 Nível de concordância com a afirmativa: “Pode-se confiar nas pessoas que moram neste bairro” – RMBH – 2005.....	70
TABELA 10 Nível de concordância com a afirmativa: “Os vizinhos neste bairro/vila são pessoas muito prestativas” – RMBH – 2002.....	71
TABELA 11 Percepção do morador sobre a situação de serviços no seu bairro/vila – RMBH – 2002.....	73
TABELA 12 Frequência com que visita ou fala/conversa pessoalmente com os vizinhos – RMBH – 2005.....	75
TABELA 13 Com quem pode contar para determinados tipo de ajuda – RMBH – 2005....	77
TABELA 14 Existência de Associação de bairro ou de moradores – RMBH – 2008.....	79
TABELA 15 Existência de contato da Associação de bairro ou moradores com pessoas influentes na política ou Prefeitura – RMBH – 2008.....	79
TABELA 16 Principal responsável pela solução de problemas do bairro – RMBH – 2005	81
TABELA 17 Relação entre a existência de associação de bairro ou moradores e a percepção sobre o principal responsável pela solução de problemas do bairro – RMBH – 2008.....	82

TABELA 18 Participação em reuniões com representantes da Prefeitura para resolver problemas do bairro/vila nos últimos doze meses – RMBH – 2008.....	83
TABELA 19 Relação entre variáveis de capital social e eficácia coletiva, controlada por laços fracos – RMBH – 2002	86
TABELA 20 Estatísticas descritivas do fator eficácia – RMBH – 2002.....	87

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O BHSURVEY E O CAPITAL SOCIAL.....	20
2.1 O BHSurvey: a pesquisa como objeto de pesquisa.....	20
2.2 O Capital Social: desafios da crítica e reconstrução de um conceito.....	26
2.2.1 <i>O capital social e as Ciências Sociais.....</i>	26
2.2.2 <i>O capital social e o BHSurvey.....</i>	31
3. A HISTÓRIA DO BHSURVEY.....	36
3.1 A formação das tensões em torno do ensino e da metodologia das Ciências Sociais brasileira.....	37
3.2 A formação do BHSurvey.....	44
3.2.1 <i>A construção de um Survey: rede de relações, ensino e política institucional.....</i>	45
4 A FORMATAÇÃO DAS CAIXAS-PRETAS.....	53
4.1 Análise da construção das questões do Survey.....	56
4.1.1 <i>Perfil geral a partir da edição de 2002.....</i>	57
4.1.2 <i>Alterações da edição de 2005.....</i>	74
4.1.3 <i>A edição de 2008 e os laços fracos.....</i>	77
5 A PESQUISA SOB O OLHAR DO CONTEXTO E DO CONTEÚDO.....	85
5.1 A relação entre capital social, laços fracos e eficácia coletiva.....	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
7 POSFÁCIO: sobre o processo de construção desta pesquisa.....	99
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE.....	110

1. INTRODUÇÃO

Dizer que uma casa está “construída” significa simplesmente que ela é o resultado de um trabalho humano e que não esteve ali toda a eternidade, e não que ela não existe, bem ao contrário. (CORCUFF, 1995, p.29)¹

O processo de construção de um estudo tipo survey certamente não tem originado muitos trabalhos no campo da sociologia. Salvo os inúmeros casos em que os estudos se baseiam em dados de survey e, por isso, dedicam um dos seus capítulos à discussão da metodologia utilizada para a produção dos dados. O que poderia, então, fazer surgir o interesse em trocar o vasto campo da produção e análise de dados empíricos pelo campo árido da discussão sobre a construção da própria pesquisa? Esta introdução visa responder a essa questionamento, de modo a introduzir o leitor nas questões que originaram este estudo e apresentar as lentes teóricas que adotamos para realizá-lo.

Na trajetória desta pesquisa, surgiu-nos primeiro o interesse pelo conceito de capital social. Sobre o qual nosso objetivo era discutir as dificuldades envoltas na mensuração de um conceito muito difundido na pesquisa aplicada em ciências sociais, mas ainda frágil teoricamente. Tal objetivo havia surgido a partir de experiências anteriores e foi sendo lapidado ao longo do tempo, como mostrará em detalhes o posfácio deste trabalho. As experiências anteriores nos informavam a necessidade de nos dedicarmos ao conceito e sua operacionalização ao invés de continuarmos recriando formas de mensurá-lo. A proximidade com a Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (BHSurvey)² nos levou a escolhê-la como objeto para este estudo. Essa delimitação resultou do intuito de podermos realizar uma análise pormenorizada dos passos da pesquisa desde a definição conceitual até a análise dos dados produzidos.

A intuição central, para tanto, é que o processo de construção da pesquisa contribui para repensarmos o estudo de um conceito de forma mais eficiente do que se recorrêssemos apenas aos dados e à teoria. Isso porque é no ínterim entre a elaboração do conceito e a entrega da base de dados que se encontram as escolhas e imperativos que determinam os rumos da pesquisa. O fato de tal processo receber pouca atenção no campo sociológico veio a

¹ CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: a realidade social em construção. Paris: Nathan, 1995.

² O título original do projeto que figura nos relatórios entregues aos órgãos financiadores e no material de campo do survey é Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por vezes abreviada como PRMBH. Entretanto, no ambiente acadêmico a referência mais comum ao estudo se faz por meio da nomenclatura BHSurvey, abreviação de *Belo Horizonte Area Survey*, título derivado da inspiração original da pesquisa na iniciativa do *Detroit Area Survey*, da Universidade de Michigan. Sobretudo pela facilidade de fluência, optamos por utilizar, predominantemente, o termo BHSurvey para nos referirmos à Pesquisa ao longo do trabalho.

aguçar o interesse em desvendá-lo e, ao mesmo tempo, dificultou a delimitação de uma linha teórica que assegurasse nosso caminho como cientistas sociais.

Como orientação para a busca teórica nos valem de duas noções gerais: a noção de que a ciência, e conseqüentemente o estudo do capital social no BHSurvey, é uma construção e a noção de validade interna das mensurações obtidas através de surveys. Encontramos, assim, manuais metodológicos que discutem a validade de uma medida e teorias da sociologia construtivista. Antes de chegar a essas últimas, no entanto, perpassamos a obra de Latour (1987[2000]) o qual contribui de modo significativo para a reflexão sobre a construção científica.

Segundo Latour (1987[2000]), existem duas formas de olhar em relação à ciência: o olhar da ciência pronta e o olhar da ciência em construção. O olhar da ciência pronta é o que assumimos com maior frequência, para o qual o produto da ciência fala por si mesmo e se sustenta por ser uma verdade. O olhar da ciência em construção inverte essa abordagem e compreende que as verdades científicas se tornam verdades à medida que se sustentam. Nesse sentido, é posto em análise não apenas o produto, como um imperativo, mas também o processo de produção científica que permite a sustentação do produto.

Latour afirma que, enquanto a análise da ciência pronta separa o conteúdo (produto construído) do contexto (ambiente de construção), a análise da ciência em construção compreende as duas noções como indissociáveis. Ambos, contexto e conteúdo, são necessários para a compreensão da ciência. Mais do que complementares essas noções atuam como lentes para o olhar do pesquisador. Isso porque o olhar para o conteúdo através do contexto permite enxergar questões não perceptíveis quando olhamos o produto isoladamente e o mesmo ocorre com o olhar sobre o contexto através do conteúdo.

Na terminologia de Latour, os produtos construídos pelas ciências são “caixas-pretas”. Segundo o autor, “A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai.” (LATOUR, 1987[2000], p.14). Como exemplo de caixa-preta nas ciências naturais o autor apresenta a teoria da dupla hélice do DNA, a qual foi sendo reproduzida de tal forma até tornar-se fato inquestionável. O mesmo acontece com o computador sobre o qual se fazem poucos questionamentos acerca de sua composição interna, interessando apenas que funcione bem para os fins pretendidos.

Schwartzman (1991), ao transpor o pensamento de Latour para as ciências sociais, afirma que nesse campo de estudo não é possível criar caixas inexpugnáveis, isentas de

críticas e reavaliações. No entanto, para o autor, alguns conceitos podem adquirir tal densidade que, mesmo abertos a reexames, ganham status quase inquestionável.

Exemplos de ‘caixas pretas’ das ciências sociais são os tipos ideais de dominação de Weber, a polarização clássica entre comunidade e sociedade, ou, mais perto de nós, conceitos como o de modernização conservadora, regimes burocráticos autoritários ou o contraste entre cooptação e representação política. O ponto central de Latour é que o que dá – ou não – consistência ou validade a estas caixas pretas não são tanto suas qualidades intrínsecas iniciais, mas seu uso progressivo através do tempo e do espaço, por um número cada vez maior de pessoas. (SCHWARTZMAN, 1991, p.81)

Nesse sentido, quando apenas reproduzimos uma teoria, como um produto acabado estamos colaborando para que, ao longo do tempo ela se torne uma caixa-preta. A proposta de Latour (1987[2000]) é que investiguemos essas caixas-pretas antes de serem fechadas, a fim de elucidarmos seus componentes e as tensões presentes na sua construção. Para Latour importa menos a crítica aos produtos em si e mais a análise do próprio processo científico, como uma construção sujeita a falhas e acertos ocasionais. Tal noção é certamente mais aceita nas Ciências Sociais do que nas Ciências Naturais, as quais recebem a dedicação de Latour. Entre as ciências que se dedicam a analisar o próprio comportamento humano, há o reconhecimento de que não existem verdades ou conhecimento neutro, produzido sem alguma forma de interferência do pesquisador. Entretanto, como afirma Schwartzman (1991), essa noção tem sido pouco explorada com exceção de alguns trabalhos antropológicos. Para o autor,

Não se trata apenas, como os clássicos da sociologia suspeitavam, que os conhecimentos ditos ‘científicos’ sejam influenciados pelas ideias e concepções mais gerais de seus tempos; mas o próprio processo pelo qual as verdades e os fatos científicos se estabelecem é contextual e socialmente situado, e segue uma lógica de disputa e negociação que não permite fronteiras claras entre o que seriam argumentos científicos e os de outra natureza. (SCHWARTZMAN, 1991, p.81)

Essa lógica de disputa e negociação é responsável por direcionar nosso interesse pela concentração num campo pouco estudado dentro das Ciências Sociais, como o do processo de construção científica. Partindo das noções de Latour, estamos nesse percurso dispostos a enxergar as “Incertezas, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias, [pois] é isso que vemos quando fazemos um flashback das caixas pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente.” (LATOURE, 1987[2000], p.16).

Torna-se claro, no entanto, que nosso estudo do contexto não corresponde a uma etnografia da ciência, como se atribui ao trabalho de Latour. Não estávamos presentes “antes

de se fechar a caixa-preta”, nos valem do discurso daqueles que estavam lá. Tal discurso é, sem dúvida, o discurso do ponto de vista da ciência pronta, o qual visa dar coerência às ações. Fato esse também abordado pela etnometodologia, à qual atribuímos a matriz do pensamento de Latour. Para essa corrente teórico-metodológica, representada por Garfinkel (2002), o ator social possui duas formas de olhar sobre suas ações as quais apontam fatos distintos: o olhar prospectivo, enquanto realiza a ação, e retrospectivo, após realizá-la. Estamos, portanto, limitados a alcançar o olhar retrospectivo dos atores, o qual, segundo Garfinkel, é naturalmente justificacionista.

Isso nos levaria, por um caminho natural, à desistência de nosso intento não fosse a percepção de que até mesmo esse discurso construtor de coerências é raramente analisado nos trabalhos de nossa área. Como afirma Nunes (1978), a redação da metodologia dos trabalhos em ciências sociais tem servido mais à lógica de justificação do que à lógica da descoberta. O que temos, comumente, são exposições metodológicas escritas pelos próprios autores com o objetivo de listar os procedimentos seguidos em campo. Tais exposições têm por padrão excluírem as tentativas frustradas, os nomes de colaboradores pontuais, as redes pessoais que possibilitaram o trabalho, os problemas de financiamento e os arranjos institucionais necessários para a execução da pesquisa. Informações essas que alcançamos através das entrevistas com os participantes da pesquisa e que podem ser analisadas comparativamente e em confronto com a documentação do processo e os próprios relatórios de pesquisa.

Nunes (1978) defende que a prática dos pesquisadores não produz apenas resultados, mas um conhecimento metodológico, e, por isso, deveria ser tratada como uma instância de estudo. Com esse intuito, o autor organizou ainda no final da década de 70 uma coletânea de artigos sobre a aventura sociológica, baseada no relato livre de diferentes estudiosos sobre suas práticas de pesquisa. Tal empreendimento, apesar de desmistificador e importante fonte de enriquecimento metodológico para as Ciências Sociais, é um dos poucos trabalhos dessa linha existentes na área. Ressaltamos, porém, que a prática como fonte de conhecimento metodológico cabe como um dos objetivos do próprio BHSurvey, visto sua preocupação na formação de pesquisadores. Alguns capítulos do livro que resulta do Survey (Aguiar, 2007) dão também passos na direção de desmistificar e discutir as estratégias de pesquisa tal como se desenvolveram no campo.

As experiências narradas em Nunes (1978) e a afirmação de Schwartzman de que “A atividade científica se dá por uma negociação contínua entre pessoas de carne e osso sobre critérios de relevância, critérios de prova e de verdade, recursos financeiros e autoridade de decidir quem deve ou pode fazer o quê.” (SCHWARTZMAN, 1991, p.83), nos direcionam ao

entendimento de que o processo de construção científica não dista do processo de construção social mais amplo. Nesse sentido, nos aproximamos das teorias da sociologia construtivista, de modo específico da sociologia do conhecimento.

Segundo Berger e Luckmann (2005), a sociologia do conhecimento deve ir além da preocupação com o conhecimento científico e se dedicar a pensar a construção de toda forma de conhecimento social. Tal postulado amplia essa abordagem teórica, mas não exclui a aplicabilidade da mesma para pensar o fazer sociológico. Para esses autores, cabe à análise sociológica dedicar-se à compreensão dos contextos de produção da realidade, ou seja, quais relações possibilitam que um corpo de conhecimento ganhe caráter de real. Nesse sentido, nosso olhar sobre a construção do estudo sobre capital social no BHSurvey visa trazer à superfície as relações que conferiram realidade ao corpo de conhecimento que o envolvia. Esse corpo de conhecimento vai além do saber teórico e metodológico expresso pelos envolvidos no estudo, inclui as formas de resolução de conflitos, a gestão de recursos, a captação de financiamento e as demais relações envoltas na pesquisa.

Para Berger e Luckmann (2005), o processo de construção da realidade se dá em três estágios: internalização, externalização e objetivação. Durante a internalização os indivíduos interpretam os acontecimentos objetivos e passam a lhes dar significado subjetivo, permitindo, assim, que a realidade exista dentro de sua consciência. Na externalização os indivíduos adotam os padrões de comportamento internalizados, dando manifestação exterior aos conteúdos subjetivos. A interação entre os indivíduos é responsável por permitir que os conteúdos externalizados assumam novamente caráter objetivo. O compartilhamento produz, portanto, a objetivação. A construção do estudo sobre capital social no BHSurvey, enquanto uma realidade social, se faz, portanto, através dessas três etapas. Nesse sentido, remontamos ao longo do trabalho o contexto histórico das Ciências Sociais da época, referente ao ambiente de internalização da realidade; o processo de produção do questionário e dos dados, referente à etapa de externalização; e a análise dos pesquisadores sobre os resultados da pesquisa, o que corresponderia à etapa de objetivação.

Partimos, portanto, dessas noções teóricas para pensar o processo de construção do BHSurvey. Contribuí de modo singular com nosso estudo a congruência realizada por essa teoria entre o estudo da interação e dos determinantes históricos. Através dela alargamos o olhar para pensar não somente o contexto de construção da caixa-preta a que nos dedicamos, mas também o contexto que antecede sua formulação. O estudo do capital social no BHSurvey é, portanto, uma realidade construída com base na interação entre os conhecimentos dos atores envolvidos e os processos históricos que os precederam.

Desse modo, a partir da perspectiva da ciência em construção de Latour (1987[2000]) e da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2005), entramos na investigação sobre o estudo do capital social no BHSurvey. Compreendemos que a teoria do capital social não pode ser entendida como uma caixa-preta nos mesmos termos expostos por Schwartzman (1991), visto que a mesma é ainda muito imprecisa e aberta a toda forma de reexame e readaptação. Esse ponto será explorado no capítulo seguinte, no entanto, cabe ressaltar que essa é uma das razões pelas quais nos dedicamos a análise específica do estudo de capital social no BHSurvey. Entretanto, a noção de caixa-preta revela-se como um importante caminho analítico para a análise do processo mais intenso de concepção da pesquisa sobre capital social no BHSurvey, referente à construção do questionário.

Nosso objetivo faz referência, portanto, ao que a metodologia denomina de validação interna de uma medida (Babbie, 2004). Isso significa dizer que, em termos metodológicos, nos dedicamos a analisar a coerência entre a teoria de capital social utilizada no BHSurvey e os dados por ele produzidos, ressaltando o processo de concepção do instrumento de coleta de dados. Tal caminho é percorrido à luz da ideia de construção da realidade aqui exposta, a qual é compartilhada por Babbie (2004) e Becker (2007) ao discutirem o processo de formulação de conceitos.

Para esses autores os conceitos são construções, não existindo por si mesmos na realidade. Essa consideração confere atenção especial à necessidade de formulação dos conceitos, ou sua construção, como um dos procedimentos de pesquisa. Segundo Babbie (2004), a construção conceitual é um processo mental de tornar concepções imprecisas enunciados claros e específicos. De forma semelhante, Becker (2007) afirma que definir conceitos é esclarecer quais são os elementos centrais que compõem as ideias que temos sobre um dado fenômeno.

A princípio, tais considerações aparentam acrescentar pouco à discussão da pesquisa sociológica ou serem fatos não postos em questão. Entretanto, Becker (2007) coloca a construção de conceitos em discussão ao apresentar a crítica de Herbert Blumer ao “operacionalismo”. Tal crítica direcionava-se às pesquisas que buscam fugir da dificuldade de se definir conceitos complexos e não se dedicam à etapa de conceitualização. Para Blumer (1948) essa prática se vinculava aos estudos do que ele chama de pesquisas de opinião, voltados à mensuração de atitudes. Incluem-se como atitudes as disposições e/ou opiniões dos indivíduos em relação a certos fenômenos ou comportamentos. Blumer aponta, e Becker reafirma, que muitas das pesquisas nesse campo, ao se depararem com o caráter altamente abstrato de alguns conceitos, optam por evitar as discussões conceituais e se dedicar apenas ao

refinamento metodológico para sua mensuração. Desse modo, o conceito enquanto construção teórica cede espaço para o conceito enquanto agrupamento de dados empíricos. Isso significa que, para os operacionalistas, “(as atitudes) eram simplesmente o que os testes mediam, nada mais” (BECKER, 2007, p. 147).

A crítica de Blumer concentra-se justamente no fato de que a simples medição não corresponde ao trabalho científico, visto que abre mão dos questionamentos teóricos e explicativos que são inerentes à ciência. O autor argumenta que:

o que me impressiona é a aparente falta de esforço ou interesse sincero por parte dos estudiosos de opinião pública de começar a identificar o objeto que eles supostamente buscam estudar, registrar e medir. Acredito que é justo dizer que aqueles que realizam pesquisas de opinião pública estão tão comprometidos e tão preocupados com o aperfeiçoamento de sua técnica que deixam de lado a questão vital, que é saber se essa técnica é adequada àquilo que eles buscam ostensivamente estudar. Seu trabalho é na maior parte das vezes meramente a aplicação de suas técnicas. Eles não estão preocupados em analisar a natureza da opinião pública de maneira independente para avaliar se suas técnicas se aplicam a essa natureza. (BLUMER, 1948, p. 542-543, tradução nossa)³

Essa abordagem enfática de Blumer encontrou obviamente resistência de seus contemporâneos e foi, de certo modo, ignorada, como afirma Becker (2007). Isso porque dificilmente algum pesquisador admitiria ser um operacionalista. Entretanto, ao expor outros conceitos abstratos, como a propensão à violência, atitudes raciais e classe social, Becker instiga o pensamento sobre o viés operacionalista presente na construção de indicadores para esses conceitos. Dedicando-se ao conceito de classe social, por exemplo, Becker afirma que, na carência de uma definição conceitual que seja operacionalizável, os pesquisadores acabam tratando os indicadores empíricos como sinônimos do conceito e não apenas como indicadores. Desse modo, Becker (2007) afirma que ao escolher a ocupação como um indicador de classe social, os pesquisadores realizam sua análise como se o status da ocupação definisse por si só a classe social.

Importa esclarecer que a busca por indicadores que possam representar empiricamente um conceito é uma tarefa essencial para a pesquisa sociológica. A crítica está, como afirma

³ what impresses me is the apparent absence of effort or sincere interest on the part of students of public opinion polling to move in the direction of identifying the object which they are supposedly seeking to study, to record, and to measure. I believe it is fair to say that those trying to study public opinion by polling are so wedded to their technique and so preoccupied with the improvement of their technique that they shunt aside the vital question of whether their technique is suited to the study of what they are ostensibly seeking to study. Their work is largely merely making application of their technique. They are not concerned with independent analysis of the nature of public opinion in order to judge whether the application of their technique fits that nature.

Becker (2007), no fato de se dissociar a preocupação conceitual da preocupação com indicadores empíricos, perdendo o processo de retroalimentação entre teoria e empiria.

Desse modo, discutimos aqui, nos termos de Babbie (2004) a construção de três etapas intrínsecas ao processo da pesquisa social: conceitualização, operacionalização (definição de indicadores), mensuração (desenvolvimento de técnicas para identificar os indicadores no mundo real). Nosso objetivo de discussão de validade interna significa, assim, a avaliação da integração dessas três etapas. Acreditamos que o avanço deste trabalho está em conseguir discutir os desafios desse processo não apenas de modo externo, como o fez Blumer (1948), mas de dentro da própria pesquisa. Ou seja, não apenas a partir dos produtos apresentados pelos pesquisadores, mas também a partir do contexto de construção. Com isso, visamos realizar, de modo semelhante à abordagem de Latour (1987[2000]), a análise do BHSurvey enquanto uma prática social.

A partir dessas considerações teórico-metodológicas construímos o presente estudo com o objetivo de analisar o processo de construção da pesquisa sobre capital social no BHSurvey, a fim de elucidar a interação entre o contexto e o conteúdo dessa iniciativa de produção científica. Visamos ao longo do trabalho construir uma linha interpretativa sobre o estudo sobre capital social no BHSurvey a partir dos elementos da abordagem latouriana e das contribuições da sociologia do conhecimento e abordagens críticas sobre a metodologia de Survey. Nesse sentido, após a apresentação do tema de estudo no primeiro capítulo, desenvolvemos os seguintes passos analíticos, correspondentes aos capítulos posteriores desta dissertação: a) remonte do contexto histórico que antecede o desenvolvimento do Survey, com base na ideia de internalização expressa por Berger e Luckmann (2005), e do contexto institucional de seu desenvolvimento; b) exposição da construção das questões do survey, enquanto caixas-pretas dentro do processo de pesquisa, e dos dados por elas produzidos; c) interação entre o contexto apresentado e o modelo analítico construído pela coordenação do estudo sobre capital social no Survey. As considerações finais do trabalho visam discutir duas questões centrais: a coerência entre os dados de capital social construídos pelo BHSurvey e as pretensões teóricas do estudo e as contribuições da análise de contexto e conteúdo para as discussões sobre o estudo do capital social.

Entendemos que, por se tratar de um esforço de análise do próprio fazer científico, este trabalho não poderia eximir-se de discutir sua própria produção. O modo como construímos nosso estudo é aqui interpretado, portanto, como elemento que compõe o conhecimento por nós produzido. A fim de que tal discussão não segregasse a linearidade da apresentação das análises sobre nosso objeto de pesquisa, optamos por produzi-la em forma de posfácio. Nesse

último capítulo, portanto, o leitor encontrará uma redação mais pormenorizada das tensões, desafios e escolhas que envolveram a produção deste estudo.

2. O BHSURVEY E O CAPITAL SOCIAL

Não posso apenas falar bonito sobre as razões ontológicas, epistemológicas e políticas da Teoria. O meu discurso sobre a Teoria deve ser o exemplo concreto, prático da teoria. Sua encarnação. Ao falar da construção do conhecimento, criticando a sua extensão, já devo estar envolvido nela (FREIRE, 2009, 47- 48)⁴

Neste capítulo apresentamos os temas centrais do trabalho: o BHSurvey e o conceito de capital social. Temos por objetivo envolver o leitor de modo mais direto na temática deste estudo e apontar as situações problema que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes. A seção sobre o BHSurvey, portanto, abre espaço para duas discussões posteriormente ampliadas. A primeira delas refere-se à história e processo de criação do Survey, que contribuirá para o entendimento da influência do contexto mais amplo das Ciências Sociais para a elaboração da Pesquisa. A segunda discussão aqui iniciada é a estrutura da investigação sobre esse conceito no Survey. Nessa seção realizamos também a primeira explanação sobre a abordagem do conceito dentro do Survey, temos o intuito de circunscrever o que denominamos como estudo do capital social na Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esse objetivo de circunscrição da temática do estudo também é respondido pela seção sobre o conceito de capital social. Tal seção contribui para a compreensão das dificuldades de mensuração do conceito, apresentadas na introdução deste trabalho. Seu principal objetivo, no entanto, é elucidar a matriz teórica do capital social adotada no BHSurvey.

2.1 O BHSURVEY: a pesquisa como objeto de pesquisa

Criada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFMG, a Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi idealizada com o intuito de produzir informações para a compreensão social dessa região, mas também de formar metodologicamente alunos e professores da área de Ciências Humanas. Aliando, portanto, os pilares universitários de pesquisa e ensino, o BHSurvey pautou-se pela dedicação e rigor no que concerne aos instrumentos e à aplicação da metodologia de survey. Esse posicionamento é explicitado na redação dos relatórios da pesquisa e também no refinamento das práticas adotadas; como a utilização de codificação de comportamento, entrevistas cognitivas e pré-

⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

testes consecutivos. Procedimentos esses desejáveis, mas nem sempre comuns na execução de surveys, devido ao alto custo financeiro e de tempo. Enfatizando também o aspecto de treinamento metodológico, diferentes atividades do survey foram incluídas nas disciplinas do Curso de Metodologia Quantitativa em Ciências Humanas (MQ), direcionado para alunos de pós-graduação. Em muitos momentos as atividades eram discutidas e executadas pelos alunos em conjunto com os professores coordenadores da pesquisa, que eram, em parte, professores dos cursos.

Com a perspectiva de desenvolvimento de um survey longitudinal e após um intenso período de concepção, que se estendeu por todo o ano de 2001, a primeira rodada da pesquisa foi a campo em 2002, sendo seguida pelas rodadas de 2005 e 2008. De acordo com Aguiar (2007), o BHSurvey inseriu-se internacionalmente como pesquisa integrante do Observatório Internacional Comparado (*Social Hubble*), desenvolvido a partir da experiência do *Institute for Social Research* (ISR) da Universidade de Michigan. Tal iniciativa visava produzir e analisar dados comparáveis sobre o modo de vida urbano e as desigualdades sociais aí emergentes. Nesse intuito, visava-se idealmente desenvolver pesquisas comparáveis nas cidades de Belo Horizonte; Varsóvia, na Polônia; Beijing, na China; Cidade do Cabo, na África do Sul e Detroit, nos Estados Unidos.

A partir dessa proposta mais ampla, o desenho do BHSurvey teve o objetivo de conjugar as questões de interesse para a comparabilidade internacional com as diferentes linhas de estudo dos pesquisadores que integravam sua equipe. Por essa razão, as questões do survey foram agrupadas em módulos temáticos, produzidos e analisados por equipes especializadas em cada uma das áreas estudadas. O número de módulos, bem como o objetivo de alguns deles, se diferenciou ao longo das três edições do survey, mantendo-se os requisitos necessários para a comparação dos dados. O Quadro 1 apresenta os módulos que constam nos questionários de cada uma das edições:

Quadro 1: Módulos dos questionários das três edições do BHSurvey

Questionário 2002	Questionário 2005	Questionário 2008
Introdução	Introdução	Características Demográficas
Qualidade de Vida e Capital Social	Capital Social	Trajatória de Moradia
Participação Política e Associativismo	Criminalidade	Capital Social e Laços Fracos
Valor	Participação e Desigualdade Política	Desordem Social
Religião	Justiça Distributiva	Acesso a Justiça
Raça e Cor	Raça, Cor e Identidade	Prestígio Ocupacional
Polícia e Criminalidade	Valores e Identidade de Gênero	Participação Política
Trabalho	Estratificação e Características Demográficas	Cultura Política
Estratificação		Gênero
		Raça/cor
		Religião
		Identidade
		Trabalho
		Estratificação Social

Fonte: elaboração própria

Como observado, o capital social compôs um módulo temático em todas as edições da pesquisa. Entretanto, a apresentação das questões e a forma de agrupamento sofreram alterações entre as edições. No questionário de 2002 as questões relativas ao capital social foram agrupadas no módulo “Qualidade de vida e capital social”. Na versão do questionário da onda de 2005 o capital social foi desvinculado das questões sobre qualidade de vida, compondo o módulo “Capital Social”. No questionário de 2008 foi acrescida à abordagem do capital social a noção de laços fracos, formulando, assim, o módulo “Capital social e laços fracos”.

Ressaltamos que, segundo informações da responsável técnica da pesquisa, pelo fato de algumas temáticas possuírem indicadores empíricos comuns, as questões de alguns módulos respondem também a interesses de outros pesquisadores. Outro fator ressaltado pela coordenação é que em alguns casos, a fim de que fosse mantida uma sequência lógica para a compreensão do entrevistado, as questões de um módulo foram inseridas em outro, ou mesmo se aglutinaram dois módulos. Essa aglutinação ocorre com o capital social e a qualidade de vida que, apesar de comporem projetos de pesquisa diferentes, possuíam em comum a referência ao local de moradia do entrevistado. Para facilitar, portanto, o processo de

interação durante a entrevista as questões dos dois temas foram combinadas em um mesmo módulo no questionário de 2002.

Apesar da mudança na forma de agrupamento das questões o conteúdo central do módulo foi mantido, concentrando-se em seis indicadores:








- Participação em reuniões, sobre assuntos do bairro
- Sentimento de pertença ao bairro.
- Frequência de conversa com os vizinhos.
- Frequência de favores entre vizinhos.
- Confiança nas pessoas que moram no mesmo bairro.
- Frequência com que conversa com familiares / parentes / amigos.

Como a própria adaptação da terceira rodada sugere, a abordagem do capital social nas edições de 2002 e 2005 centrava-se na perspectiva de capital social como laços fortes. Esse fato é perceptível nos indicadores comuns a todas as edições, apresentados acima. Podemos observar que, com exceção da questão sobre participação em reuniões, todos os indicadores referem-se à frequência e intensidade das relações entre os moradores do bairro. Características essas destacadas por Granovetter (1973) como determinantes da intensidade dos laços sociais. Isso porque, para esse autor, “a força de um laço é a combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade, (confidência mútua) e dos serviços recíprocos que caracterizam o laço.” (GRANOVETTER, 1973, p. 1361, tradução nossa)⁵. Nos termos de Granovetter, portanto, a operacionalização do capital social através desses indicadores se referiria, essencialmente, à coesão social no bairro dos entrevistados. Tal perspectiva é esclarecida em Prates (2009), como apresentaremos na seção seguinte. A escolha do bairro como área de referência também é uma característica recorrente entre as edições e não somente no módulo de capital social. Essa escolha de referencial também reforça a interpretação do autor do módulo sobre o capital social como um recurso advindo de relações internas dos grupos.

Quando comparados os módulos em cada uma das edições, a versão de 2005 pode ser tomada como ponto de referência, uma vez que é a edição que mais se restringe aos seis indicadores comuns. O Quadro 2 evidencia essa característica e apresenta um esquema temático das questões presentes no módulo em cada uma das rodadas do survey:

⁵ “(...) the strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity, the intimacy (mutual confiding), and the reciprocal services which characterize the tie.”

Quadro 2 – Questões sobre capital social por edição do BHSurvey

Edição 2002	Edição 2005	Edição 2008	
Módulo Qualidade de Vida e Capital Social	Módulo Capital Social	Módulo capital social e laços fracos	
Qualidade de vida na cidade em que reside			
Qualidade de vida no bairro		Qualidade de vida no bairro	
Quantidade de árvores no bairro			
Conservação de ruas ou becos			
Volume de trânsito de veículos no bairro			
Poluição nos córregos ou lagos do bairro			
Intensidade de oito tipos de problemas no bairro		Intensidade de oito tipos de problemas no bairro	
Frequência com que vai a bares e restaurantes			
Frequência com que pratica 14 atividades de lazer			
Tipo de uso que faz da internet			
		Existência de casas ou galpões abandonados no bairro	
		Existência de lixo ou entulho nas ruas do bairro	
		Existência de lotes vagos no bairro	
	Se mora na vizinhança desde que nasceu		
Participação em reunião sobre problemas do bairro com representantes da prefeitura			
Participação em reunião sobre problemas do bairro com vizinhos			
Definição de vizinhança			
Sentimento de pertença ao bairro			
Presença de amigos na vizinhança ou região próxima			
Frequência com que conversa com os vizinhos			
Frequência de favores com os vizinhos			
Se podemos confiar nas pessoas que moram no bairro			
Se os vizinhos são pessoas muito prestativas			
Frequência de visitas a parentes e amigos			
Existência de associação comunitária ou de bairro			
		Existência de contato da Associação com pessoas influentes na prefeitura	
		De quem depende a solução de problemas do bairro ou vizinhança	
		Sensação de segurança ao andar de dia pelas ruas do bairro	
		Sensação de segurança ao andar de noite pelas ruas do bairro	
Legenda:			
	Questões presentes apenas na edição de 2002		Questões comuns às edições de 2002 e 2008
	Questões presentes apenas na edição de 2005		Questões comuns às edições de 2002 e 2005
	Questões presentes apenas na edição de 2008		Questões comuns às edições de 2005 e 2008
	Questões comuns às três edições		

Fonte: Elaboração própria

O quadro explicita que no módulo de 2005 há apenas uma questão que não se repetiu nos demais anos, a qual questionava se o entrevistado mora no mesmo bairro desde seu nascimento. Como em 2002, repetiu-se nesse ano uma questão que pedia ao entrevistado a caracterização do termo vizinhança e o questionamento sobre sua participação em reuniões com vizinhos para tratar de assuntos do bairro, acompanhando a questão sobre reunião com representantes da prefeitura, presente nas três edições. Nessa segunda edição apareceu pela primeira vez, no módulo sobre capital social, o questionamento sobre a existência de associações no bairro, questão presente também na edição seguinte.

Como o próprio título do módulo de 2002 evidencia, as principais questões que lhe foram específicas em relação às demais edições referiam-se à qualidade de vida, com base nos hábitos do entrevistado e na infraestrutura do seu bairro. As questões sobre esse tema se ausentaram no módulo de 2005 e retornaram com outra redação em 2008. Entretanto, como já mencionado, a presença de tais questões no módulo representa a lógica com que o questionário foi pensando para o entrevistado e não a adequação teórica dessas perguntas ao estudo de capital social.

A edição de 2008, além de retomar algumas questões sobre qualidade de vida, acrescentou às questões já presentes em 2005 outros três indicadores. O primeiro, dando sequência ao questionamento sobre a existência de associação no bairro, interrogou sobre o contato da associação com pessoas influentes na Prefeitura. Outro questionamento visava levantar qual a percepção do entrevistado sobre de quem depende a solução de problemas do bairro. Por fim, acrescentaram-se questionamentos sobre a sensação de segurança nas ruas do bairro.

O esclarecimento das questões centrais para a medida de capital social proposta através do survey não é, portanto, auto evidente pela leitura do questionário. Fato esse recorrente às pesquisas tipo survey, sobretudo baseadas em questões atitudinais. Buscando delimitar as questões sobre as quais este trabalho dedicar-se-ia, entrevistamos o coordenador do módulo, o qual afirmou que o estudo sobre capital social no BHSurvey centra-se nas questões recorrentes aos três módulos, acrescidas da questão sobre participação em reuniões com vizinhos e das questões sobre laços fracos referentes à edição de 2008.

O campo de estudo desta pesquisa abrange, portanto, a construção dessas questões, incluindo todo material a elas referente. Esse material compreende os questionários, os relatórios das entrevistas cognitivas e dos pré-testes, as avaliações dos entrevistadores e o banco de dados de cada uma das edições do survey. A formulação do conceito de capital social utilizado na pesquisa, apresentada na seção a seguir, será também tomada como um

dado essencial para a análise de contexto e conteúdo que se desenvolverá ao longo deste trabalho.

2.2 O Capital Social: desafios da crítica e reconstrução de um conceito

Delimitar um conceito não é uma tarefa simples em sociologia. Dessa forma, não é uma característica singular do conceito de capital social que ele permaneça com inúmeras imprecisões após décadas de estudos. Segundo Becker (2007), os conceitos são resultantes do constante confronto entre as ideias e a realidade. Por essa razão, conceitos são potencialmente mutáveis, e o capital social não foge a essa característica. Entretanto, esse mesmo autor aponta que existem diversos conceitos ainda mal definidos, o que prejudica as tentativas de mensurá-los. Acreditamos que o capital social insere-se nesse grupo de conceitos mal definidos. Nas páginas que se seguem desenvolvemos essa afirmativa que se sustenta no argumento central de que o histórico de apropriação do conceito em diferentes áreas das Ciências Sociais, sem a devida preocupação em retroalimentação conceitual, originou e tem sustentado essa má definição.

2.2.1 O capital social e as Ciências Sociais

Embora o conceito de capital social tenha se destacado nas Ciências Sociais apenas recentemente, Putnam e Goss (2003) afirmam que a expressão “capital social”, com o sentido próximo ao que se entende hoje, foi cunhada pela primeira vez em 1916 por Lyda Judson Hanifan, educador norte-americano. O objetivo de Hanifan, como apontam Putnam e Goss, era comprovar que os graves problemas sociais, econômicos e políticos de algumas comunidades do estado da Virgínia do Oeste eram consequência da falta de compromisso comunitário entre seus moradores. Nesse sentido, Hanifan descreve o capital social como sendo:

...esses elementos tangíveis [que] contam sumamente na vida diária das pessoas, a saber, a boa vontade, a associação, a simpatia e as relações sociais entre indivíduos e famílias, características constitutivas da unidade social [...] Abandonado a si mesmo, o indivíduo é socialmente um ser indefeso [...] Mas se entra em contato com seus vizinhos, e estes com novos vizinhos, será produzida uma acumulação de capital social que poderá satisfazer de imediato suas necessidades sociais e produzir possibilidades sociais suficientes para melhorar substancialmente as condições de

vida de toda a comunidade. (HANIFAN apud PUTNAM; GOSS, 2003, p.10, tradução nossa)⁶

Tal conceituação, como apontam Putnam e Goss, não ganhou reconhecimento nas teorias sociais. O capital social retornou a agenda de pesquisa após meados da década de 50, através de estudos na área de sociologia econômica. O tema central dos estudos desse período foi a crítica à economia neoclássica, a qual visava explicar a realidade social apenas por relações de cálculo econômico. O capital social é evocado, nesse momento, como um recurso essencialmente não econômico que exerce influência direta nas escolhas e consequências das ações sociais. Destacam-se nessa linha os estudos de Coleman, Bourdieu e Granovetter. De forma recorrente, a literatura apresenta esses dois primeiros autores como os precursores dos estudos de capital social, enquanto Granovetter é reconhecido como o principal autor a relacionar o conceito à noção de redes sociais.

Em Bourdieu (1980[1998]), o conceito de capital social une-se às demais formas de capital por ele postuladas para compor as fontes de poder dos indivíduos. Para esse autor, “o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento” (BOURDIEU, 1980[1998] p. 67). Portanto, na perspectiva de Bourdieu, o capital social é alcançado individualmente, mediante a participação em redes de relações, nas quais os demais participantes tenham estoques significativos de capital cultural, simbólico e econômico. Nesse caso, o capital social são os recursos advindos dessas relações e sua função é agregar poder ao indivíduo que o possui. A teoria de Bourdieu não assume, portanto, a mesma preocupação com ganhos coletivos, reconhecida em Coleman (1988, 1990) e Putnam (1993[2006]).

Coleman (1988) propõe uma alternativa para dois extremos das análises sociais: o que se pauta apenas pela racionalidade econômica e o pautado apenas pelos contextos estruturais. Para o autor, o capital social seriam os recursos emergentes do contexto que subsidiariam as decisões racionais. Esses recursos têm a função comum de facilitar as ações individuais ou coletivas e possuiriam variados componentes, agrupados pelo autor em três formas de capital social: obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; canais de informação; normas

⁶ ...esos elementos tangibles [que] cuentan sumamente en la vida diaria de las personas, a saber, la buena voluntad, la camaradería, la comprensión y el trato social entre individuos e familias, características constitutivas de la unidad social [...] Abandonado a sí mismo, El individuo es socialmente un ser indefenso [...] Pero si entra em contacto con sus vecinos, y estós con nuevos vecinos, se producirá una acumulación de capital social que podrá satisfacer de inmediato sus necesidades sociales y producir unas posibilidades sociales suficientes para mejorar de forma sustancial las condiciones de vida de toda la comunidad

e sanções efetivas. O autor admite que uma forma de capital social benéfica para certas ações pode não ter efeito ou ser prejudicial para outras.

Tais argumentos de Coleman se aproximam da teoria da imersão de Granovetter (1985[2009])⁷. Esse autor também propõe a superação da dicotomia entre análises hiposocializadas, que desconsideram as estruturas, e hiper-socializadas, que sobrevalorizam as estruturas. Para Granovetter (1985[2009]), os indivíduos agem de acordo com a rede de relações na qual estão inseridos e não apenas por um cálculo racional, à parte das relações sociais, ou pelas pressões dos costumes, hábitos e normas da sociedade.

Essa combinação das teorias de redes e do capital social é realizada também por Burt (2001), o qual se dedica a argumentar se o capital social resulta de redes de contatos coesos ou de redes abertas. Apesar de não descartar a importância das redes “fechadas”, Burt (2001) aproxima-se de Granovetter (1973) ao defender que o estabelecimento de contatos para além de pequenas redes coesas, como as de familiares e amigos, é mais eficaz na produção de recursos que facilitem as ações dos atores. Granovetter (1973) denomina os contatos dentro de grupos coesos de laços fortes e os contatos para além desses grupos de laços fracos. Burt (2001) sintetiza sua argumentação afirmando que é possível apreender a existência de capital social nas duas formas de relação. Para o autor, as redes fechadas são capazes de conservar valores e as aberturas proporcionadas pelos laços fracos adicionam valores à rede.

A formação desses laços sociais é outro fator de interesse para a teoria do capital social. A esse respeito, Granovetter (1973) afirma que a confiança é um importante componente estrutural das redes por gerar e manter as informações sobre os interesses dos sujeitos envolvidos. Esse componente, já enfatizado por Coleman (1988), é retomado por Putnam (1993[2006]) em seu estudo sobre a democracia italiana.

Ao comparar a eficiência das instituições de gestão democrática do norte e sul da Itália, Putnam atribui a maior eficiência das instituições no norte aos sistemas de organização horizontal aí existentes. Segundo o autor, esses sistemas favoreciam o comportamento cooperativo e conformavam o norte do país em uma comunidade mais cívica, mais devotada ao bem público. Ao se questionar quais fatores favoreciam a cooperação Putnam chega ao conceito de capital social, que, para ele, representa as características da organização social, como sistemas de participação, normas e confiança.

⁷ Imersão é a tradução de Cristina Yamagami para o termo *embeddedness* utilizado por Granovetter.

A partir dessas conclusões de Putnam, passou a se desenvolver nas Ciências Sociais uma densa agenda de pesquisa dedicada a testar a relação entre democracia e capital social. Muitas delas foram estimuladas por agências internacionais de fomento, que investiram na construção de medidas de capital social para atuarem como variáveis explicativas do sucesso ou insucesso de seus programas sociais nos países em desenvolvimento. Nesse ponto, chegamos às razões de inconsistências conceituais apontadas anteriormente. Isso porque tais esforços de pesquisa assumem como foco de análise um conceito ainda muito frágil dentro da Ciência Política e Sociologia Política. Para Reis (2003) e Prates (2009) a preocupação central de Putnam era o conceito de virtude cívica e o capital social surge ao final de seu estudo de forma secundária e quase como um sinônimo do conceito central. Segundo esses autores, o trabalho de Putnam abre um campo temático na Ciência Política sobre um conceito importado de outra tradição sem preocupar-se com sua conceitualização. Putnam não retroalimenta o conceito colemaniano, mas tenta adicioná-lo às suas definições. Com isso, ele forma um conceito que, segundo Reis (2003), tem sentido pouco claro dentro de seu intuito de explicação para o desempenho institucional.

Além desse vasto campo na área de Ciência Política ou Sociologia Política, o capital social também tem sido utilizado na sociologia como variável explicativa para o sucesso de ações coletivas. Esse enfoque aproxima-se da teorização de Putnam, entretanto, substitui o interesse pelo desempenho institucional pelo estudo dos arranjos microsociais adotados para a solução de conflitos ou alcance de benefícios. Nessa área desenvolvem-se diferentes abordagens preocupadas com o desenvolvimento local, como Baquero e Cremonese (2008). A análise desses arranjos é aprofundada, no entanto, pelas análises de redes sociais as quais, segundo Higgins (2012), são as responsáveis pela compreensão do funcionamento dos mecanismos de participação social.

Passadas duas décadas desde a difusão do conceito, observamos o avanço nas tentativas de mensuração. Tal avanço é sensivelmente percebido pelo grande número de pesquisas sobre o tema publicado nos últimos anos, sobretudo a partir do ano 2000. Ao utilizarmos o termo capital social na busca por artigos em um site com indexadores de periódicos nacionais e internacionais são reportados mais de 80 mil trabalhos sobre o tema⁸. Avançando na análise desses estudos percebemos o predomínio de estudos empíricos, os quais utilizam o capital social como variável explicativa para os mais diferentes fenômenos.

⁸Busca por assunto realizada em 5/07/12 no Portal de Periódicos Capes nas 11 bases de textos completos na área de sociologia, utilizando o termo “capital social”.

Entre os temas mais recorrentes estão os relacionados à participação e desenvolvimento comunitário e à saúde.

A relação entre capital social e saúde tem ganhado espaço como um campo de estudos dentro da área de saúde pública, possuindo, inclusive, manuais metodológicos dedicados a pensar a mensuração do capital social nesse tipo de estudo. A difusão nesse campo considera não apenas a relação do conceito com questões de saúde pública, mas também com hábitos saudáveis, como a redução do consumo de bebidas alcoólicas e fumo e a prática de esportes. Inserem-se nesse campo grande parte dos estudos levantados em periódicos acadêmicos.

Ganha destaque também entre os estudos analisados a recorrência de trabalhos com base em dados nacionais ou de grandes metrópoles. A forma de operacionalização do conceito nesses estudos é bastante distinta, indo além da simples adaptação ao contexto local. A revisão das pesquisas atuais suscita a percepção do capital social como um guarda-chuva conceitual, uma vez que a mesma nomenclatura abarca uma multiplicidade de tradições teóricas, tentativas de conceitualização e de indicadores empíricos.

Diante das inconsistências teóricas aqui apresentadas e do evidente aumento nos trabalhos sobre o conceito, vislumbramos as inúmeras formas de mensurá-lo que podem ser utilizadas. A fim de apresentar uma sistematização dessas possibilidades, apresentamos a seguir o resumo elaborado por Higgins (2012) sobre as estratégias metodológicas dos estudos de capital social:

Quadro 3 – Estratégias metodológicas do capital social - elencadas por Higgins (2012)

	Econometria	Sociometria
	Pesquisas por amostragem probabilística	Análise de redes sociais
Minimalismo	<i>Modelos de regressões para mensurar o impacto da participação associativa dos indivíduos em seu nível de renda (Neves, 2005), ou para mensurar o impacto das relações pais-filhos no rendimento escolar (Coleman, 1988).</i>	<i>Estudos sobre autonomia estrutural dos atores, buracos estruturais e brokers (Burt, 2005). Estudos sobre a conversão do capital relacional dos atores em controle social lateral em organizações colegiais (Lazzege, 1996, 2001)</i>
Maximalismo	<i>Survey mundial de valores (Inglehart, 2008). Correlações entre variáveis de comunidade cívica (Putnam, 2006). Barômetro de capital social (Sudarsky, 2001)</i>	<i>Apelo de Ostrom (2003) para a construção de teorias da racionalidade e da ação coletiva de segunda geração.</i>

Fonte: Higgins (2012, p. 88)

A primeira distinção entre minimalismo e maximalismo é extraída de Ostrom (2003). Para essa autora, as abordagens minimalistas são aquelas atentas ao caráter instrumental e as maximalistas as atentas aos dilemas da ação coletiva. A distinção entre econometria e

sociometria refere-se às metodologias comumente utilizadas para a mensuração do capital social: a metodologia quantitativa e a análise de redes. Higgins (2012) perpetua o argumento de Ostrom, afirmando que a metodologia ainda mais incipiente refere-se às tentativas de se analisar as redes sociais com a preocupação na solução de dilemas coletivos, ou seja, na produção da cooperação social.

Destacamos também, que, apesar do denso desenvolvimento, a conjugação de maximalismo e econometria ainda tem se mostrado frágil do ponto de vista metodológico. Isso se deve, sobretudo, pela origem dessa abordagem no estudo de Putnam (1993[2006]), o qual introduz o conceito de capital social de forma mal delimitada. Segundo Babbie (2004), a precisão conceitual não é indispensável, no entanto, é necessária para a execução de grandes surveys. Inserem-se nesse tipo de pesquisas as referentes ao quadrante inferior esquerdo da tabela, as quais são, em sua maioria, surveys com amostragens nacionais ou de grandes regiões. Esse é o caso do BHSurvey, nosso objeto de estudo, que através da metodologia quantitativa propõe medidas de capital social significantes para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Avançando na análise das formas de mensuração nesse quadrante, mas também na conjugação de econometria e minimalismo, são recorrentes como variáveis-chave do capital social a confiança e o associativismo. Tais variáveis vinculam-se à noção de laços fortes e laços fracos, respectivamente, quando analisadas do ponto de vista da sociometria. Nesse ponto encontra-se o que entendemos como uma das principais divergências sobre os indicadores de capital social. Enquanto algumas abordagens, como Burt (2001), abrem a possibilidade de conjugar a força dos laços, fracos ou fortes, por meio da análise da morfologia da rede social, há trabalhos que ainda as dissociam.

Nesse ponto reside um dos aspectos centrais sobre a delimitação do conceito de capital social realizada pelo pesquisador responsável por esse módulo no BHSurvey. Apresentamos na seção seguinte em maiores detalhes a abordagem do conceito adotada na formulação do módulo de capital social na Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

2.2.2 O capital social e o BHSurvey

O responsável pelo módulo de capital social no BHSurvey, assim como os demais coordenadores de cada módulo, apresentou inicialmente à coordenação geral da Pesquisa um projeto de estudo a ser desenvolvido por meio do survey. A partir da perspectiva teórica nele expressa é que se desenvolveu, portanto, o processo de construção do instrumento de coleta

de dados. Ressaltamos que essa seção se refere à matriz teórica utilizada na elaboração desse primeiro projeto e não se estende a todas as possibilidades de formulação de indicadores sobre capital social presentes no questionário do BHSurvey. Isso porque outros módulos, sobretudo o de participação política, informam também alguns indicadores que poderiam ser tratados como formas de mensuração do capital social, se assumida a visão de Putnam, por exemplo. Entretanto, tal processo de inferência de indicadores ao longo do questionário, torna-se demasiadamente subjetivo visto, como apontado anteriormente, o aspecto de guarda-chuva do conceito de capital social.

Como afirmamos ainda na apresentação do BHSurvey, a concentração na matriz teórica explícita de capital social e em suas respectivas questões e dados nos permite avaliar todo o processo de elaboração do estudo de capital social por meio de survey e não apenas nos fixarmos na escolha de indicadores empíricos. A discussão sobre a matriz teórica de capital social adotada na pesquisa parte, portanto, dos artigos publicados pela equipe responsável pelo tema (Prates, 2009 e Prates, Carvalhaes e Silva, 2007) e das informações constantes na entrevista cedida pelo coordenador do módulo a esta pesquisa.

Para Prates, Carvalhaes e Silva (2007) as linhas teóricas sobre o capital social, apresentadas anteriormente, podem ser classificadas em três tradições: individualista, normativo-associativista e interacionista. A tradição individualista é representada, segundo esses autores, pela teoria de Bourdieu. Isso porque, apesar de concordar que o capital social emerge das relações sociais, a visão bourdieusiana enfatiza que ele é um atributo de cada membro da rede que o utiliza para fins particulares ou coletivos.

Putnam é o principal representante da tradição normativo-associativa, por relacionar o capital social à internalização de valores e normas capazes de facilitar a ação coletiva e a associação. A partir dessa abordagem se desenvolvem as pesquisas que relacionam o capital social a políticas públicas e programas sociais. Como crítica à popularização dessa tradição, Prates afirma que

De forma ingênua, essa abordagem generalizou-se como orientação geral das instituições multilaterais de fomento de desenvolvimento econômico, assumindo como inquestionável o fato de que a existência de capital social entre os pobres seria um fator que, automaticamente, impulsionaria a comunidade para fora da condição de pobreza. (PRATES, 2009, p. 1121)

Diante dessas considerações, Prates é enfático ao defender que, entre as tradições citadas, apenas a interacionista constrói um conceito relevante para as Ciências Sociais. Essa tradição, referente ao estudo de Coleman, enfatiza que o capital social é fruto da densidade e

intensidade das interações entre membros de um grupo. De acordo com Prates, Carvalhaes e Silva (2007), essa abordagem liga-se ao conceito clássico durkheimiano de solidariedade mecânica e consciência coletiva e aos denominados laços fortes de Granovetter. As demais tradições originam conceitos que, segundo os autores, recaem na crítica de Robert Merton sobre a criação de termos gramaticais distintos para os mesmos conteúdos. Prates esclarece esse argumento afirmando que:

Assim, o conceito de capital social de Bourdieu não agrega nada ao conceito de poder social, entendido como a posição diferencial das pessoas em redes de influência na sociedade. A enorme literatura americana dos anos 1960 sobre “poder local”, tanto na perspectiva elitista quanto na pluralista, já havia mostrado os efeitos diferenciais do poder das pessoas relacionado à sua posição em redes sociais. Da mesma forma podemos sugerir que os conceitos de capital social de Putnam (1996) e de Fukuyama não agregam nada ao conceito culturalista de sistema normativo ou cultura política na linha do clássico estudo de Verba e Almond (1963) sobre cultura cívica. Já o conceito de Coleman (1990) distingue-se dos outros na medida em que se refere ao fenômeno específico dos recursos que emergem da sociabilidade dentro de um grupo ou comunidade. (PRATES, 2009, 1120-1121)

Desse modo, Prates chama a atenção para a necessidade de clareza sobre o fenômeno que é conceituado como capital social. Como visto, para ele todos os fenômenos nomeados de capital social pelas outras tradições já haviam sido conceituados por teorias anteriores. O que carecia de uma conceitualização, apenas alcançada por Coleman (1990), era o fenômeno da produção de recursos para a ação coletiva a partir da alta intensidade das relações dentro de um grupo. O autor do módulo esclarece, em entrevista, que o capital social não é a alta intensidade das relações, que seria a coesão do grupo, mas a transformação dessa coesão em um recurso mobilizável. Nesse sentido, se justifica a cunhagem de um novo conceito visto que o termo capital representa a ideia de recurso, não presente no conceito de coesão.

Na teorização de Prates, portanto, o conceito de capital social só ganha sentido dentro das Ciências Sociais à medida que contribui para compreender a eficácia das ações coletivas. No entanto, ele representa apenas um dos fenômenos ligados a essa eficácia e não a única variável explicativa ou necessária para a sua produção. Para Prates, existem dois fenômenos distintos ligados à eficácia coletiva que devem, desse modo, ser conceituados de formas distintas. O primeiro fenômeno é a produção de recursos internos ao grupo que o permitam agir coletivamente, ou seja, o capital social. O outro fenômeno é a mobilização desse recurso para a consecução de benefícios externos para o grupo, o qual Prates denomina de redes sociais.

Como explicitam Prates, Carvalhaes e Silva (2007) o capital social refere-se aos laços fortes, da teoria granovetteriana e o que eles chamam de redes sociais aos laços fracos. Prates

(2009) sustenta sua distinção com base na teoria de Simmel (1964) sobre a interação social de tipo “círculos concêntricos” ou “interconexão”. A forma de círculos concêntricos diz respeito a relações intensas dentro dos grupos, típicas das sociedades tradicionais, e corresponde ao que Prates denomina de capital social. As relações de interconexão entre grupos são características das sociedades modernas e equivalem ao conceito de redes sociais, segundo Prates (2009).

No projeto de Prates, portanto, o capital social se delimita pelas variáveis relacionadas à coesão social e às redes sociais pelas ligações da comunidade com atores capazes de agregar informação e benefícios ao grupo. O coordenador do módulo afirma que a inserção dessa temática no BHSurvey teve o intuito principal de testar a própria validade da teoria de capital social e o diferencial de influência de capital social e redes sociais sobre a eficácia coletiva.

Para a inserção dessa investigação no survey, Prates delimitou variáveis relacionadas à frequência e intensidade das relações entre os vizinhos, como indicadores de capital social, e variáveis relacionadas aos contatos com pessoas importantes fora do bairro como indicadores de laços fracos. De acordo com o coordenador do módulo, os indicadores de capital social se mostraram eficientes, no entanto, os indicadores de laços fracos no survey não foram capazes de alcançar o fenômeno pretendido. A construção desses indicadores será densamente abordada em outro capítulo deste trabalho. No entanto, a apresentação dos mesmos aqui nos auxilia na compreensão da dimensão conceitual adotada pelo autor.

Segundo Prates (2009), as três dimensões do conceito de capital social inseridas na investigação por meio do Survey foram:

- ◆ Frequência de interação entre vizinhos – bate-papos, visitas, contatos na porta de casa;
- ◆ Ajuda mútua e prestabilidade entre os membros da comunidade – pequenos empréstimos de utensílios domésticos, como vasilhas de cozinha, escada, martelo, etc. e de alimentos como sal, óleo de cozinha, arroz etc., tomar conta eventualmente do filho do vizinho, ajuda em pequenos consertos de casa;
- ◆ Sentimento de segurança diurna e noturna – como os moradores se sentem ao transitar pela vila durante o dia e a noite, como se sentem ao frequentar os lugares coletivos como bares, mercearias, igrejas e festas, confiança nos vizinhos moradores da vila. (PRATES, 2009, p. 1126)

Para a mensuração dos laços fracos, no entanto, Prates afirma ter sido possível utilizar, até a segunda edição do survey, apenas duas questões como *proxies*: “◆ participação em reuniões informais com funcionários da prefeitura para se debater algo referente à vila; ◆ reuniões informais entre os moradores para discutir problemas da vila” (PRATES, 2009, p. 1126). Segundo o coordenador do módulo, a medida de laços fracos carece de uma referência

real às ligações existentes entre o grupo. Tal referência não seria possível dentro da pesquisa por survey, visto que ele questiona cada entrevistado sobre seus comportamentos e atitudes individuais. Para o autor, a medida de associativismo, frequentemente utilizada com o fim de captar não apenas o engajamento cívico, mas também a ramificação dos contatos dos atores, não é uma boa medida de laços fracos. Isso porque a participação em associações não está ligada, necessariamente, a produção de eficácia coletiva, uma vez que os indivíduos podem se associar por objetivos estritamente individuais.

Seria inviável e metodologicamente frágil, segundo o coordenador do módulo, questionar cada entrevistado sobre seu conhecimento a respeito das ligações dos outros moradores do seu bairro com pessoas capazes de colaborar na solução de problemas internos. A edição de 2008 do Survey visou explorar mais essas relações, no entanto, também não alcançou com amplitude o objetivo necessário. Diante dessa dificuldade, Prates (2009) desenvolveu um estudo qualitativo em três vilas de Belo Horizonte, afirmando ser esse o caminho metodológico que possibilita a mensuração dos laços fracos.

A partir dessas considerações do próprio autor do módulo, vislumbramos algumas das tensões e fragilidades envoltas ao processo de construção e análise das questões sobre capital social no BHSurvey. Antes de nos determos na análise de tal processo específico dentro da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos dedicaremos ao processo de surgimento e desenvolvimento dessa Pesquisa. Nesse sentido, discutimos no capítulo seguinte o ambiente das Ciências Sociais no Brasil e de modo específico na UFMG à época de constituição do BHSurvey, o qual colabora para o entendimento das tensões extra conceituais que também construíram a investigação sobre o capital social nesse survey.

3 A HISTÓRIA DO BHSURVEY

Os homens fazem sua própria história, mas não fazem como querem; não fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 1974, p.17)⁹

Ao buscarmos entrar no contexto do estudo sobre capital social no BHSurvey, entramos no contexto mais amplo das Ciências Sociais no Brasil do final da década de noventa e início dos anos dois mil. Tal entrada em um histórico mais amplo não constitui um parêntese dentro deste trabalho, mas uma parte essencial do mesmo. Isso porque, como mencionado na introdução deste estudo, visamos compreender a construção social a partir do processo de interação, mas também de condicionamentos estruturais. Como pensado pelos estudos construtivistas de Berger e Luckmann (2005), antes de ser externalizada e objetivada pelos agentes sociais a realidade é internalizada por eles. Portanto, existem construções anteriores que orientam as construções realizadas no tempo presente. O pensar a história das Ciências Sociais é pensar esses contextos anteriores que constituíram o modo de pensar e fazer pesquisa dos integrantes do BHSurvey.

No entanto, não é pretensão deste estudo remontar toda a constituição desse campo científico no país. Pretendemos trazer a história em um diálogo com as afirmações e posicionamentos expressos pelos pesquisadores entrevistados para este estudo. Teceremos, dessa forma, uma linha interpretativa sobre a conjuntura de surgimento e desenvolvimento do BHSurvey. Como materiais para esse trabalho, utilizamos as entrevistas realizadas com cinco professores e dois alunos integrantes da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte e trabalhos escritos sobre o ambiente das Ciências Sociais nos anos 90 e 2000, sobretudo os que se dedicam a pensar a Universidade Federal de Minas Gerais. Para chegar ao estágio das Ciências Sociais nos anos 90, nos valemos também dos textos sobre o surgimento da pós-graduação nessa área em meados dos anos 60, os quais contribuem para pensar o perfil dos profissionais que começaram a se formar no Brasil e formariam os pesquisadores que atuaram no BHSurvey.

A organização deste capítulo apresenta, além da discussão sobre esse contexto acadêmico anterior ao surgimento do BHSurvey, o histórico de seu desenvolvimento, tal como relatado por nossos entrevistados e pelos documentos da própria pesquisa. Esse momento constitui a entrada no contexto propriamente dito, como define Latour

⁹ MARX, Karl. O 18 Brumário. In: MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

(1987[2000]). Cabe retomarmos, como apresentado na introdução do trabalho, que nosso estudo de contexto não pretende corresponder a uma etnografia da ciência, como se atribui ao trabalho de Latour. Encontramos na narração dos fatos um material rico em significação e capaz de nos apresentar os nomes de colaboradores pontuais, as redes pessoais que possibilitaram o trabalho, os problemas de financiamento e os arranjos institucionais necessários para a execução da pesquisa. Desse modo, assumimos que o relato oral de nossos informantes, ao lado dos documentos e relatórios escritos, constitui uma fonte de dados legítima para a discussão do processo de construção da pesquisa, mesmo com as limitações impostas pelo tempo no qual esse relato se situa.

3.1 A formação das tensões em torno do ensino e da metodologia das Ciências Sociais

O curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG surgiu em 1967 a partir da fusão dos Cursos de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas e Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia. Segundo Arruda (2001), essa fusão resulta do enfraquecimento do modelo de formação jurídicista da Faculdade de Ciências Econômicas mais do que das pressões do regime autoritário vigente a partir de 1964. Para a autora, o modelo de formação sustentado pela faculdade de economia tinha a pretensão de fazer frente à formação paulista e carioca, tendo em vista o surgimento tardio da sociologia em Minas. Entretanto, dissensões internas acabaram minando os esforços na sustentação da proposta o que favoreceu com que cedessem à decisão de unificar o curso com a iniciativa já existente na faculdade de Filosofia.

Arruda (2001) atribui um caráter messiânico às primeiras gerações de cientistas sociais mineiros, formadas ainda no interior da faculdade de Ciências Econômicas e posteriormente na FAFICH. Isso porque dificilmente eles seguiam suas carreiras em Minas Gerais, ao contrário, o perfil comum era a realização do mestrado e doutorado em instituições internacionais e depois serem absorvidos no quadro docente de outras universidades nacionais ou do exterior. Esse modelo foi possibilitado pelo apoio direto da Fundação Ford¹⁰ aos primeiros programas de pós-graduação em Ciências Sociais do Brasil (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Instituto Universitário de Pesquisa do

¹⁰ A Fundação Ford foi criada em 1936 com o objetivo de financiar ações educacionais, científicas e de caridade, hoje tem sua sede em Nova York.

Rio de Janeiro e Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais), criados em meados dos anos 60.

O papel da Fundação Ford na formação das Ciências Sociais em Minas é destacado também por Maggie (1991) a qual afirma que, além do investimento direto nas pós-graduações recém-criadas, a Fundação ainda fez investimentos altos para o doutoramento e bolsas-sanduíche no exterior. A trajetória comum aos mineiros que se graduavam em Ciências Sociais nos anos 60 era a realização do mestrado pela FLACSO¹¹ e doutorado nos Estados Unidos com o patrocínio da Fundação Ford, segundo Arruda (2001). O sociólogo Antônio Otávio Cintra, herdeiro dessa época, explicita a influência neopositivista gerada por esse modelo de formação:

E a Flacso foi, literalmente, uma lavagem cerebral... a gente já estava predisposta... realmente era uma orientação muito da sociologia norte-americana. Então nós voltamos muito imbuídos daquilo tudo... Muito neo-positivismo... essa foi uma grande influência. (...) a gente tinha que tirar a distância com São Paulo e com o Rio. (ARRUDA, 2001, p. 321)

Pela análise de Arruda (2001) essa distância com Rio de Janeiro e São Paulo foi sendo diminuída justamente pelo aprimoramento quantitativo que os mineiros adquiriam nos Estados Unidos. Enquanto a sociologia carioca e paulista formava profissionais mais adequados às realidades locais, a formação mineira adequava seus alunos para se sobressaírem em outros centros de estudo. Uma vez que, nesse momento, a origem de financiamento e a tendência dos estudantes os levavam à proximidade com a sociologia norte-americana, foi nesse espaço que a grande maioria dos sociólogos mineiros veio a se destacar.

Percebemos na configuração desse perfil profissional dois elementos importantes para a análise do desenvolvimento do BHSurvey na UFMG, anos mais tarde. O primeiro deles refere-se ao atrelamento entre a pesquisa quantitativa e a tradição norte-americana. A partir da trajetória enunciada acima esse atrelamento ganha caráter concreto, para além de especulações e discursos antiamericanos. Em Minas os estudos quantitativos foram, de fato, incorporados a partir de experiências nos EUA, de modo a se tornarem um diferencial importante da formação mineira. A partir dessa realidade vislumbramos as origens das tensões ideológicas em torno dos estudos quantitativos. Tensões essas constantemente mencionadas pelos pesquisadores do BHSurvey e pelos estudos sobre o panorama acadêmico dos anos 90.

¹¹A FLACSO, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, é um organismo internacional, intergovernamental e autônomo, fundado em 1957 pelos Estados Latino Americanos, a partir de proposição da Unesco.

O segundo elemento importante para a compreensão do BHSurvey é o perfil além fronteiras da sociologia mineira que, de acordo com Arruda (2001) e Maggie (1991), nunca ateu-se a preparar profissionais atrelados às questões locais. Esse olhar para a formação com vistas à inserção em um campo mais amplo sinaliza a disposição das Ciências Sociais da UFMG em se tornar um centro de preparação metodológica. Tal realidade é apontada como o perfil da pós-graduação na área de Ciências Sociais da UFMG desde o final dos anos 90, momento em que se cria o Curso Intensivo de Métodos Quantitativos (MQ) e o BHSurvey. Entretanto, há ainda outras tensões que separam esses dois momentos históricos, da fundação da pós-graduação em Ciências Sociais em Minas e da criação do MQ e BHSurvey, não podendo ser encarados como lineares, mas o primeiro como um sinalizador daquilo que viria a ocorrer cerca de trinta anos mais tarde.

As tensões às quais nos referimos começam a se desenvolver também na origem do curso de Ciências Sociais da FAFICH e se configuram a partir de dois dilemas: a) O que ensinar e como ensinar nas Ciências Sociais; b) A oposição entre métodos quantitativos e qualitativos.

A dificuldade em delimitar um perfil de formação para o cientista social, não era exclusividade da UFMG. Entretanto, Paixão (1991) discute como essa dificuldade é uma das marcas do nascente curso da FAFICH que, para ele, carecia de seriedade em seu currículo. Essa carência e a mobilização dos alunos de “esquerda” e professores insatisfeitos com a situação institucional e acadêmica produzida pela fusão dos cursos levou à criação do chamado “curso paralelo”, logo nos primeiros anos do novo curso de Ciências Sociais. O “curso paralelo” foi uma revolução curricular que, com a cumplicidade de alunos e professores, permitiu que se desenvolvessem durante cerca de dois anos um curso com disciplinas distintas das previstas no currículo oficial.

No entanto, o contexto político ditatorial e a repressão que se acirrava a partir de 1969 contribuíram, segundo Paixão (1991), para a dissolução do “curso paralelo”. Permanecia a falta de clareza sobre o que se deveria ensinar no curso de Ciências Sociais da FAFICH, a qual era expressa na constante alteração da grade curricular do curso. Isso gerou o que Paixão denomina de a “dança dos currículos”, que colaborava para a falta de construção de um perfil profissional para os alunos das gerações dos anos 70 e 80. A escalada ditatorial contribuía para provocar, como reação, o desenvolvimento dos movimentos de esquerda e, segundo Paixão, o ensino de teoria sociológica na FAFICH desse período passou a concentrar-se no pensamento de Karl Marx.

De acordo com Maggie (1991), a forte presença da repressão ditatorial nos cursos de graduação contribuiu também para que muitos professores, por todo Brasil, se insulassem na pós-graduação. Essa separação entre pós-graduação e graduação causou diversos impactos no modo de se pensar e desenvolver o ensino de Ciências Sociais em Minas e no restante do país. Apesar dos tempos difíceis, a pós-graduação, segundo Maggie, ainda gozava de maior autonomia, o que a tornou também o lócus da pesquisa acadêmica.

Tendo em vista essa separação e a falta de clareza sobre o que se ensinar em Ciências Sociais, a maior parte dos currículos adotados pelo curso da FAFICH “reduzia tópicos curriculares a rótulos ‘vazios’ a serem preenchidos pelos interesses ou especialidades do professor que deles eventualmente se ocupasse” (PAIXÃO, 1991, p.204). A esse fato acrescenta-se a afirmação de Paixão de que a separação entre pós e graduação era menos acentuada na UFMG, visto que a maioria dos professores da graduação eram também membros da pós. Entendemos que a presença dos professores da pós na graduação, apesar de positiva, contribuía também para a manutenção desses “rótulos vazios”. Rótulos esses diretamente criticados por Schwartzman (1991), em sua avaliação sobre os desafios das Ciências Sociais na década de 90, por contribuírem para manter o caráter desafiante da promoção de um ensino adequado para a formação de cientistas sociais. Nas palavras do autor,

Para que este desafio seja enfrentado não basta que os professores e pesquisadores dos cursos de pós-graduação se disponham a ensinar nos cursos de graduação, como já ocorre em algumas universidades; é necessário ir muito mais além, a começar pelo questionamento da noção cômoda, mas equivocada, de que o conteúdo a ser ensinado nos cursos de graduação deve decorrer naturalmente dos interesses e preocupações dos pesquisadores e professores dos mestrados e doutorados. (SCHWARTZMAN, 1991, p. 91)

Essa noção mencionada por Schwartzman advém do que ele nomeia como “dogma da indissolubilidade entre ensino e pesquisa”, ligado à reforma educacional de 1968. Nessa questão situa-se uma tensão importante sobre o que ensinar em Ciências Sociais, que contribuirá para a adoção do perfil de “laboratório de pesquisa”, realizada pelo BHSurvey.

A partir das análises do ambiente das Ciências Sociais nos anos 90, podemos perceber a emergência de duas perspectivas sobre o ensino. A primeira delas seria adepta desse suposto dogma, defendendo que o melhor modo de formar cientistas sociais é inserindo-os na realização de pesquisas acadêmicas. A segunda, na qual se insere o pensamento de Schwartzman, é avessa a essa perspectiva acreditando que ela restringe o ensino à preocupação com a profissionalização.

O argumento de Schwartzman (1991) é que o ensino das Ciências Sociais deveria corresponder à demanda por um aprendizado mais geral sobre a realidade brasileira e internacional. Desse modo, as Ciências Sociais dariam uma contribuição efetiva para a sociedade, formariam melhor seus alunos e os alunos de outras áreas que cursam suas disciplinas. Para Schwartzman, bem como para Lessa (1991), o modelo de ensino que assume a pesquisa como o principal meio para a aprendizagem responde as exigências dos alunos por uma rápida absorção no mercado de trabalho. Isso é feito, segundo esses autores, à custa da negligência no ensino teórico e da problematização mais profunda sobre o contexto social. Lessa acrescenta que tal modelo corrobora a tendência à hiperespecialização que tem levado os cientistas sociais a ignorarem grande parte dos autores fundamentais para o desenvolvimento do pensamento ocidental.

Santos, por sua vez, coloca a discussão nos seguintes termos:

há uma crença, que julgo infundada, na superioridade da experiência da pesquisa sobre a experiência do aprendizado *mais geral* para alunos. Ou seja, acredita-se (a meu ver por equívoco) que melhores seriam os cursos em que se desse menos relevo à condução de seminários, à leitura intensiva, à preparação de trabalhos, a orientação de monografias e da própria tese (quantos alunos recebem, de fato, *orientação?*) e maior destaque a abertura de oportunidades de pesquisa durante a graduação e a pós-graduação. Essas frentes de trabalho, por refletirem os interesses imediatos de investigação de professores/coordenadores de projeto, raramente se vinculam às necessidades de formação mais geral, ao escopo mais amplo de socialização dos alunos na vida acadêmica. (SANTOS, 1991, p. 257-258)

Por outro lado, em defesa do caráter intrínseco entre ensino e pesquisa, Paixão afirma que:

Os casos bem-sucedidos de socialização profissional não se dissociam da integração do estudante à pesquisa de algum professor; de suas atividades como monitor de alguma disciplina; de bolsas de iniciação científica ou de estágios em instituições públicas academicamente orientadas. (...) Ou seja: a profissionalização do estudante viabilizada seja por programas organizados de iniciação científica (como o laboratório de Pesquisa Social do IFICS-UFRJ), ou pelo PET-CAPEs, amplia significativamente as condições favoráveis à internalização das regras e atitudes científicas pelos estudantes representadas pelo envolvimento de docentes-pesquisadores no ensino de graduação. (PAIXÃO, 1991, p. 211-212)

A questão sobre o que se ensinar nos remete, portanto, a questão da socialização profissional, em outras palavras, à questão de como se aprende a ser cientista social. As entrevistas com alunos que participaram da equipe do BHSurvey confirmam o posicionamento de Paixão sobre o sucesso no preparo profissional. Para os alunos a participação remunerada na pesquisa contribuiu, primeiramente, para fixá-los no curso,

evitando que tivessem que trabalhar em atividades não correspondentes à sua formação. Outro papel importante da inserção na pesquisa, mencionado pelos alunos e consonante à percepção de Paixão, é a possibilidade por ela criada de entendimento e experimentação sobre o que faz um cientista social. Para os alunos a experiência no Survey contribuiu para minimizar as ansiedades relacionadas ao futuro profissional, tanto por vislumbrarem o modo de aplicação do conhecimento como pelo preparo técnico que recebiam e pelos contatos profissionais que começavam a desenvolver. Essa formação de uma rede de contatos; sobretudo com os próprios professores, que passam a reconhecer potencialidades dos então estagiários e futuros colegas de trabalho, é apontada pelos entrevistados como decisiva em suas trajetórias profissionais.

Maggie (1991), ao analisar o trabalho no Laboratório de Pesquisa Social do IFICS-UFRJ, também defende que o contato direto dos alunos com a pesquisa, ainda na graduação, seria o melhor modelo de ensino para garantir o sucesso dos cursos de Ciências Sociais no Brasil. Segundo a autora,

para se implementar o modelo é preciso que se acredite que a melhor forma de se ensinar ciências sociais é ensinar a construir a ciência, unindo pesquisa e cursos teóricos. A pesquisa não deve ser o último estágio, depois que se aprende conceitos. Ela deve estar presente desde os primeiros passos na longa caminhada da descoberta teórica. (MAGGIE, 1991, p. 140)

Nesse posicionamento fica explícito que, para a autora, o ensino por meio da pesquisa não tem o objetivo de substituir o ensino teórico, mas de acompanhá-lo. Maggie (1991) tenta se deslocar, portanto, dos extremismos nos quais recaem as discussões sobre os modelos de ensino na época. No lugar de uma polarização entre um ensino teórico de caráter enciclopédico, como defendido por Lessa (1991), e um ensino tecnicista voltado para a pesquisa; a autora propõe um aprendizado teórico ao longo da prática de pesquisa.

Entretanto, as discussões sobre o modelo de ensino da década de 90 apontam a dificuldade em se manter esse equilíbrio entre ensino teórico e prática de pesquisa. Essa dificuldade é também apontada em entrevista com um dos alunos integrantes do BHSurvey. Segundo o aluno, apesar da formação metodológica adquirida com sua participação na pesquisa ter sido um diferencial para sua carreira, ele sentiu falta em alguns momentos de um conhecimento teórico mais amplo. Isso porque, para ele, sua formação em teoria sociológica centrou-se em algumas abordagens teóricas do módulo do BHSurvey no qual ele trabalhou diretamente. A despeito de ter um conhecimento profundo dessas teorias, ele entende que um conhecimento teórico plural teria contribuído para sua prática profissional. Segundo ele, essa

seria uma característica da geração de cientistas sociais formados na UFMG nos anos de desenvolvimento do BHSurvey. Ao avaliar os reflexos do seu modelo de formação, os alunos entrevistados afirmaram que as contribuições para a trajetória profissional, proporcionadas pela formação por meio das atividades de pesquisa, superaram as possíveis deficiências da falta de amplitude teórica.

Além da participação direta no BHSurvey, os alunos entrevistados mencionam o caráter peculiar da grade curricular do curso de Ciências Sociais da UFMG como decisivo na sua formação. Segundo os alunos, além da participação no BHSurvey e nos cursos de aprofundamento do MQ, o currículo do curso no início dos anos 2000 contribuía para a concentração em estudos quantitativos. Com essa consideração, alcançamos o segundo dilema relacionado ao ensino e pesquisa nas Ciências Sociais, que compõe o ambiente de surgimento do BHSurvey: a tensão entre métodos quantitativos e qualitativos. Além de ter sido mencionada por todos os entrevistados ao se referirem ao ambiente das Ciências Sociais da época, essa tensão é longamente discutida em Martins (2005), a partir de uma série de avaliações realizadas entre 2001 e 2004 por pesquisadores ligados a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Soares (2005), ao analisar essa tensão, remonta ainda ao final da década de 80, quando a pesquisa quantitativa no Brasil resultava em menos de 15% dos artigos publicados na Revista Brasileira de Ciências Sociais. Citando Nelson do Valle Silva, o autor frisa que os poucos artigos publicados que possuíam alguma análise quantitativa eram de autoria de professores doutorados nos Estados Unidos. Fato que corrobora a trajetória de formação do perfil dos profissionais das Ciências Sociais da FAFICH, apresentado anteriormente. O que espanta esse autor, é que, mesmo tendo passado vinte anos desde a realização desse estudo, não somente a pesquisa quantitativa teve pouco desenvolvimento no Brasil como, para alguns, continua sendo vista como uma metodologia imperialista.

Essa visão é confirmada por alguns professores entrevistados ao se referirem aos colegas que não aderiram à proposta do BHSurvey. Segundo os professores participantes do Pesquisa, apesar de na maior parte do tempo os professores que não aderiram ao projeto realizarem uma oposição velada, uma das maiores tensões entre os colegas de departamento da época relacionava-se à crítica ao uso dos métodos quantitativos. Segundo um dos professores entrevistados, essa crítica ocorria devido a não linearidade do processo de formação vigente no fim dos anos 60. Isso porque a escalada ditatorial, ao longo dos anos 70, e a admissão de professores de outros institutos foram dissipando a tendência quantitativa das Ciências Sociais na UFMG. Nos anos 90, portanto, já não se encontrava uma formação

uniforme entre os professores e o viés da teoria marxista, aprofundado ao longo da ditadura, era um forte determinante sobre as escolhas temáticas e metodológicas dos pesquisadores da época.

Segundo Soares (2005), esses fatos formaram já nos anos 2000 um quadro em que a crítica aos métodos quantitativos vinha desacompanhada de outras propostas metodológicas. Nas palavras do autor, “Há uma certa hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à Estatística; porém, seu lugar não foi ocupado por métodos qualitativos rigorosos, mas por uma ausência de métodos e de rigor” (SOARES, 2005, p.73). Para Araújo e Reis (2005), o principal problema no campo metodológico é justamente o fato de ainda se construir o dilema nos termos quantitativo x qualitativo e na crítica ao rigor de cada um deles.

Soares (2005) e Araújo e Reis (2005) concordam com a necessidade das Ciências Sociais de sua época de se desenvolver no campo metodológico, deslocando-se desse suposto dilema entre os métodos. Para Soares (2005) uma comprovação da carência metodológica dos currículos das Ciências Sociais no Brasil seria o sucesso do MQ que, em seus primeiros anos de desenvolvimento, já atraía grande número de pesquisadores de universidades de todo o país. Segundo esse autor, o sucesso do curso ainda não provocava uma mudança no contexto geral da área devido ao contexto mais amplo de relação de poder entre as universidades da época. Isso porque, apesar da UFMG e outras universidades como UnB, URGS e UFPe estarem no caminho de aprimoramento metodológico, o cenário acadêmico continuava dominado pela USP e IUPERJ, nas quais o ensino de técnicas de pesquisa e métodos quantitativos ainda era precário.

Desse modo, chegamos ao ambiente acadêmico das Ciências Sociais no início dos anos 2000, período no qual surge a iniciativa de realização do BHSurvey. Na seção seguinte trataremos de modo mais específico os passos para a concepção desse Survey, bem como do MQ, por serem iniciativas estritamente vinculadas. A vinculação ensino/pesquisa e os desafios metodológicos da época atuarão como chave para a leitura desse contexto mais específico.

3.2 A formação do BHSurvey

Para reconstruirmos o processo de elaboração do BHSurvey nesta seção, nos valem das lembranças narradas pelos entrevistados e das informações contidas em Aguiar (2007). Visamos sistematizar um histórico com pretensões à coerência, mas que não se limite à disposição cronológica de fatos e atores. Podendo, portanto, ser utilizado, assim como o

histórico precedente, como uma fonte de dados para nosso objetivo maior de discutir a influência do contexto da descoberta na produção da pesquisa sobre capital social no BHSurvey. Para isso, assumimos o tom de narrativa dos acontecimentos lembrados pelos entrevistados, ora sintetizando as diferentes falas, ora destacando seus autores¹². Uma vez que os informantes situavam-se em diferentes níveis hierárquicos: coordenação, professores e alunos, pode-se colocar em dúvida a tentativa de unificar seus discursos. Diante desse questionamento, observamos a conformidade entre as falas e nos posicionamos de modo a marcar o autor das lembranças apenas quando se referirem a opiniões restritas à sua posição na pesquisa.

3.2.1 A construção de um Survey: rede de relações, ensino e política institucional

Ainda nos anos 90 a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da qual participava a professora Neuma Aguiar, realizou um diagnóstico sobre o ensino e desenvolvimento de pesquisas quantitativas nos cursos de Ciências Sociais no Brasil. Tal diagnóstico apontou a carência de trabalhos nessa linha por todo o país. As pesquisas quantitativas realizadas nas universidades nesse período ou concentravam-se em alguma análise de dados secundários ou contratavam institutos externos para a execução da coleta de dados. Além disso, no que se referia ao ensino, o diagnóstico aponta um vazio na formação dos graduandos em atividades de pesquisas tipo survey. Essa conclusão do diagnóstico encontra eco na afirmação de Schwartzman: “Hoje a maioria dos cientistas sociais brasileiros mais conhecidos ensinam em universidades, mas preferem desenvolver suas pesquisas em institutos privados, e dificilmente entram em contato com os alunos de graduação.” (SCHWARTZMAN, 1991, p.88). Estando a par dessa realidade e de algumas propostas gerais da SBS para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa no Brasil, a professora Neuma Aguiar, então integrante do IUPERJ, ingressou no quadro de professores do departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG em 1996.

Nesse período, estavam envolvidos nas discussões sobre a revitalização da pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais brasileiras, além da professora Neuma, o presidente da SBS

¹² Os autores das lembranças aqui expostas são: Neuma Aguiar (coordenadora geral), Solange Simões (coordenadora responsável pelo levantamento de dados), Antônio Augusto Pereira Prates (vice-diretor do Centro de Pesquisa Quantitativa em Ciências Sociais –à época– e coordenador do módulo de capital social), Otávio Soares Dulci (chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia –à época– e coordenador do módulo sobre trabalho em 2002), Fátima Anastasia (coordenadora do Doutorado em Sociologia e Política –à época– e coordenadora do módulo sobre participação política em 2002), Maria Aparecida Machado Pereira (supervisora geral), Valéria Cristina de Oliveira (bolsista do Programa de Aperfeiçoamento Discente) e Felipe Nunes (bolsista do Programa de Aperfeiçoamento Discente).

Antônio Sérgio Guimarães e o sociólogo Nelson do Valle Silva. Ao assumir seu cargo na universidade mineira, Neuma Aguiar passou a dialogar também com o quadro docente da época a fim de concretizar as aspirações emergidas ainda em sua atuação no Rio de Janeiro. As primeiras ideias concentraram-se na experiência do *Summer Institute*, da Universidade de Wisconsin (EUA), no qual Neuma Aguiar havia lecionado por três anos com bolsa da Fundação Tinker¹³. Esse modelo de instituto consistia na realização de cursos intensivos durante as férias de verão. As discussões sobre sua implementação no Brasil, especificamente na UFMG, contaram também com o envolvimento de Solange Simões, então professora de Metodologia na universidade mineira, a qual possuía estreito vínculo com a Universidade de Michigan (EUA) e também com a experiência de instituto existente nessa universidade.

Além dessa experiência, no formato de instituto, havia na Universidade de Michigan o *Summer Program*, também apresentado por Solange Simões aos colegas mineiros. O *Summer Program* atuava de modo específico no treinamento dos alunos para a construção de um Survey, promovendo a interação constante entre a teoria metodológica e a prática de pesquisa. Como primeiro passo para a execução de um modelo semelhante no Brasil, foi lançada em 1999 a primeira edição do Curso Intensivo de Metodologia Quantitativa em Ciências Humanas (MQ). Podemos entendê-lo, portanto, como resultado de três processos: do plano da SBS para a revitalização da pesquisa quantitativa nas ciências sociais brasileiras, das discussões institucionais e metodológicas entre os professores da UFMG e dos contatos desses professores com as experiências norte-americanas de cursos intensivos. Nos seus primeiros anos de funcionamento, o MQ compunha a grade curricular do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da FAFICH, após o desmembramento desse Programa ele passou a ser realizado no âmbito da Pós-graduação em Sociologia, como permanece atualmente.

A criação do MQ estava intrinsicamente ligada à ideia, já em formulação, da realização de uma pesquisa de tipo laboratório e com vinculação internacional. Tal ideia advinha da intensa ligação da professora Solange Simões com o *Institute for Social Research* (ISR), da Universidade de Michigan, sobretudo na pessoa de seu diretor à época, David Featherman. David Featherman coordenava também a proposta de realização de um Survey Mundial, o Observatório Internacional Comparado, posteriormente nomeado de *Social Hubble*, e convidou a professora Solange Simões para assumir a co-coordenação do projeto.

¹³ A Fundação Tinker é uma instituição norte-americana que afirma ter por missão promover o desenvolvimento sustentável da América Latina. Suas ações envolvem a concessão de bolsas de professor visitantes nos EUA a profissionais latino-americanos e o auxilia a pesquisas de campo realizadas nos países da América Latina.

Por estar ao mesmo tempo próxima da iniciativa de pesquisa do ISR e da iniciativa metodológica das Ciências Sociais na UFMG, Simões passou a atuar como ligação entre essas duas instâncias. Um dos primeiros passos para a concretização da parceria entre a UFMG e o *Social Hubble* foi o convite para David Featherman conhecer o MQ ainda em sua primeira edição. Com esse convite, realizado por Solange Simões e Neuma Aguiar, havia a pretensão de convencê-lo, enquanto coordenador de uma proposta de pesquisa internacional, do preparo metodológico da área de Ciências Sociais da UFMG para ser a sede brasileira do Observatório.

Nesse período, foi encaminhada, com o auxílio do então chefe do departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, Otávio Soares Dulci, uma carta à coordenação do *Social Hubble* apresentando argumentos para a formalização da parceria com a universidade mineira. Entre os argumentos apresentados constavam, além da experiência recente do MQ, o caráter de cidade média concernente a Belo Horizonte. Essa característica faria de Belo Horizonte uma cidade mais representativa do perfil latino-americano, quando comparada às grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. Outro fato que contribuiu para a formalização da parceria foi a ligação já existente entre o pesquisador David Lam, próximo a David Featherman, e os pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (CEDEPLAR).

Tendo acertado a parceria com o *Social Hubble*, Neuma Aguiar e Solange Simões organizaram um Seminário Internacional a fim de discutir: a relevância de se desenvolver em Belo Horizonte um survey modelo para as Ciências Sociais no Brasil e o impacto dessa ação para a criação de um vínculo com os cientistas de outros países e para as tentativas de desenvolvimento de pesquisas que ligassem as questões locais às globais. Esse seminário, realizado em 2001 com o patrocínio da Fundação Ford, foi um grande evento que mobilizou pesquisadores da Varsóvia (Polônia), Beijing (China), Detroit (EUA), Cidade do Cabo (África do Sul), que compunham a iniciativa do *Social Hubble*, e das Universidades Federais de Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Após o Seminário iniciou-se a discussão sobre qual seria o modelo do Survey a ser realizado na capital mineira. A inspiração original advinha da recomendação de David Featherman de que Belo Horizonte desenvolvesse um estudo semelhante ao *Detroit Area Survey*. Segundo esse modelo, o survey seria desenvolvido anualmente, mas com temáticas distintas, escolhidas após seleção das propostas enviadas pelos pesquisadores interessados. Outra opção seria a realização de uma pesquisa de tipo *Omnibus Survey*, que consistia na realização de um survey também longitudinal, mas que incluísse múltiplos temas em cada

uma das rodadas. A primeira opção atraía, inicialmente, maior interesse dos pesquisadores envolvidos por possibilitar o aprofundamento das questões. O formato de *Omnibus Survey* era criticado, sobretudo, por não permitir esse aprofundamento.

Entretanto, como exposto desde os primeiros passos, o BHSurvey nunca foi idealizado apenas com o objetivo de produzir informações comparáveis sobre a realidade local. A inserção política de sua proposta dentro das Ciências Sociais no Brasil e de modo especial na UFMG conduziu diversas de suas decisões, incluindo a opção pelo formato *Omnibus Survey*. Apesar das resistências a esse modelo, a coordenação da pesquisa o percebia como uma importante forma de fortalecimento institucional das Ciências Sociais na UFMG. A adoção de tal formato tinha como objetivos: a) fomentar a colaboração de professores de todas as linhas em uma única pesquisa, fortalecendo a interação entre os mesmos e b) enfraquecer a oposição aos métodos quantitativos. Além disso, o envolvimento de um maior número de professores garantiria também a participação de um maior número de alunos. Esse envolvimento dos alunos era outro objetivo conexo do BHSurvey, o qual se baseava na vinculação estreita entre pesquisa e ensino, também como um modo eficaz de formar as novas gerações de cientistas sociais.

Por essas razões, optaram pela formação de um único survey com temáticas distintas a serem replicadas em cada uma das edições da pesquisa. A fim de concretizar esse modelo foi aberto um edital para que os professores da área de Ciências Sociais apresentassem propostas de pesquisa. Foram, então, apresentados treze projetos, dois foram descartados e outros dois foram aglutinados, compondo os nove módulos que constam na pesquisa de 2002. As propostas descartadas referem-se aos projetos das coordenadoras da Pesquisa, que, receando a não adesão dos colegas, preparam projetos que pudessem assegurar a execução do Survey.

Entre esses projetos constavam o de Usos do Tempo, da professora Neuma Aguiar, e o de Solange Simões sobre Meio Ambiente. Com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e integrando a mesma rede de colaboração internacional na qual se realizou o BHSurvey, Simões desenvolveu no ano de 2001 o *Global Environmental Survey*, em sua edição no Brasil com amostra representativa para o estado de Minas Gerais. Essa experiência com um Survey internacional contribuiu não apenas para a solidez da participação de Belo Horizonte na rede colaborativa, como para a constituição de um saber específico sobre a elaboração de surveys comparativos. Tal expertise, adquirida com a Pesquisa Ambiental, contribuiu para formar a equipe de supervisão do BHSurvey, liderada por Maria Aparecida Machado Pereira, atuando ao lado de Solange Simões nos dois surveys.

Para a execução da pesquisa, contaram inicialmente com o patrocínio da Fundação Ford, que apoiava o projeto desde a realização do Seminário e estava particularmente interessada no objetivo mais amplo de revitalização dos estudos quantitativos. Tal interesse advinha, entre outras razões, do contato pessoal entre os representantes dessa Fundação, Jorge Balán e Edward Telles, com a coordenação da pesquisa e professores da área de Ciências Sociais na UFMG. A fim de complementar o financiamento a coordenadora geral da pesquisa, Neuma Aguiar, recorreu a duas outras fontes de recursos. A primeira delas foi a Fundação Tinker, que patrocinou o survey com o olhar mais voltado para seus resultados, do que para seu aspecto político-institucional, como o caso da Fundação Ford. A relação precedente, como professora bolsista, de Neuma Aguiar com essa instituição foi também utilizada como um argumento para o financiamento. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também financiou a primeira rodada da pesquisa com o interesse, sobretudo, no aspecto internacional do survey. Esse financiamento foi também facilitado pela proximidade de Alice Rangel de Paiva, então vice-presidente do CNPq, ao ideal do projeto e aos seus coordenadores.

De posse dos recursos e dos nove projetos iniciou-se o período mais intenso de elaboração do survey, referente à concepção do primeiro instrumento de coleta de dados. Para isso foi formado como que um laboratório de pesquisa, a partir da incorporação das disciplinas de metodologia da pós-graduação e de algumas disciplinas do MQ ao processo de elaboração da pesquisa. Nesse processo, os professores e suas equipes eram responsáveis por redigir a proposta com o objetivo de seu inquérito e o primeiro esboço das questões pretendidas. A partir desse material, a equipe técnica (Solange Simões e Maria Aparecida Machado Pereira) ficava responsável pela formatação das questões, de modo a seguirem os padrões exigidos pela metodologia de survey e os interesses de cada pesquisador. Ao longo desse processo, os alunos da pós-graduação recebiam treinamento sobre a concepção e procedimentos referentes às pesquisas tipo survey. Em um dado momento do curso cada professor apresentava sua proposta e os alunos passavam a fazer parte das discussões sobre a formatação das questões.

Nesse período, emergiram duas dificuldades referentes ao esforço técnico necessário para conceber um instrumento completamente novo e à necessidade de coordenar e convergir para um mesmo objetivo interesses divergentes. Quanto ao esforço técnico, apesar da intensa participação dos alunos da pós-graduação, ele centrou-se nas figuras da Solange Simões e Maria Aparecida Machado Pereira, às quais eram responsáveis por colher as impressões dos alunos e os interesses dos professores e propor a redação das perguntas de modo mais

coerente e eficiente para o projeto como um todo e para a investigação específica de cada módulo. A dificuldade de coordenação de múltiplos interesses ficou sobre a responsabilidade de Neuma Aguiar, responsável por determinar a extensão de cada módulo dentro do instrumento e gerenciar potenciais atritos. Nomeamos de potenciais, pois o entendimento dos participantes é que a tensão entre os coordenadores de cada módulo permanecia sempre velada, sendo às vezes expressa apenas em comunicações diretas com a coordenação da pesquisa. A ausência de atritos explícitos era facilitada pelo número reduzido de reuniões com todos os coordenadores dos módulos. Quando essas reuniões ocorriam voltavam-se para a discussão de questões político-institucionais do projeto e não para as questões de formulação do instrumento de produção de dados. O instrumento era discutido apenas em reuniões entre a coordenação técnica e os pesquisadores de cada módulo.

O mesmo procedimento de interação com os alunos da pós-graduação e do MQ foi adotado durante os pré-testes do questionário. Os alunos compunham a equipe de campo e posteriormente participavam das reuniões para avaliação da qualidade do instrumento. Como resultado deste trabalho eram gerados relatórios de pré-teste, analisados pela equipe técnica e encaminhados para a coordenação de cada módulo. Na primeira edição da pesquisa, em 2002, um mesmo módulo poderia ter mais de dez versões distintas, formadas nesse processo de interação entre a equipe técnica e a coordenação do módulo.

Antes da segunda edição do BHSurvey ir a campo surgiu, sob a coordenação do professor Bruno Pinheiro Wanderley Reis, o Programa de Aperfeiçoamento Discente (PAD) que concedia oito bolsas para alunos de graduação em Ciências Sociais. A proposta desse professor foi direcionar os esforços dos alunos para a participação no BHSurvey. Os mesmos iniciaram seus trabalhos com a formação do banco de dados da primeira rodada do survey e atuaram de modo intenso em todas as etapas da segunda rodada do survey. Cada aluno de graduação estava ligado à um professor e seu respectivo módulo no BHSurvey, atuando como equipe a auxiliar na formulação das questões, realização dos pré-testes, formatação do questionário, aplicação do instrumento, digitação dos dados e análise do banco. Por fim, cada aluno respondia à atribuição de redigir um artigo por ano referente ao tema do BHSurvey no qual atuava.

Para a edição de 2005, mantiveram-se como fontes de recurso a Fundação Ford e o CNPq e conseguiram uma complementação da FAPEMIG. Apesar de, desde sua concepção estar inserido no Observatório Internacional Comparado, as perspectivas de comparabilidade internacional do BHSurvey não foram possíveis na primeira edição, devido à dificuldade dos outros parceiros da rede de realizarem suas pesquisas locais. Em 2005, por dificuldades

relativas a financiamento, apenas a Cidade do Cabo pode desenvolver um estudo concomitante a servir de modo comparativo com o BHSurvey. Para a realização do estudo nessa cidade, alguns pesquisadores de Belo Horizonte foram à África do Sul discutir o conteúdo comparável entre as pesquisas e garantir uma formação metodológica comum aos pesquisadores brasileiros e sul-africanos. Apesar da necessidade de algumas adaptações, o formato do questionário da primeira edição sofreu poucas alterações devidas à necessidade de garantir a comparação.

Entre a segunda e a terceira edição do BHSurvey as Ciências Sociais na UFMG passavam por diversas alterações. O antigo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política se desmembrou em dois novos programas, dividindo os esforços e interesses dos professores. Alguns pesquisadores importantes para a pesquisa, como Fátima Anastasia e Otávio Dulci, primeiramente se afastaram do projeto e depois se aposentaram na UFMG. Durante a terceira rodada a coordenadora geral, Neuma Aguiar, também se aposentou na universidade mineira, representando um forte impacto no modelo de coordenação da pesquisa. Os recursos advindos das fundações internacionais também se esgotaram e a equipe não conseguiu novos financiamentos com essas instituições.

Apesar da redução da amostra na terceira edição, manteve-se o mesmo padrão de questionário e o mesmo procedimento para a confecção do mesmo. Entretanto, a utilização dos dados dessa edição foi mais restrita em comparação às edições anteriores. Sobre os dados da primeira edição foi organizado um livro com a participação de pesquisadores dos diferentes módulos do Survey e realizadas reuniões com profissionais da Prefeitura de Belo Horizonte. Sobre os dados da segunda edição destacam-se os trabalhos dos alunos de graduação e pós-graduação da UFMG.

Quatro anos após a última edição do BHSurvey, ele continua sendo valorizado como uma iniciativa ímpar para as Ciências Sociais da UFMG e do Brasil, sobretudo por seu aspecto formativo. Entretanto, para a atual coordenação do MQ e os demais professores entrevistados, não se vislumbra a possibilidade de prosseguimento do projeto devido a dois fatores principais. O primeiro deles é a falta de recursos financeiros, uma vez que o alto custo do survey dificilmente é coberto apenas por fontes nacionais. A alocação de recursos internacionais demanda não somente a disponibilidade dos mesmos, o que é dificultado em tempos de crise econômica como os dos últimos anos, mas também contatos pessoais com essas fontes. O segundo fator que dificulta o prosseguimento do projeto é a falta de coordenação institucional capaz de levá-lo a cabo e perseguir seu financiamento independente da permanência de atores-chaves no departamento.

Tendo perpassado esse histórico de constituição do BHSurvey, trataremos no capítulo seguinte de pormenorizar uma seção dessa história: o processo de construção das questões sobre capital social em cada uma das edições do survey. Colocaremos em foco, portanto, a intensa etapa de interação entre a teoria expressa pela coordenação do módulo, as exigências da equipe técnica, os resultados dos pré-testes e os dados construídos.

4 A FORMATAÇÃO DAS CAIXAS-PRETAS

No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. (ROSA, 2006, p.85)¹⁴

Retomando a ideia de caixa-preta, apresentada por Latour (1987[2000]) e transposta para as Ciências Sociais por Schwartzman (1991), repensamos as contribuições analíticas de tal noção para este trabalho. A primeira dessas contribuições, utilizada no capítulo anterior, é a oportunidade de enfatizar o contexto histórico de desenvolvimento de uma iniciativa de pesquisa como um dos determinantes do produto final. Nesse sentido, começamos a entreabrir a caixa e permitir uma fresta de luz sobre algumas das características do contexto da descoberta. A segunda contribuição analítica e, de certo modo, uma contribuição mais significativa da ideia de caixa-preta, surge ao questionarmos o que poderia efetivamente ser tratado como tal no caso do BHSurvey. Vale retomar, como mencionado na introdução do trabalho, que a caixa-preta é aquele elemento complexo sobre o qual há pouca problematização, importando apenas que cumpra a sua função dentro do sistema criado. Diante disso, encontramos nas questões presentes no instrumento de pesquisa o elemento analítico que atua como caixa-preta na investigação sobre o capital social no BHSurvey.

Compreendemos que os processos de conceitualização, operacionalização e mensuração se materializam no instrumento de coleta de dados. Tal instrumento atua como um filtro que permite a passagem do conceito abstrato à produção de dados empíricos. Sobre o conceito, de modo específico o conceito de capital social, tem se desenvolvido densas discussões teóricas, críticas e reconstruções. Sobre os dados produzidos são feitos inúmeros testes probabilísticos, conferidos pesos, criados índices e montados modelos estatísticos com diferentes pretensões. Sobre a construção das perguntas, no entanto, pouco se tem trabalhado no Brasil, como aponta Pereira (2010). Nesse sentido, as questões presentes no questionário são a caixa-preta ao se analisar, posteriormente, o processo de uma pesquisa. Isso porque pouco nos dedicamos à elucidação dos elementos que foram considerados para formulá-la e a complexidade de significados e interpretações que ela abriga. Interessa-nos, em geral, compreender apenas à qual teoria determinado dado corresponde e como transformá-lo em uma informação sociologicamente relevante.

¹⁴ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

A análise das questões, como a caixa-preta da prática investigativa encontra campo frutuoso no estudo do BHSurvey, visto que a etapa de concepção do questionário recebeu especial atenção durante a pesquisa, como afirmam Simões e Pereira (2007). Essas autoras, também coordenadoras da equipe técnica do survey, foram responsáveis por transformar a teoria em indicadores mensuráveis através das questões do Survey. Esse processo consistia em receber as propostas teóricas e sugestões de perguntas dos pesquisadores de cada um dos módulos e elaborar a partir delas questões que seguissem os critérios necessários para a validade e confiabilidade das medidas. Vale retomar que, segundo Babbie (2004), o requisito da confiabilidade refere-se à padronização das questões, de modo a garantir que diante do mesmo instrumento de produção de dados cada entrevistado esteja, de fato, respondendo às mesmas questões. Isso implica em afirmar que quanto maior for a influência do contexto da entrevista menor será a confiabilidade dos dados. O requisito de validade, como o tratamos neste trabalho, refere-se à capacidade de um dado produzido em campo refletir o conceito pretendido. De acordo com o objetivo geral deste estudo, nos dedicaremos de modo específico à discussão da validade dos dados, ainda que para isso a análise das questões exponha algumas observações sobre a confiabilidade das informações produzidas.

Tendo em vista, portanto, esses dois requisitos, Simões e Pereira (2007) afirmam terem trabalhado na construção do questionário à luz das teorias da psicologia cognitiva e psicolinguística, às quais enfatizam os processos mentais adotados pelo entrevistado para responder a cada questão. Esses processos são: interpretação da questão, busca na memória de informação sobre um comportamento ou uma opinião, formatação da resposta e edição. A construção do questionário visou, assim, conhecer esses processos referentes a cada uma das questões antes que se iniciasse a produção dos dados em campo. Para tanto, Simões e Pereira enfatizam, como condição imprescindível para o desenvolvimento do survey, a realização de pré-testes do questionário de pesquisa. Os pré-testes realizados ao longo das três edições do BHSurvey consistiram na seleção de entrevistados em níveis de escolaridade extremos; analfabeto ou primário, segundo grau e superior; para responderem ao questionário e a alguns instrumentos de avaliação do mesmo. Os instrumentos de avaliação do pré-teste, segundo Simões e Pereira (2007), foram: a) barra de *Probes* (barra de sondagem para o aprofundamento da questão); b) roteiro de avaliação da entrevista; c) entrevistas cognitivas.

Os *Probes* são frases padronizadas que podem ser utilizadas pelos entrevistadores para auxiliar o entrevistado na compreensão da questão. A utilização da barra de *Probes* consiste no registro, para cada questão, da frequência de utilização dos recursos de sondagem possíveis. Nos questionários do BHSurvey, além de alguns *Probes* específicos para cada

questão, foram utilizados dois recursos principais: repetição do enunciado ou das opções de resposta (R. Enun. ou R. Op.) e a utilização da frase “qualquer que seja o significado que isso tenha para você” (Sig. Enun. ou Sig. Op.). Os roteiros de avaliação das entrevistas, também utilizados nos pré-testes de todas as edições, eram preenchidos pelos entrevistadores a fim de descrever a situação de entrevista, as atitudes dos entrevistados, o grau de dificuldade e interesse em cada módulo e os tipos de dificuldade de cada questão. As entrevistas cognitivas, por sua vez, são o instrumento mais direto de avaliação das quatro tarefas realizadas pelos entrevistados ao responder uma questão. Elas atuam como uma entrevista paralela à aplicação do questionário fechado, na qual, após a resposta à questão de interesse, o entrevistado é questionado sobre os procedimentos que ele utilizou para responder aquela questão. Como exemplos de questões cognitivas, temos o questionamento sobre qual é o entendimento do entrevistado sobre determinada palavra no enunciado da questão, sobre o grau de dificuldade que atribui àquela pergunta e sobre o período de tempo ao qual se remeteu para respondê-la.

Os resultados obtidos por meio dessas técnicas foram compilados nos relatórios de pré-teste de cada uma das edições e atuaram como dados importantes para a reestruturação do questionário até seu desenho final. Nesse sentido, a análise da construção das questões aqui realizada toma esses relatórios como rica fonte de dados ao lado de todas as versões dos questionários disponibilizadas pela coordenação técnica da pesquisa. Estruturamos o capítulo de modo a discutir a formulação de cada questão, com enfoque maior nas implicações teóricas do que na formatação da pergunta, embora haja estreita relação entre os dois aspectos. O fazemos desse modo visto que nosso objetivo é a análise da validade dos achados de pesquisa diante do conceito delimitado pela coordenação do módulo de capital social, à luz do processo de construção, e não a realização de uma análise metodológica pormenorizada. Tal análise, dedicada aos efeitos nas respostas gerados pelo desenho das questões e à situação de entrevista, é realizada de modo detalhado em Pereira (2010). Trabalho esse que atua como referência neste estudo para a percepção dos desafios envolvidos na formulação de perguntas capazes de garantir a validade e confiabilidade dos dados construídos.

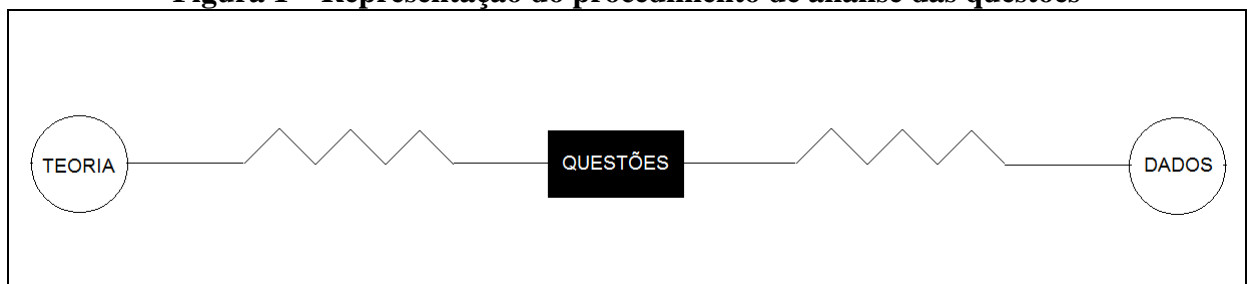
Temos como ponto de partida, portanto, a formulação do conceito adotada pela coordenação do módulo de capital social do BHSurvey. Como apresentado anteriormente, para a coordenação da pesquisa o conceito de capital social significa a coesão de um grupo quando mobilizada para a eficácia coletiva. Por coesão entende-se a frequência e intensidade das relações entre os membros de um grupo. Essa dimensão concentra os esforços no sentido de mensuração do conceito, possuindo o maior número de questões dentro do questionário e direcionando o olhar dos pesquisadores nas análises dos dados. A tentativa de mensurar o

fenômeno da mobilização da coesão, os laços fracos, é, segundo a coordenação do módulo, o aspecto mais difícil de alcançar por meio do survey. Para a operacionalização da eficácia coletiva, é utilizada como *proxy* a percepção do entrevistado sobre problemas nos serviços públicos do seu bairro.

As noções de coesão, mobilização e eficácia coletiva são, portanto, os elementos sobre os quais versa o interesse de operacionalização, por parte da equipe do módulo de capital social no BHSurvey. O primeiro e mais intenso passo para essa operacionalização ocorre na construção de questões capazes de medir as dimensões pretendidas. A construção da pesquisa se segue, no entanto, na apropriação dos dados produzidos, através da qual a equipe dedica-se a estabelecer a conexão entre teoria e dados. Desse modo, este capítulo concentra-se nesse primeiro passo, por meio da análise do processo de construção das questões presentes no questionário de cada uma das edições e dos dados produzidos por elas. A discussão sobre a apropriação e análise dos dados, realizada pela equipe responsável pela investigação sobre capital social no BHSurvey, será realizada no capítulo seguinte.

Optamos por construir essa primeira seção a partir da analogia à caixa-preta em um circuito elétrico. Dessa forma, a análise individual de cada questão parte da teoria que a originou, como elemento de entrada na caixa-preta, detém-se na tentativa de lançar luz à formulação da questão e culmina na interpretação do dado por ela produzido, elemento de saída da caixa-preta. Tal procedimento analítico está representado na Figura 1:

Figura 1 – Representação do procedimento de análise das questões



Fonte: Elaboração própria

4.1 Análise da construção das questões do Survey

Como mencionado anteriormente, apesar dos questionários estarem divididos em módulos, todas as questões de uma temática não estão agrupadas em seu respectivo módulo e nem todas as questões de um módulo se referem ao tema que o intitula. Dessa forma, recorreremos à entrevista com o formulador do módulo de capital social para que o mesmo

indicasse suas questões de interesse dentro do questionário. As questões que analisamos a seguir correspondem, portanto, a essas perguntas apontadas pela coordenação da pesquisa, dedicadas principalmente a mensurar a coesão grupal. Ao longo das três edições ocorreram poucas alterações nas questões referentes ao capital social. Por essa razão, analisamos inicialmente as questões de interesse que constam na primeira edição do survey e para as edições de 2005 e 2008 apresentamos apenas as novas questões e, em casos específicos, questões já existentes nas versões anteriores, mas que são reformuladas ou mais exploradas nas edições seguintes.

4.1.1 Perfil geral a partir da edição de 2002

No questionário de 2002 a primeira questão apontada fazia referência à dimensão de mobilização da coesão. Partiu-se da hipótese de que o envolvimento entre os vizinhos para solucionar um problema do bairro seria uma forma de capitalizar a possível coesão aí existente. Tal questão apareceu redigida da seguinte forma no questionário final:

Q6. Nos últimos doze meses, você se reuniu com vizinhos para discutir problemas do/da (bairro / vila)?	
1. Sim	
2. Não	
7. NR	
9. NS	
1. R. Enun.	3. Sig. Enun.

Na versão utilizada no pré-teste constou a mesma questão com a distinção no marcador de tempo, o qual passou de “no último ano” para “nos últimos doze meses”. Entre os quarenta e sete entrevistados no pré-teste apenas oito afirmaram ter participado de algum tipo de reunião. Entretanto, ao responder a questão cognitiva “Em que tipo de reuniões você pensou?” todos disseram se referir a reuniões de condomínio, com exceção de um caso que se referiu a reuniões no colegiado, sem mais especificações. Pensando no caráter de mobilização da coesão, pretendido para essa questão, a concentração do entendimento dos entrevistados apenas em reuniões de condomínio indica uma medida fraca. Isso porque, como mencionado nas próprias respostas às questões cognitivas, as reuniões de condomínio têm um caráter convocatório que não corresponde diretamente a uma forma de capitalizar a coesão para a geração de eficácia coletiva. Somado ao fator convocatório pontuamos também o caráter burocrático de tais reuniões que, em sua maior parte, dedicam-se a deliberações pontuais de acordo com pauta elaborada pelo síndico. Ao serem questionados sobre a existência de outros

tipos de reunião, apenas um dos entrevistados afirmou acontecerem festas e grupos de oração, mas que não participava dos mesmos.

Como questão cognitiva referente a essa pergunta foi questionado também “Quem você considera ‘seus vizinhos’?”. Das vinte pessoas que responderam essa questão, apenas duas consideravam vizinhos os moradores do bairro em geral, o restante considerava vizinho apenas os moradores mais próximos, no mesmo prédio ou rua. Esse fator é coerente com a referência apenas a reuniões de condomínio. No entanto, não é possível explorar a partir das entrevistas se a definição de vizinho adotada pelos entrevistados é responsável pela limitação da percepção sobre reuniões. Outro dado importante que contribui para pensar essa questão é o fato de alguns respondentes evocarem a intensidade afetiva para definir uma pessoa como vizinha ou não. Nesse sentido, alguns incluíram como vizinhos àqueles que classificavam como amigos, excluindo aqueles que moravam muito próximos, mas com os quais não tinham relações e incluindo alguns que moravam mais distantes. Consideramos, portanto, a possibilidade de que se houvesse participação em algum outro tipo de reunião no bairro ela seria referenciada, uma vez que geraria o sentimento de proximidade com os demais moradores, os quais poderiam ser considerados vizinhos.

Como dificuldades relacionadas a essa questão foram marcadas duas ocorrências de constrangimento ao responder e uma ocorrência de dificuldade de compreensão do enunciado. Tendo sido, portanto, mantida no questionário final, a frequência das respostas quando considerada a população de referência, ou seja, os moradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte, é apresentada na Tabela 1:

Tabela 1 – Participação em reuniões com vizinhos para tratar de problemas do bairro nos últimos doze meses – RMBH – 2002¹⁵

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Participou	141	13,7	13,7	13,7
Não participou	888	86,3	86,3	100,0
Total	1029	100	100	

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

¹⁵ Todas as tabelas de frequência apresentadas neste capítulo foram construídas utilizando-se o “peso devido a pós-estratificação relacionado a amostra”, variável assim denominada nos três bancos de dados da Pesquisa. Desse modo suas porcentagens referem-se às porcentagens de cada categoria para a população de referência, ou seja, para os moradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas respectivas datas de produção dos dados.

O padrão da população corresponde, desse modo, ao observado no pré-teste, com baixa porcentagem de participação nesse tipo de reuniões. A manutenção desse padrão aponta que a frequência das respostas no pré-teste não pode ser atribuída a um viés de seletividade desses entrevistados. Consideramos também que a porcentagem de não participação perto dos 90% indica a baixa capacidade de mobilização da coesão grupal, uma vez que esse era o objetivo teórico da questão.

Assim como o termo vizinho foi explorado na questão anterior, o termo vizinhança, usado de modo recorrente no questionário, recebeu especial atenção da equipe do survey. Tal atenção, ao entendimento sobre o grupo de referência que o entrevistado utiliza para responder às perguntas sobre o capital social, se faz necessária visto que esse é interpretado como um atributo grupal. Nesse intuito, constou no questionário final da pesquisa a seguinte questão:

Q7. (C.R., p. 3) Agora vamos falar um pouco sobre a sua vizinhança. Para você a sua **vizinhança** é:

(LER OPÇÕES 1 A 4)

1. A região ou (bairros / vilas) **próximo(a)s**,
2. Apenas o seu(sua) (bairro / vila),
3. As casas ou prédios próximos da sua casa, ou
4. Apenas (as casas ao lado / apartamentos do mesmo prédio)?
7. NR
9. NS

1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.
-------------	-----------	---------------	-------------

Antes da redação dessa pergunta com opções de resposta, foi incluída no pré-teste uma versão aberta da questão, a qual indagava: “Agora, vamos falar um pouco sobre seus vizinhos e sua vizinhança. O que você considera como sendo sua vizinhança?”. Nessa questão também predominaram as respostas que relacionavam vizinhança à maior proximidade, fazendo referência a casas da mesma rua ou apartamentos no mesmo prédio. Grande parte dos entrevistados fez também referência à vizinhança como sendo as pessoas que moram na área próxima à sua casa com as quais estabelecem algum tipo de relação. A menor parte dos respondentes ao pré-teste incluiu como vizinhança uma área mais ampla como o bairro ou bairros próximos. No relatório do pré-teste foi reportada a ocorrência de seis situações de dificuldade na compreensão do enunciado e sugerida a exclusão do termo ‘vizinhos’ do enunciado da questão. Justifica-se essa exclusão pelo fato da questão apresentar os dois termos, ‘vizinhos’ e ‘vizinhança’, e questionar apenas a respeito de um deles. Como observamos na redação final da questão, o termo foi excluído. Entretanto, a diferença entre os

dois termos foi mais explorada, sendo utilizado como questão cognitiva para essa pergunta: “Na sua opinião, há diferença entre o que você considera como sendo vizinhos e vizinhança?”. Prevaleceu como padrão de resposta o entendimento de que os vizinhos são as pessoas mais próximas e a vizinhança as pessoas que moram em áreas mais distantes. Apenas quatro das dezoito pessoas que responderam à questão cognitiva afirmaram não haver diferença entre os termos.

A formatação das opções de resposta no questionário final demonstra a opção da equipe da pesquisa em direcionar o entendimento do entrevistado para a ideia de vizinhança enquanto proximidade geográfica e não afetiva. A Tabela 2 apresenta a frequência das respostas a essa questão:

Tabela 2 – Definição de vizinhança – RMBH – 2002

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
A região ou (bairros / vilas) próximo(a)s	266	25,8	25,9	25,9
Apenas o seu(sua) bairro / vila	185	18,0	18,0	43,9
As casas ou prédios próximos da sua casa	320	31,1	31,1	74,9
Apenas as casas ao lado / apartamentos do mesmo prédio	246	23,9	23,9	98,8
Não respondeu	5	0,5	0,5	99,3
Não sabe	7	0,7	0,7	100
Total válido	1028	99,9	100	
Missing	1	0,1		
Total	1029	100		

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

Há uma distribuição equilibrada entre as categorias de resposta com ligeira concentração na opção “as casas ou prédios próximos da sua casa”. Tal opção mantém em aberto a noção de proximidade, a qual tende a variar entre os entrevistados. A partir desses resultados consideramos o termo ‘vizinhança’ como impreciso para ter sido tomado como referência para pensar a coesão grupal. Isso porque os dados deixam claro que o termo não remete a um agrupamento específico de pessoas.

Foram utilizados também para designar o grupo de referência do entrevistado os termos bairro e vila. A investigação do entendimento de tais termos também foi realizada pela equipe do survey. Para tanto, foi utilizado como questão cognitiva, em outra pergunta posteriormente excluída da pesquisa, o questionamento: “O que você considera como sendo o

seu/sua (bairro/vila)?”. A essa questão a tendência das respostas foi buscar referências oficiais, mencionando o nome do bairro ou seus limites geográficos. Essa definição contribui para reforçar a distinção entre bairro e vizinhança, já apontada na questão anterior. Outro aspecto relevante é o fato da utilização do termo bairro reportar o entrevistado a um espaço geográfico e não a um grupo com relações sociais estabelecidas.

Questionamos, a partir disso, a pertinência da análise do capital social como um recurso do bairro/vila do entrevistado. Esse questionamento é corroborado pela questão presente no pré-teste, mas excluída no questionário final, a qual demonstrou que mais de 60% dos entrevistados afirmaram ter pouco a ver com as pessoas que moram no seu bairro. A exclusão dessa questão se deve à dificuldade de entendimento da expressão ‘tem pouco a ver’. No entanto, no próprio relatório de pré-teste a equipe técnica afirmou que os entrevistados tiveram dificuldade para construir uma opinião sobre o bairro, visto que o mesmo abrange locais e pessoas com as quais o entrevistado não mantém relações. O termo bairro/vila, entretanto, foi utilizado em algumas questões sobre coesão, bem como os termos ‘vizinho’ e ‘vizinhança’. Consideramos, com isso, a importância de estarmos atentos a qual foi o termo utilizado em cada questão para remeter o entrevistado a um grupo de referência. Isso porque, como discutimos, as ideias de ‘vizinhança’, ‘vizinhos’ e ‘bairro/vila’, não podem ser tratadas como sinônimos.

Ainda explorando a ideia de bairro e pensando na noção de coesão, foi elaborada a questão a seguir com o objetivo de analisar a proximidade afetiva do entrevistado com seu bairro. Tal objetivo relacionava-se à hipótese de que quanto maior o sentimento de pertença ao bairro maior a intensidade das relações sociais nele estabelecidas.

Q8. Com qual dessas afirmativas você concorda?

(LER OPÇÕES 1 A 3) (PROBE PX.)

1. Você se sente em casa neste/a (bairro / vila),
2. Este/a (bairro / vila) é apenas um lugar para morar, ou
3. Se pudesse, você mudaria deste/a (bairro / vila)?
7. NR
9. NS

1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.
-------------	-----------	---------------	-------------

Para o pré-teste dessa questão foi utilizada outra versão na qual se questionava com qual das afirmativas o entrevistado concordava mais. Entretanto, no próprio relatório a equipe esclarece que o uso do termo ‘mais’ não eliminava a noção de mútua exclusão entre as opções. Ainda nessa primeira versão da questão, utilizaram apenas as opções: “Este

(bairro/vila) é como se fosse a minha casa” e “Para mim este (bairro/vila) é apenas um lugar para morar”. As respostas às questões cognitivas que interrogaram sobre o que o entrevistado entende por cada uma das expressões demonstraram a adequação das interpretações ao objetivo da questão. Isso porque todos os entrevistados que afirmaram se sentir em casa no bairro justificaram essa resposta pelo fato de morarem nele há muitos anos e por ter estabelecido intensas relações com o local e seus moradores. A interpretação da ideia do bairro como apenas um lugar para morar foi expressa por todos como ausência de relações importantes ou pouco tempo de permanência no bairro.

Entretanto, ainda que as questões cognitivas tenham demonstrado a coerência no entendimento das expressões foram reportadas quatro ocorrências de dificuldade na compreensão do enunciado e das opções de resposta. Por essa razão, a equipe técnica apontou a possibilidade de simplificação das expressões, sugerindo a utilização de: “me sinto bem/me sinto a vontade no meu bairro” e “esse bairro não é um lugar especial pra mim, mas apenas o lugar no qual moro”. Como observado, tais sugestões não foram incorporadas à pergunta final, a qual retomou a expressão “me sinto em casa nesse bairro”, já utilizada em versões do questionário anteriores ao pré-teste.

A inclusão da terceira opção de resposta “Se pudesse, você mudaria deste/a (bairro/vila)” inseriu uma terceira relação com o bairro, além da afeição e indiferença, relacionada à rejeição. Essa inserção alterou o padrão de respostas que, no pré-teste, apontava uma distribuição quase igualitária entre as duas categorias existentes, 53 % afeição e 47% indiferença, e gerou uma porcentagem significativa de rejeição ao bairro, como demonstra a Tabela 3:

Tabela 3 – Relação com o bairro – RMBH – 2002

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Sente-se em casa no/a bairro/vila	568	55,2	55,2	55,2
O/a (bairro / vila) é apenas um lugar para morar	138	13,4	13,4	68,6
Se pudesse, mudaria do/a bairro/vila	322	31,3	31,3	99,9
Não respondeu	1	0,1	0,1	100
Total	1029	100	100	

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

A partir da análise desses dados, observamos que a categoria referente à afeição ao bairro ainda concentra maior número de respostas que as demais. Dado esse que contribui

positivamente para a coesão do bairro. Entretanto, a porcentagem acima dos 30% de pessoas que se pudessem se mudariam do seu bairro também é um dado relevante sobre a falta de coesão em nível de bairro na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Continuando a investigação sobre coesão, foi elaborada uma pergunta a fim de verificar a presença de amigos na vizinhança do entrevistado. Tal questão partiu do pressuposto de que a relação de amizade é um bom indicador de intensidade das relações e, por conseguinte, uma *proxy* para a medida de capital social. A redação final da pergunta utilizou como grupo de referência o termo vizinhança acrescido da expressão “ou na região próxima da sua casa”, como observamos a seguir:

Q9. Você tem amigos na sua vizinhança ou na região próxima à sua casa?	
1. Sim	
2. Não (VÁ PARA Q11)	
7. NR	
9. NS	
1. R. Enun.	3. Sig. Enun.

Como mencionamos anteriormente, a expressão vizinhança é imprecisa para os entrevistados. Desse modo, o acréscimo da noção de região próxima tornou o grupo de referência, utilizado pelo entrevistado para responder essa questão, ainda mais impreciso. Entretanto, havia sido tentado no pré-teste a utilização dos termos bairro/vila ou bairros/vilas próximos, os quais foram substituídos no questionário final sem o relato de dificuldades relativas aos termos no material do pré-teste.

Foi investigado também, por meio das questões cognitivas, quem os entrevistados incluíram na noção de amigos. Em algumas respostas os entrevistadores anotaram os nomes mencionados pelos entrevistados, o que contribuiu pouco para o entendimento dos mesmos sobre a ideia de amigo. A maior parte das respostas, por sua vez, relacionou a noção de confiança com maior frequência de contato e ajuda mútua. Em muitos casos foram utilizadas as mesmas expressões ou mencionados os mesmos nomes referentes à resposta sobre o que consideravam como sendo vizinhos. Fato que corrobora a noção anterior de que o termo vizinho inclui apenas os amigos que moram na vizinhança do entrevistado.

Outra alteração significativa da pergunta para a redação do questionário final foi sua dicotomização, uma vez que, no pré-teste o entrevistado era questionado sobre o número de amigos que moravam próximos. No relatório constou a sugestão para a criação de intervalos nas opções de respostas, principalmente pela variabilidade das mesmas e a dificuldade dos

entrevistados em obterem um número exato. Tal dificuldade foi expressa quando utilizada a questão cognitiva, que pede ao entrevistado que explique o cálculo que fez para informar o número de amigos, à qual muitos responderam estar informando um valor aproximado. Consideramos, no entanto, que a dicotomização da questão enfraqueceu a capacidade explicativa da mesma, uma vez que impossibilitou o entendimento da inserção do entrevistado em um grupo de relações intensas na sua vizinhança. A partir da mesma não é possível afirmar se o entrevistado possui, por exemplo, apenas um ou dois amigos no bairro ou se mantém relações de amizade com grande parte do bairro. Nesse sentido, vale ressaltar que no pré-teste mais de 25% dos entrevistados afirmaram ter um número superior a dez de amigos no seu bairro ou bairros próximos. As respostas à versão final da questão são apresentadas na Tabela 4, a qual apresenta que quase 90% dos entrevistados possuem pelo menos um amigo na vizinhança ou região próxima à sua casa.

Tabela 4 – Presença de amigos na vizinhança ou região próxima – RMBH – 2002

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Sim	894	86,9	86,9	86,9
Não	135	13,1	13,1	100
Total	1029	100	100	

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

Na sequência dessa questão foi perguntado com que frequência o entrevistado conversava com esses amigos da vizinhança. Tal questionamento também acrescentou pouco ao entendimento da coesão do bairro ou vizinhança do entrevistado, uma vez que a própria noção de amizade inclui apenas as pessoas com as quais se conversa frequentemente. A redação final da questão fez referência direta à resposta da questão anterior, como vemos a seguir:

Q10. (C.R., p. 4) Com que frequência você conversa com eles?

(LER OPÇÕES 1 A 4)

1. Todos os dias ou quase todos os dias,
2. Toda semana (semanalmente),
3. Todo mês (mensalmente), ou
4. Quase nunca?
7. NR
8. NA
9. NS

1. R. Enun.

2. R. Op.

3. Sig. Enun.

4. Sig. Op.

Para o pré-teste foi utilizada outra versão da questão que indagava sobre a frequência com que o entrevistado conversava pessoalmente ou por telefone com seus vizinhos. Sobre essa formulação, o relatório do pré-teste aponta seis ocorrências da utilização do *probe* de repetição do enunciado. No mesmo se encontra também o relato da dificuldade de entendimento devido à utilização conjunta das expressões ‘pessoalmente’ ou ‘por telefone’, o que gerava para alguns entrevistados a noção de contraposição. A referência a vizinhos também gera alteração no sentido da questão, apesar de já ter sido apontado a proximidade entre as noções de amigos que moram próximos e vizinhos.

Ao serem questionados sobre o que consideram como sendo ‘conversar’ os entrevistados teceram respostas gerais como “bater papo”, “trocar informações”, “falar de problemas”. Os entrevistados foram sondados também sobre a importância para eles de conversarem com os vizinhos. Dos vinte respondentes a essa questão cinco afirmaram que não era importante, um entre esses afirmou considerar que a conversa entre vizinhos gera mais problemas do que benefícios. Explorar os sentidos atribuídos à conversa entre vizinhos seria, desse modo, um caminho de aprofundamento da ideia de coesão grupal. Caminho esse que poderia ter sido adotado pela equipe do Survey, mas que encontrou como principal dificuldade a limitação de espaço no questionário para o aprofundamento de cada temática.

Os dados finais da pesquisa apontam que mais de 80% dos entrevistados conversavam pelo menos toda semana com seus amigos, como é possível observar na Tabela 5:

Tabela 5 – Frequência com que conversa com os amigos da vizinhança – RMBH – 2002

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Todos os dias ou quase todos os dias	463	45,0	51,7	51,7
Toda semana (semanalmente)	271	26,3	30,2	81,9
Todo mês (mensalmente)	70	6,8	7,9	89,7
Quase nunca	89	8,7	10,0	99,7
Não sabe	2	0,2	0,3	100
Total válido	896	87,0	100	
Não se aplica	133	12,9		
Total	1029	100		

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

No intuito de construção de indicadores capazes de qualificar a intensidade das relações dentro do grupo de referência, a pesquisa questionou ao entrevistado sobre a frequência com que ele e seus vizinhos faziam favores uns aos outros. A maior frequência de

troca de favores indicaria um grupo mais coeso, com relações mais próximas. Nesta questão foi utilizada a referência a vizinhos, como vemos a seguir.

<p>Q11. (C.R., p. 5) Com que frequência você e os seus vizinhos fazem favor uns aos outros? Por fazer um favor, quero dizer coisas como cuidar dos filhos, emprestar mantimentos, levar filhos para a escola, ou outro tipo de ajuda. Isto acontece ...</p> <p>(LER OPÇÕES 1 A 4)</p> <p>1. Sempre, 2. Às vezes, 3. Raramente, ou 4. Nunca? 7. NR 9. NS</p>			
1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.

Para essa questão foram reportadas no pré-teste seis ocorrências de dificuldade de compreensão do enunciado e três utilizações do *probe* de repetição do enunciado. A maior dificuldade remete-se a utilização dos exemplos de favores que acabavam por retirar a atenção do entrevistado do objetivo geral da questão. Além desse fato, no pré-teste ao invés da expressão ‘ou outro tipo de ajuda’ foi utilizado ‘outras gentilezas’ que, segundo o relatório do pré-teste, contribuiu para a dificuldade de entendimento da questão. Como pergunta cognitiva a essa questão foi sondado que outros favores os vizinhos faziam uns aos outros. Diante dessa pergunta, os entrevistados relataram ações como emprestar vaga na garagem, emprestar dinheiro, receber correspondência e companhia em momentos de doença. Algumas dessas situações foram incorporadas na segunda edição do survey, no ano de 2005, a qual apresentava a questão de favores com outras opções de resposta, como analisaremos posteriormente.

Ao serem questionados nas entrevistas cognitivas sobre qual a importância que atribuíam à troca de favores, os entrevistados que afirmaram dar importância a esse fato justificavam dizendo que essa prática gera proximidade, integração e amizade. Tal questão se mostrou, nesse sentido, um bom indicador da coesão grupal, como analisada pela equipe do survey. A Tabela 6 apresenta os resultados finais da questão:

Tabela 6 – Frequência com que os vizinhos fazem favores uns aos outros – RMBH – 2002

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Sempre	309	30,0	30,1	30,1
Às vezes	301	29,2	29,3	59,4
Raramente	251	24,4	24,4	83,8
Nunca	165	16,1	16,1	99,9
Não respondeu	1	0,1	0,1	100,0
Total válido	1027	99,8	100	
Missing	2	0,2		
Total	1029	100		

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

Observa-se que 83% dos moradores da RMBH trocavam favores mesmo que raramente com seus vizinhos. Esse dado poderia, no entanto, sofrer influência da escolha do termo de referência vizinho, visto que as noções de vizinho e amigo se confundem. Desse modo, essa questão poderia indicar o mesmo que a questão anterior sobre a presença de amigos no bairro. Ocorrendo tal fato, a porcentagem de pessoas que afirmaram nunca trocarem favores corresponderia à porcentagem de pessoas que afirmaram não possuírem amigos no bairro. Para averiguar essa intuição, apresentamos na Tabela 7 o cruzamento das variáveis em discussão:

Tabela 7 – Frequência de favores com vizinhos de acordo com a presença de amigos na vizinhança ou região próxima – RMBH – 2002

			Frequência de favores com vizinhos					Total
			Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	Não respondeu	
Presença de amigos na vizinhança ou região próxima	Sim	n	292	268	211	122	1	894
		%	94,5	89,0	84,4	73,5	100	87,0
	Não	n	17	33	39	44	0	133
		%	5,5	11,0	15,6	26,5	0	13,0
	Total	n	309	301	250	166	1	1027
		%	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

Tal intuição não se confirma, visto que mais de 70% das pessoas que nunca trocam favores com os vizinhos afirmaram possuir amigos na vizinhança. Consideramos, entretanto, que o questionamento sobre a troca de favores também remete o entrevistado à noção de carência ou necessidade, que em muitas realidades não é evidente ou provoca resistência em

serem assumidas. Outro fator importante a ser analisado relaciona-se à noção de amigo como aquele no qual se pode confiar, mais do que como aquele com o qual se pode trocar favores. Essa noção foi expressa nas respostas cognitivas sobre o que os entrevistados consideravam como amigos e é também relevante para a análise do conceito de confiança relacionado ao capital social.

Sobre a noção de confiança, também relacionada ao conceito de coesão social, foi apresentada uma pergunta no questionário final da pesquisa. Segundo a equipe do survey a elaboração dessa questão se baseou na noção de que a confiança é intrinsecamente relacional. Desse modo, não seria possível construir, como o fazem algumas pesquisas sobre capital social, medidas sobre confiança nas pessoas em geral (confiança generalizada). A redação da pergunta incluía, portanto, como grupo de referência o bairro do entrevistado. De acordo com o pesquisador responsável pelo módulo, era esperado que ao responder essa questão o entrevistado se remetesse mentalmente às pessoas do bairro com as quais mantem contato direto. Na segunda edição do survey foi ao pré-teste o mesmo formato de questão, mas utilizando como referência o grupo ‘pessoas que vivem em nossa vizinhança’. Apesar de ter permanecido na versão final do questionário a questão com referência a pessoas do bairro, discutimos aqui também os resultados às questões cognitivas realizadas após a apresentação dessa pergunta. Em todas as edições do survey, portanto, foi apresentada a seguinte questão aos entrevistados, utilizando a escala *likert*, baseada em graus de concordância:

Agora vou ler uma série de afirmativas e gostaria de saber se você concorda ou discorda de cada uma delas.

Q12.a. Pode-se confiar nas pessoas que moram neste/nesta (bairro / vila). Você concorda ou discorda?

(SE CONCORDA, PERGUNTAR): Concorda totalmente ou concorda em parte?

1. Concorda totalmente
2. Concorda em parte

(SE DISCORDA, PERGUNTAR): Discorda em parte ou discorda totalmente?

3. Discorda em parte
4. Discorda totalmente
7. NR
9. NS

1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.
-------------	-----------	---------------	-------------

No relatório de pré-teste foram reportadas cinco ocorrências de dificuldades relacionadas ao formato da questão e outras cinco relacionadas ao entendimento do enunciado. No entanto, não houve nenhuma alteração significativa no formato ou enunciado entre a versão final e a versão do pré-teste. A única alteração foi a mudança do verbo na primeira pessoa do plural “Podemos confiar” para a terceira pessoa do singular “Pode-se

confiar”. Apesar de a equipe ter afirmado no relatório de pré-teste que a confiança denota para os entrevistados a certeza de que outras pessoas estariam dispostas a ser solidárias ou a proteger suas vidas ou bens, as respostas à questão cognitiva relacionada a essa pergunta demonstraram um entendimento menos unívoco do conceito de confiança. Das dezenove pessoas que responderam à questão: “O que você entende por confiar nas pessoas do seu/sua (bairro/vila)?”, da versão de 2002 e das 38 que responderam a questão “Quando falamos em confiar nas pessoas o que você pensou?”, presente na edição de 2005, vinte apresentaram respostas evasivas, que pouco contribuem para o entendimento do conceito. Entre essas respostas encontram-se afirmativas como: “Confiar é ter crédito, que são pessoas que você pode confiar”, “Acreditar nas pessoas”, “Se são pessoas positivas, né, em quem você pode confiar” e “Todas as pessoas boas, eu acho que tem tudo de bem pra confiar nelas”. O registro de tais respostas demonstrou, ao mesmo tempo, a dificuldade do entrevistador em explorar o significado atribuído pelos entrevistados e a dificuldade desses em problematizar e expressar o sentido que atribui ao termo confiança. Entre as demais respostas, menos evasivas, houve uma tendência a referir-se à noção de confiança como relação de confiança ou amizade e posteriormente como o bom caráter das pessoas. Como uma terceira categoria de resposta apareceu a relação entre confiança é auxílio, como poder contar com o outro.

A utilização do termo vizinhança no pré-teste de 2005 permitiu a sondagem, novamente, da compreensão dos entrevistados sobre o termo. Como nas demais sondagens, os entrevistados ofereceram respostas múltiplas com maior tendência a mencionarem as pessoas que moram próximas a suas casas com as quais têm alguma proximidade afetiva. Essa tendência aumentou, sobretudo, pelo entendimento de alguns entrevistados de que deveriam responder sobre em quais pessoas da vizinhança ele pode confiar. Informação que está em concordância com a hipótese da pesquisa de que a confiança é intrinsecamente relacional.

A modificação da escala *likert*, transformada primeiro em um formato de escolha forçada, conduz o entrevistado a firmar uma opinião. Esse fato evita a concentração na opção central ‘não concorda, nem discorda’, observada no pré-teste da edição de 2005 quando foi apresentada essa opção. Entretanto, após afirmarem concordar ou discordar os entrevistados tenderam a concentrarem-se nas opções que usam a expressão ‘em parte’, de forma a se comprometerem menos com a informação manifesta. Por meio da resposta às questões cognitivas, também podemos intuir o entendimento de que concordar em parte significa

confiar em parte das pessoas ou não confiar totalmente¹⁶. Essa tendência à concentração nas opções centrais pode ser observada nas Tabelas 8 e 9, que apresentam a distribuição das respostas a essa questão nas edições de 2002 e 2005:

Tabela 8 - Nível de concordância com a afirmativa: “Pode-se confiar nas pessoas que moram neste bairro/vila” – RMBH – 2002

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Concorda totalmente	112	10,9	11,0	11,0
Concorda em parte	386	37,5	37,7	48,7
Discorda em parte	367	35,6	35,9	84,6
Discorda totalmente	145	14,1	14,1	98,7
Não respondeu	4	0,4	0,4	99,1
Não sabe	9	0,9	0,9	100
Total válido	1023	99,4	100	
Missing	6	0,6		
Total	1029	100		

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

Tabela 9 – Nível de concordância com a afirmativa: “Pode-se confiar nas pessoas que moram neste bairro” – RMBH – 2005

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Concorda totalmente	138	12,3	12,3	12,3
Concorda em parte	402	35,9	35,9	48,1
Discorda em parte	422	37,6	37,6	85,8
Discorda totalmente	142	12,7	12,7	98,4
Não respondeu	2	0,2	0,2	98,6
Não sabe	16	1,4	1,4	100
Total	1122	100	100	

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2005

Consideramos que os resultados obtidos informam pouco sobre a coesão do bairro, como pretendido pela questão. Isso porque houve uma distribuição quase igual entre os extremos concordar ou discordar, não sendo possível tecer explicações sobre o perfil atitudinal dos entrevistados. O mesmo padrão das respostas nos extremos concordar e

¹⁶ O formato dessa questão e os problemas relacionados à variável ‘confiança’ foram discutidos mais detalhadamente em trabalho anterior: GONÇALVES, Joyce G. *Tecendo Redes: o papel do capital social para as obras do Programa de Recuperação Ambiental no córrego Primeiro de Maio em Belo Horizonte*. 2010. 88f. Monografia (Conclusão de curso) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Curso de Ciências Sociais, Belo Horizonte.

discordar, tendendo para as opções que utilizam o termo ‘em parte’ também aponta o forte efeito do formato da pergunta na edição da resposta por parte dos entrevistados.

Ainda seguindo esse formato de questão, foi perguntado se o entrevistado considerava as pessoas do bairro prestativas. O fato das pessoas serem prestativas, de acordo com a teoria adotada para o módulo, indicaria a maior densidade das relações dentro do bairro.

Q12.b. Os vizinhos neste/nesta (bairro / vila) são pessoas muito prestativas. Você concorda ou discorda?			
(SE CONCORDA, PERGUNTE): Concorde totalmente ou concorde em parte?			
1. Concorde totalmente			
2. Concorde em parte			
(SE DISCORDA, PERGUNTE): Discorde em parte ou discorde totalmente?			
3. Discorde em parte			
4. Discorde totalmente			
7. NR			
9. NS			
1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.

A construção dessa questão gerou também algumas dificuldades relativas ao formato da questão e à compreensão do enunciado. Entretanto, ao serem questionados em que ou em quem pensaram quando se referiram a pessoas prestativas, os entrevistados afirmaram com clareza terem pensado em pessoas dispostas a ajudar ou a fazer algum favor. Um problema reportado nas questões cognitivas, no entanto, foi novamente a referência ao bairro. Isso porque alguns entrevistados afirmaram ter dificuldade de pensar no bairro todo e terem feito referência apenas aos vizinhos próximos. Essa referência pode ser uma das razões para a concentração de quase 70% das respostas ao questionário final nas categorias de concordância com a afirmativa, como mostra a Tabela 10:

Tabela 10 – Nível de concordância com a afirmativa: “Os vizinhos neste bairro/vila são pessoas muito prestativas” – RMBH – 2002

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Concorde totalmente	266	25,9	25,9	25,9
Concorde em parte	451	43,9	43,9	69,8
Discorde em parte	220	21,4	21,4	91,2
Discorde totalmente	70	6,8	6,8	98,0
Não respondeu	1	0,1	0,1	98,1
Não sabe	19	1,9	1,9	100
Total válido	1028	99,9	100	
Missing	1	0,1		
Total	1029	100		

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

A utilização da escala *likert* nessa questão não gerou o mesmo fator de concentração nas categorias que utilizam a expressão ‘em parte1, como na questão anterior. Fato esse que corrobora a intuição de que a principal dificuldade remete-se à mensuração do termo confiança, mais do que ao formato da questão.

Ainda que não tenha sido apontada pela coordenação do módulo como de interesse específico do estudo de capital social no BHSurvey, apresentamos a questão a seguir, utilizada nas análises finais como *proxy* para a medida de eficácia coletiva.

Q4. (C.R., p. 2) Agora vamos falar sobre a situação dos seguintes serviços no/na seu/sua (bairro/vila). (LER UMA OPÇÃO POR VEZ)..... é um problema muito grave, é um problema grave, é um problema pouco grave, ou não é um problema?				
	Problema muito grave	Problema grave	Problema pouco grave	Não é problema
a. No/na seu/sua (bairro / vila) a falta de vagas em escolas ou creches é ...	1	2	3	4
b. A falta de comércio ou serviços (bancos supermercados, agência de correio) é ...	1	2	3	4
c. O lixo (a coleta de lixo, o lixo nas ruas) é	1	2	3	4
d. No/na seu/sua (bairro / vila) o saneamento (a falta de esgoto, esgoto a céu aberto) é ...	1	2	3	4
e. A falta de policiamento é ...	1	2	3	4
f. A falta de áreas de lazer (como praças, quadras esportivas, parques etc) é ...	1	2	3	4
g. No/na seu/sua (bairro / vila) o transporte público (os horários, os preços da passagem, ônibus cheios) é ...	1	2	3	4
h. A falta de hospitais ou postos de saúde etc é ...	1	2	3	4
1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.	

Na versão desta questão levada ao pré-teste não figuravam entre as opções os problemas (b), (e) e (h). Tais opções foram levantadas pelos próprios entrevistados ao serem questionados sobre quais outros problemas existiam no seu bairro. A dificuldade mais reportada no relatório de pré-teste liga-se à compreensão do enunciado. Segundo os comentários expostos no pré-teste, a maior dificuldade dos entrevistados era manter a

referência a problemas específicos do seu bairro e não a problemas de bairros em geral. No intuito de diminuir esse efeito a expressão ‘No/na seu/sua (bairro/vila)’ foi apresentada também em alguns dos tipos de problema, mas não em todos, como observamos acima. Outro efeito relatado pelos entrevistadores foi a produção de respostas válidas, mesmo por aqueles que não possuíam conhecimento para responder a questão. Isso é observado em alguns comentários dos entrevistados, que, segundo consta no relatório do pré-teste, afirmavam desconhecer tal situação, mas que se ela houvesse seria muito grave, por exemplo. Esse fato pode estar ligado também à dificuldade de compreensão do enunciado, o qual tenta direcionar o entrevistado para pensar situações reais do seu bairro. Os dados produzidos por essa questão são apresentados na Tabela 11:

Tabela 11 – Percepção do morador sobre a situação de serviços no seu bairro/vila – RMBH – 2002

		Problema muito grave	Problema grave	Problema pouco grave	Não é problema	NS/NR	Total
Falta de vagas em escolas ou creches	n	146	222	214	304	139	1025
	%	14,3	21,7	20,8	29,6	13,6	100
A falta de comércio ou serviços (bancos, supermercados, agências de correio)	n	192	251	207	375	4	1027
	%	18,7	24,5	20,1	36,5	0,2	100
O lixo (a coleta de lixo, o lixo nas ruas)	n	79	98	198	653	1	1029
	%	7,7	9,5	19,2	63,4	0,1	100
O saneamento (a falta de esgoto, esgoto a céu aberto)	n	149	126	170	570	4	1020
	%	14,6	12,4	16,7	55,9	0,4	100
A falta de policiamento	n	395	283	176	168	6	1029
	%	38,4	27,5	17,1	16,4	0,6	100
A falta de áreas de lazer (como praças, quadras esportivas, parques, etc)	n	336	297	212	165	17	1027
	%	32,7	28,9	20,6	16,1	1,7	100
O transporte público (os horários, os preços da passagem, ônibus cheios)	n	304	251	191	256	27	1027
	%	29,6	24,4	18,6	24,9	2,5	100
A falta de hospitais ou postos de saúde etc é	n	346	312	157	203	10	1028
	%	33,7	30,3	15,3	19,7	1	100

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002

Com essas questões temos o perfil geral da mensuração do capital social nas três edições do Survey. Apesar de constarem nessa primeira edição algumas questões relativas à mensuração dos laços fracos, as apresentaremos entre as questões da edição de 2008, por ser essa a que mais se dedica a mensuração desse fenômeno. A análise dessas primeiras questões permite perceber como principal fragilidade da mensuração da coesão, como tratada no estudo, a dificuldade de delimitação de um grupo de referência. A utilização conjunta dos termos ‘vizinho’, ‘vizinhança’ e ‘bairro’, mostra-se pouco clara, gerando imprecisão nas respostas obtidas. Pontuamos também a fragilidade das questões sobre participação em reuniões com vizinhos, conversa com amigos do bairro e confiança nas pessoas do bairro.

Apresentamos a seguir as alterações realizadas às questões já existentes e as novas questões sobre a temática que constam nas edições de 2005 e 2008 do Survey. Como apontado no capítulo de apresentação do Survey, a segunda edição da pesquisa não apresenta questões novas para a mensuração do capital social. Entretanto, realiza alterações consideráveis em duas questões já existentes em 2002, as quais analisamos na seção a seguir.

4.1.2 Alterações da edição de 2005

Enquanto a versão de 2002 sondava primeiramente se o entrevistado possuía amigos na vizinhança e posteriormente com que frequência conversava com eles, na segunda edição da pesquisa o entrevistado é questionado sobre a frequência com que conversa com seus vizinhos. O objetivo teórico da questão foi mantido, no entanto, esta alteração no grupo de referência altera substancialmente o entendimento do entrevistado sobre a mesma.

CS3. (C.R., p.2) Pensando em seus vizinhos, com que frequência você os visita ou fala / conversa pessoalmente com eles? Você o faz... (LER OPÇÕES 1 A 7)

1. Diariamente,
2. Várias vezes na semana,
3. Pelo menos uma vez por semana,
4. Pelo menos uma vez por mês,
5. Várias vezes durante o ano,
6. Com pouca frequência ou
7. Nunca?
77. NR
99. NS

1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.
-------------	-----------	---------------	-------------

Nessa oportunidade foi novamente sondado, por meio de questão cognitiva, o entendimento do termo vizinho. Como na sondagem anterior, a resposta mais frequente foi a

referência à proximidade física, “pessoas que moram do lado da minha casa”, e posteriormente à proximidade afetiva, “pessoas amigas”.

Observa-se que houve também uma alteração na escala utilizada, a qual na versão anterior se restringia a quatro pontos: ‘todos os dias ou quase todos os dias’, ‘toda semana’ (semanalmente), ‘todo mês’ (mensalmente), ‘quase nunca’. O pré-teste dessa versão reportou onze ocorrências de dificuldades relacionadas à escala de resposta. Entre os problemas apontados estava a dificuldade de diferenciação dos pontos, não sendo clara a mútua exclusão entre os mesmos. No entanto, em teste realizado pela equipe do Survey tais dificuldades não se mostraram estatisticamente significantes, tendo permanecido, portanto, esse tipo de escala. Com essa alteração, no entanto, não é possível comparar os dados das duas edições. A partir dos dados da Tabela 12, podemos apenas considerar os reflexos das alterações da questão.

Tabela 12 – Frequência com que visita ou fala/conversa pessoalmente com os vizinhos – RMBH – 2005

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Diariamente	248	22,1	22,1	22,1
Várias vezes na semana	186	16,6	16,6	38,7
Pelo menos uma vez por semana	162	14,4	14,4	53,1
Pelo menos uma vez por mês	42	3,7	3,7	56,8
Várias vezes durante o ano	26	2,4	2,4	59,2
Com pouca frequência	392	34,9	34,9	94,1
Nunca	66	5,9	5,9	100
Total	1122	100	100	

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2005

Uma vez que a edição anterior considerava apenas os respondentes que afirmavam ter amigos no bairro a frequência de respostas válidas era bem menor, assim como era menor a porcentagem de respostas na categoria ‘quase nunca’ quando comparada às novas categorias ‘com pouca frequência’ e ‘nunca’. Esse fato nos indica, novamente, que apesar de alguns entrevistados entenderem o termo ‘vizinho’ de forma muito próxima à amizade entre pessoas que moram perto umas das outras, não podemos considerar os termos ‘vizinho’ e ‘amigo de vizinhança’ como sinônimos.

Outra hipótese teórica do estudo sobre capital social no survey era que a coesão grupal, gerada por laços de parentesco, seria mais difícil de ser mobilizada para a eficácia coletiva. Nesse sentido, foram investigados também alguns relacionamentos com familiares e

também com amigos não moradores do bairro. A partir dessa referência, a questão a seguir visa aprofundar as relações de troca de favores, já investigadas na edição anterior. Entretanto, ao invés de ser questionado sobre a frequência com que trocava favores em geral com seus vizinhos, o entrevistado foi questionado se poderia contar com pelo menos um vizinho para auxílios específicos.

Quando você precisa de alguém para ... (LER UMA OPÇÃO POR VEZ)		Com um vizinho?				Com um parente?				Com um amigo ou Colega de trabalho?			
		SIM	NÃO	NR	NS	SIM	NÃO	NR	NS	SIM	NÃO	NR	NS
CS5a.	Ajudar em pequenos consertos na casa, carregar coisas, tomar conta das crianças ou levar para a escola, etc... você pode contar...	1	2	7	9	1	2	7	9	1	2	7	9
CS5b.	E quando você precisa de alguém para lhe emprestar dinheiro, você pode contar...	1	2	7	9	1	2	7	9	1	2	7	9
CS5c.	E quando você precisa de alguém para lhe fazer companhia ou dar um conselho em um momento difícil você pode contar...	1	2	7	9	1	2	7	9	1	2	7	9

1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.
-------------	-----------	---------------	-------------

Essa formulação melhora a versão anterior por acrescentar informações sobre os tipos de favores prestados, mas perde a informação sobre a frequência das trocas de favores. Em ambas as formulações, no entanto, não é possível sondar se o entrevistado contava com apenas um vizinho ou se existiria uma rede de assistência mútua no bairro. A opção por esse formato de questão, com resposta binária e condensando três grupos de referência, corresponde à necessidade de redução do número de questões. Tal exigência, presente em todas as edições do survey, foi expressa pela equipe técnica da pesquisa em relatório no ano de 2005, o qual afirmava que o tempo médio de aplicação de todo o questionário deveria ser reduzido de sessenta para quarenta e cinco minutos. Nessa oportunidade, ao apresentar o relatório do pré-teste, a equipe chamava a atenção de todos os coordenadores de módulos para a redução do número de questões ou alteração no formato das mesmas de modo a alcançarem o tempo ideal de aplicação. Entretanto, não há no material da pesquisa nenhum relatório que apresente a análise individual dessa pergunta, não sendo possível explorar sua construção.

A análise conjunta das respostas para os três grupos de referência pode ser realizada a partir da Tabela 13:

Tabela 13 – Com quem pode contar para determinados tipo de ajuda – RMBH – 2005

		Conta com vizinho			Conta com parentes			Conta com amigos ou com colegas de trabalho		
		Sim	Não	NS/NR/ Missing	Sim	Não	NS/NR/ Missing	Sim	Não	NS/NR/ Missing
Quando precisa de alguém para ajudar em pequenos consertos na casa, carregar coisas, tomar conta das crianças ou levar para a escola, etc	n	629	482	11	786	333	3	633	476	13
	% válida	56,1	42,9	1,0	70,1	29,7	0,3	56,5	42,5	1,1
Quando precisa de alguém para lhe emprestar dinheiro	n	264	807	51	795	319	8	567	527	27
	% válida	23,5	71,9	4,5	70,9	28,5	0,7	50,6	47	2,4
Quando precisa de alguém para lhe fazer companhia ou dar um conselho em um momento difícil	n	432	679	11	902	216	3	782	329	11
	% válida	38,5	60,5	1,0	80,5	19,3	0,3	69,7	29,3	1,0
Total	n	1122	1122	1122	1122	1122	1122	1122	1122	1122
	% válida	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2005

Como observado, para todos os tipos de ajuda o grupo com o qual os moradores da RMBH mais podiam contar refere-se aos parentes. O tipo de ajuda no qual os moradores mais contavam com os vizinhos referia-se a ações que dependem de proximidade física e disponibilidade de tempo (ajudar em pequenos consertos na casa, carregar coisas, tomar conta das crianças ou levar para a escola) e o menor referia-se ao empréstimo de dinheiro. Consideramos que a utilização conjunta dos termos ‘amigo’ e ‘colega de trabalho’, confunde a referência do entrevistado por serem grupos com perfis diferenciados. Isso contribui para que se obtenha uma porcentagem de pessoas que podem contar com esse grupo maior do que a esperada se utilizada apenas a referência a colegas de trabalho.

As alterações dessa edição acrescentam, portanto, o entendimento sobre quais tipos de favores são realizados entre o entrevistado e seus vizinhos. Além disso, a mensuração sobre frequência de conversa com os vizinhos é melhorada, através da exclusão da referência apenas a amigos dentro bairro. Na edição de 2008, que analisamos a seguir, o fenômeno dos laços fracos recebe especial atenção. Entre as quatro questões analisadas, uma já constava na edição de 2005 e as demais se inserem em uma tentativa mais ampla de mensuração dos fatores de mobilização da coesão grupal.

4.1.3 A edição de 2008 e os laços fracos

Na edição de 2005 já havia o questionamento sobre a existência de associação no bairro do entrevistado. Entretanto, na última edição esta questão é sucedida do questionamento sobre o contato da associação com pessoas influentes na política ou na Prefeitura. Entendemos que tal questionamento contribui para a qualificação do dado

enquanto medida de laço fraco, visto que a simples existência de associação não apontava se a mesma exercia algum papel de intermediação efetiva para o bairro. Entretanto, ressaltamos que com essa abordagem o estudo limita a perspectiva de laços fracos, conceituada por Granovetter (1973), a relacionando apenas ao contato com pessoas influentes. A teoria de Granovetter, como mostramos anteriormente, define a força dos laços sociais pela frequência e intensidade das relações e não pelo status dos membros da rede. Considerando, portanto, essa reinterpretação da teoria sobre a força dos laços realizada pela equipe do BHSurvey, apresentamos a seguir as questões utilizadas como medidas de laços fracos:

CS12. Onde você mora existe uma **associação de bairro ou de moradores?** (NÃO LER OPÇÕES)

1. Existe
2. Não existe (**VÁ PARA CS14**)
3. Não saberia dizer se existe (**VÁ PARA CS14**)
4. Não sei o que é associação de bairro (**VÁ PARA CS14**)
7. NR

1. R. Enun.	3. Sig. Enun.
-------------	---------------

CS13. A associação do seu bairro/moradores tem contatos com pessoas influentes na política ou na Prefeitura que a ajudam na solução de problemas do bairro?

1. Sim
2. Não
7. NR 8.NA 9. NS

1. R. Enun.	3. Sig. Enun.
-------------	---------------

Na versão para pré-teste foi utilizado apenas o termo ‘associação de bairro’, o qual gerou o entendimento, expresso nas entrevistas cognitivas, de que se referia a qualquer associação existente no bairro. Por essa razão, optou-se por inserir o complemento “de moradores”. O formato adotado, sem a leitura das opções de resposta, diferencia-se da edição anterior, na qual eram lidas as opções sim e não. Essa diferenciação teve o intuito de diminuir o efeito denominado falso positivo ou falso negativo, o que significa que o entrevistado sente-se impelido a dar uma resposta para cooperar com o entrevistador ou simplesmente para agilizar a entrevista. A resposta correta a essa questão é necessária para a confiabilidade da resposta à questão seguinte, diminuindo a probabilidade de que o entrevistado responda mecanicamente a uma sequência de questões dicotômicas e informe sobre os contatos de uma associação que sequer existe.

Sobre a questão relacionada ao contato da associação com pessoas influentes, o pré-teste reportou sete ocorrências de dificuldade de entendimento do enunciado, sendo sugerida a

diminuição do mesmo, a qual não ocorreu. As respostas às questões cognitivas que pediam para que o entrevistado mencionasse o que entendia como sendo pessoas influentes na política e na Prefeitura, demonstraram a não diferenciação das duas categorias por parte dos entrevistados. Isso porque, ao mencionarem pessoas influentes na política, foi recorrente a menção a vereadores e, em poucos casos, a funcionários da Prefeitura. Entretanto, ao serem questionados sobre pessoas influentes na Prefeitura aumentou significativamente o número de entrevistados que afirmaram não saber responder a questão. A referência nominal às pessoas influentes nas quais os entrevistados pensaram para responder à pergunta aumenta a confiabilidade do dado, evitando a consideração de que grande parte poderia ter respondido à questão sem conhecer, de fato, os contatos realizados pela associação.

As Tabelas 14 e 15 apresentam os resultados de cada uma das questões na edição de 2008 do survey:

Tabela 14 – Existência de Associação de bairro ou de moradores – RMBH – 2008

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Existe	372	50,1	50,1	50,1
Não existe	113	15,2	15,2	65,3
Não saberia dizer se existe	245	33,0	33,0	98,3
Não sei o que é associação de bairro	12	1,7	1,7	100
Total	742	100	100	

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008

Tabela 15 – Existência de contato da Associação de bairro ou moradores com pessoas influentes na política ou Prefeitura – RMBH – 2008

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Possui contato	197	26,5	52,8	26,5
Não possui contato	54	7,3	14,6	33,8
Não sabe	121	16,3	32,6	100
Total válido	372	50,1	100	
Não se aplica	370	49,9		
Total	742	100		

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008

Entre os pouco mais de 50% de moradores da RMBH que afirmaram existir associação de bairro ou moradores no bairro onde residiam, 52,8% consideraram que a mesma possui contato com pessoas influentes na política ou Prefeitura. Tal porcentagem revela-se

mais significativa considerando que cerca de 30% da população sabia que existe associação no seu bairro, mas não sabia dizer se ela tem contato com pessoas influentes. Desse modo, a porcentagem de associações com tais tipos de contato pode ser ainda maior do que o apresentado. Visto que o contato da associação com pessoas influentes atuou no BHSurvey como uma das principais *proxies* para a medida de laços fracos, interpretamos tal dado como um indicador positivo para a produção de capital social.

Partindo da hipótese da necessidade de laços fracos para potencializar a coesão comunitária, os pesquisadores buscaram investigar a percepção dos moradores da RMBH sobre essa necessidade. Nesse sentido, questionaram os entrevistados sobre a quem eles atribuíam a maior responsabilidade na solução dos problemas do bairro, se aos contatos individuais (laços fracos) ou à mobilização coletiva (coesão). A redação final da pergunta é apresentada a seguir:

CS14. (C. R., p. 10) Na sua opinião, a solução de problemas do **seu bairro ou vizinhança depende principalmente: (LER OPÇÕES 1 E 2)**

1. De uma ou algumas pessoas do bairro ou vizinhança que têm bons contatos com políticos ou Prefeitura,

OU

2. Da pressão da associação de bairro/de moradores sobre a Prefeitura.

7. NR 9. NS

(EXEMPLOS DE ÓRGÃOS DA PREFEITURA): Regionais, Conselhos, Secretarias Municipais, Orçamento participativo, etc.

(PROBE SE NECESSÁRIO): “Mas de quem depende mais”?

1. R. Enun.	2. R. Op.	3. Sig. Enun.	4. Sig. Op.
-------------	-----------	---------------	-------------

A versão da questão levada ao pré-teste apresentava diversos termos distintos dessa última formulação, os quais, segundo o relatório de pré-teste, tornavam sua redação mais difícil de ser compreendida pelos entrevistados. Essa versão consistia na pergunta direta: “Na sua opinião, a solução de problemas da sua vizinhança depende mais dos contatos individuais das lideranças do bairro com autoridades e pessoas influentes, ou da participação das pessoas da comunidade para pressionar os órgãos públicos?”. Ao desmembrar a questão em opções de respostas e reduzir a extensão do enunciado ela tornou-se mais clara. Entretanto, perde-se em informação, sobretudo com a utilização do termo Associação de bairro/moradores e o uso restrito do termo Prefeitura, ao invés de ‘órgãos públicos’. Ao substituir a noção de participação das pessoas da comunidade pela noção de pressão da associação de bairro/moradores pode se estar perdendo, justamente, a ideia de ação coletiva pretendida para

a questão. Isso porque a associação de bairro é tida como uma instituição que não necessariamente congrega os moradores da localidade, mas que representa os mesmos. A palavra pressão presente na redação da segunda opção de resposta também conferiu maior ênfase a essa opção em detrimento da anterior, a qual mencionava apenas a existência de contatos com pessoas influentes. Ainda que mantido como *probe* para a questão a exemplificação sobre órgãos da Prefeitura, a redação da questão não utilizou o termo, restringindo-o à palavra Prefeitura. Nas perguntas cognitivas os entrevistados apontaram outros órgãos, inclusive estaduais, aos quais se remeteram ao pensar o termo órgão público utilizado na primeira versão da questão. Os resultados para essa questão constam na Tabela 16:

Tabela 16 – Principal responsável pela solução de problemas do bairro – RMBH – 2008

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Uma ou algumas pessoas do bairro que tem bons contatos com políticos ou Prefeitura	251	33,8	33,8	33,9
A pressão da associação de bairro/de moradores sobre a Prefeitura	399	53,8	53,8	87,7
Não respondeu	14	1,9	1,9	89,6
Não sabe	78	10,5	10,5	100
Total	742	100	100	

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008

Os dados apresentam uma porcentagem de pouco mais de 50% dos moradores que atribuiu a maior responsabilidade pela solução de problemas do seu bairro à pressão da associação de moradores. Visto que a redação da pergunta visa questionar sobre a real percepção do entrevistado em relação a seu bairro, a atribuição de responsabilidade à associação só se justificaria nos bairros em que existe associação. De outro modo, a questão mediria, ao mesmo tempo, a percepção dos entrevistados sobre o contexto objetivo do seu bairro e a atribuição hipotética de responsabilidade sobre a solução de problemas. A Tabela 17, com o cruzamento das variáveis “Existência de associação de bairro ou moradores” e “Principal responsável pela solução de problemas do bairro”, aponta justamente esse fato:

Tabela 17 – Relação entre a existência de associação de bairro ou moradores e a percepção sobre o principal responsável pela solução de problemas do bairro – RMBH – 2008

			Existência de Associação de bairro ou de moradores				Total
			Existe	Não existe	Não saberia dizer se existe	Não sabe o que é associação de bairro	
Principal responsável pela solução de problemas do bairro	Uma ou algumas pessoas do bairro que tem bons contatos com pessoas influentes na Prefeitura	n	104	56	87	3	250
		%	28,0	49,6	35,4	25,0	33,6
	A pressão da associação de bairro/de moradores sobre a Prefeitura	n	238	41	113	7	399
		%	64,0	36,3	45,9	58,3	53,7
	Não respondeu	n	9	5	1	0	15
		%	2,5	4,4	0,4	0,0	2,0
	Não sabe	n	21	11	45	2	79
		%	5,6	9,7	18,3	16,7	10,6
	Total	n	372	113	246	12	743
		%	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008

Como observamos nos dados acima, nos bairros onde os moradores afirmaram existir alguma associação, 64% atribuem a ela a principal responsabilidade pela solução dos problemas do bairro. Entretanto, mesmo onde os moradores afirmaram não existir associações a principal responsabilidade pela solução dos problemas do bairro é atribuída a elas por mais de 36% dos moradores. Consideramos que esse fato não invalida a questão, pois os informantes podem se referir a expectativas, no entanto, é a confluência das noções de expectativas e efetividade que dificulta a utilização das informações dessa questão.

Ainda como medida de laços fracos, além da questão sobre participação em reuniões com vizinhos para discutir problemas do bairro, todas as edições do survey incluíram o questionamento sobre a participação em reuniões com representantes da Prefeitura. Essa questão tem o intuito de se aproximar mais do caráter de mobilização da coesão necessário para a existência de capital social. A hipótese dos pesquisadores responsáveis sustenta que a participação nesse tipo de reunião atua como um laço fraco, imprescindível para a eficácia da ação coletiva. Entretanto, o dado obtido por essa questão é interpretado como uma medida mais fraca se comparada com as que informam sobre a associação de bairro, visto que esse depende da participação individual do entrevistado. A seguir apresentamos a questão como utilizada no questionário da edição de 2008 da Pesquisa:

CS15. E nos últimos doze meses, você participou de alguma reunião com representantes da Prefeitura para resolver problemas (do seu bairro / da sua vila) ou de (MENCIONAR A CIDADE DO ENTREVISTADO)?

(EXEMPLOS DE ÓRGÃOS DA PREFEITURA): Regionais, Conselhos, Secretarias Municipais, Orçamento participativo, etc.

1. Sim
2. Não
7. NR
9. NS

1. R. Enun.

3. Sig. Enun.

Assim como na questão sobre a participação em reuniões com vizinhos para resolver problemas do bairro, a opção pelo formato binário otimizou a realização da entrevista, mas gerou perda na qualidade da informação. Desse modo, não se pode explorar qual o tipo de reunião frequentada pelo morados e o mesmo também não foi sondado nos pré-testes da questão. No pré-teste da edição de 2002 foi considerada apenas a dificuldade de enquadramento da resposta para aqueles entrevistados que são funcionários da Prefeitura. Entretanto, tratou-se apenas de uma consideração feita à questão sem a apresentação de informações do contexto de entrevista. Tal dificuldade se esclareceu também com a repetição do enunciado que frisa a participação para resolver assuntos do bairro no qual o entrevistado reside.

Como era esperado para a questão, o número de respostas afirmativas é muito baixo, o que é possível observar na Tabela 18:

Tabela 18 – Participação em reuniões com representantes da Prefeitura para resolver problemas do bairro/vila nos últimos doze meses – RMBH – 2008

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Participou	50	6,8	6,8	6,8
Não participou	691	93,1	93,1	99,9
Não sabe	1	0,1	0,1	100
Total	742	100	100	

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008

Tal porcentagem de participação inferior a 7% é justificada também pela pouca frequência de reuniões de representantes da Prefeitura com moradores do bairro. Tais reuniões são mais frequentes entre esses representantes e lideranças comunitárias, o que, por consequência, reduz a porcentagem de moradores da RMBH que delas participam. A não participação de uma grande porcentagem de moradores desse tipo de reunião, não indica,

portanto, que elas não ocorram ou que não exerçam um papel importante para a mobilização da comunidade.

Essa questão, assim como as anteriores sobre laços fracos, não conseguiram oferecer medidas eficazes para a dimensão de mobilização da coesão grupal. Isso ocorre, sobretudo, pela adoção do indivíduo como unidade de análise, e a dependência das informações desse para se apreender relações comunitárias. As dificuldades para mensuração dos laços fracos foi apontada pela própria coordenação do módulo e abre as discussões sobre a utilização dos dados da pesquisa, realizadas no capítulo seguinte.

5 A PESQUISA SOB O OLHAR DO CONTEXTO E CONTEÚDO

Conceito novo para uma antiga preocupação. Nova denominação para um antigo conceito. Ou ambas as coisas. E apesar das críticas o termo se mantém. [...] Críticas quanto ao possível caráter tautológico de sua definição: se capital social é definido por resultados, haveria capital social onde houvesse resultados promovidos pelo capital social. (D'ARAÚJO, 2003, p. 56-57)¹⁷

Como apresentamos na introdução deste trabalho, para Latour (1987[2000]) a abordagem da ciência enquanto construção social deve ter um olhar concomitante para o conteúdo e o contexto da prática investigativa. Nos dois capítulos precedentes tratamos de explicitar alguns dos elementos do contexto de estudo do capital social no BHSurvey, bem como os dados produzidos, que seriam tratados por Latour como o conteúdo da investigação. Cabe esclarecer que ao nos apropriarmos da abordagem do autor expandimos sua noção de conteúdo, visto, como aponta Schwartzman (1991), que seu uso estrito tem raras exceções de aplicabilidade nas Ciências Humanas. Desse modo, a noção de conteúdo, enquanto produto da prática científica, é estendida ao questionário final, produto da etapa de operacionalização da pesquisa; aos dados, produtos da etapa de mensuração e, por fim, à análise final sustentada pelos pesquisadores que formularam o estudo. Neste capítulo, portanto, lançamos olhar sobre o conjunto desses elementos de conteúdo e contexto, a fim de discutir as questões que, segundo Latour, emergem apenas quando fazemos esse exercício.

Iniciamos a análise deste capítulo com a apresentação do conteúdo final da pesquisa, o qual se refere ao artigo publicado pela coordenação do módulo com o objetivo de testar empiricamente sua formulação teórica sobre o capital social (Prates, Carvalhaes e Silva, 2007). Segundo o coordenador do módulo, as conclusões apresentadas nesse artigo são resultado de um intensa exploração e análise dos dados quantitativos sobre capital social produzidos pelo BHSurvey. Para avançar na investigação da hipótese, o autor empreendeu o estudo qualitativo, mencionado anteriormente (Prates, 2009). Apesar desse estudo não constituir o foco de nosso trabalho, apresentaremos ao final do capítulo suas principais conclusões com a finalidade de discutir algumas fragilidades e possibilidades dos métodos de produção de dados.

¹⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

5.1 A relação entre capital social, laços fracos e eficácia coletiva

A apresentação já realizada sobre a teoria do capital social no BHSurvey contempla o marco teórico expresso no artigo aqui analisado. Desse modo, nos dedicaremos à exposição dos elementos que compõem a hipótese por ele corroborada, a qual é definida do seguinte modo:

A hipótese principal deste estudo é de que a existência de capital social está associada à disponibilidade de canais de comunicação, ou laços fracos, em relação ao entorno político-institucional da vizinhança, constituindo fator determinante da eficácia da ação comunitária, tendo em vista a melhoria física e social do seu ambiente interno. (PRATES; CARVALHAES; SILVA, 2007, p. 52)

Para o estudo de tal hipótese, a equipe responsável testou estatisticamente a influência dos indicadores de capital social e laços fracos sobre a eficácia coletiva. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 19:

Tabela 19 – Relação entre variáveis de capital social e eficácia coletiva, controlada por laços fracos – RMBH – 2002

Laços fracos		Eficácia		Total
		Não eficaz	Eficaz	
Ausência de laços	Baixo capital	91	38	129
	%	70,54	29,46	100
	Alto capital	108	35	143
	%	75,52	24,48	100
	Total	199	73	272
	% Total	73,16	26,84	100
Acesso a laços	Baixo capital	16	0	16
	%	100,00	0	100
	Alto capital	31	8	39
	%	79,49	20,51	100
	Total	47	8	55
	% Total	85,45	14,55	100

Fonte: Prates, Carvalhaes e Silva (2007, p. 55)

A conclusão elaborada pela equipe a partir desses dados é que

a condição de existência de laços fracos aumenta consideravelmente a diferença da relação entre capital social e eficácia coletiva. Onde há ausência de laços fracos, não há diferença significativa nas percepções de eficácia, tanto para o grupo de alto como de baixo capital social. A situação é distinta quando há acesso a laços fracos, quando passa a haver um aumento na percepção de eficácia. Esse movimento indica

existir uma associação entre laços fracos e capital social. (PRATES; CARVALHAES; SILVA, 2007, p. 56)

A partir do teste estatístico de diferença das médias, apresentado na Tabela 20, os pesquisadores confirmam essa relação, afirmando que:

Somente no grupo para o qual há essa associação [entre capital social e laços fracos], as médias dos grupos de alto e baixo capital social se mostraram distintas com nível de significância estatística ($p < 0,05$). Quando não há presença de laços fracos, não se percebe nenhuma diferença entre as médias do índice de eficácia para os grupos de alto e baixo capital social. (PRATES; CARVALHAES; SILVA, 2007, p. 56)

Tabela 20 – Estatísticas descritivas do fator eficácia – RMBH – 2002

Laços fracos	Capital social	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
Ausência de laços	Baixo capital	129	0,04	1,04	0,09
	Alto capital	14	0,06	0,99	0,08
Presença de laços	Baixo capital	16	-0,73	0,63	0,16
	Alto capital	39	-0,16	0,86	0,14

Fonte: Prates, Carvalhaes e Silva (2007, p. 57)

Essas conclusões esclarecem o conteúdo final da investigação de capital social empreendida através do BHSurvey. Para discutir a interação entre esse conteúdo e o contexto discutido anteriormente, trataremos especificamente de cinco elementos que compõem a formulação da hipótese testada: a) a existência de capital social depende da existência de laços fracos; b) os laços fracos são relações político-institucionais para fora do grupo; c) o grupo de referência é a vizinhança; d) o capital social é determinante para a eficácia da ação comunitária; e) interessa à pesquisa as ações com vistas à melhoria física e social da vizinhança.

O primeiro elemento, a dependência entre capital social e laços fracos, foi explorado na seção sobre a abordagem teórica do conceito utilizada no BHSurvey. Retomamos, no entanto, as implicações de tal abordagem diante do tipo de produção de dados possível através do survey. Como detalhado no capítulo anterior, para a coordenação da pesquisa houve maior facilidade em construir as medidas de coesão social em comparação às medidas de laços fracos. Apesar das tentativas, na última edição da pesquisa, de refinar a medida de laços fracos, as questões aí incluídas não foram analisadas pela coordenação do módulo. Para o teste da hipótese de pesquisa foram utilizadas apenas as questões sobre a participação em reuniões com vizinhos e com representantes da Prefeitura para tratar de problemas do bairro. Ambas as questões com alternativas de resposta dicotômicas cumpriam o fim prático de

otimizar a aplicação do questionário e estarem preparadas para a inserção em modelos de regressão. Entretanto, como discutido, há uma perda considerável de informação advinda dessa dicotomização. Sobretudo na questão sobre reuniões com vizinhos, mostramos a correspondência das mesmas com reuniões de condomínio, o que prejudicaria o objetivo da pergunta. Quanto à questão com representantes da Prefeitura, ela se mostra uma boa medida, mas débil para o conceito, visto que é comum que apenas poucas pessoas participem de reuniões com representantes da Prefeitura. Isso não significa, portanto, que determinada localidade não possua contatos com pessoas influentes.

Considerando a importância que a própria coordenação do módulo atribui à medida de laços fracos para a construção da medida de capital social, ambas ficam comprometidas. Visando principalmente a superação dessa dificuldade na identificação dos laços fracos, a coordenação do módulo desenvolveu também um estudo qualitativo em três comunidades periféricas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Desse modo, a coordenação reconhece a relação entre a fragilidade das medidas encontradas e a limites do tipo de técnica de produção dos dados. A utilização da técnica de questionário estruturado e da inclusão dessa temática se torna clara, no entanto, pelo contexto histórico de surgimento da iniciativa. Ao considerarmos o BHSurvey enquanto uma estratégia político-institucional e um laboratório metodológico, a inserção do tema na Pesquisa cumpria um importante interesse de integração e de próprio teste da teoria do capital social. Nesse caso, a pesquisa não consistiu na escolha de um tema e posteriormente da melhor metodologia para estudá-lo, mas da adequação de um tema já estudado à metodologia proposta pelo BHSurvey. Tal esclarecimento responde a muitas das críticas em relação às limitações impostas pelo formato da pesquisa ao tipo de dado produzido.

A delimitação dos laços fracos como relações político-institucionais para fora do grupo, segundo ponto elencado, relaciona-se aos mesmos problemas postos acima. Entretanto, além das limitações geradas pelo tipo de perguntas utilizadas para mensurar laços fracos, há a limitação do próprio recorte do conceito utilizado. Tal recorte, referente apenas a relações político-institucionais, se justifica pelo tipo de efeito da ação comunitária que buscam relacionar com o capital social. Efeito esse que diz respeito à consecução de benefícios físicos e sociais para a vizinhança. A partir do resultado final da investigação (o conteúdo), portanto, lança-se luz sobre as escolhas de indicadores realizadas durante a construção da pesquisa. Isso porque a justificativa a partir do tipo de ação coletiva de interesse não se esclarece no referencial teórico que antecede a formulação dos indicadores.

O terceiro elemento, sobre a delimitação da vizinhança como grupo de referência, nos reporta à discussão do capítulo anterior, sobre o não compartilhamento de sentido a respeito dos termos ‘bairro’, ‘vizinhança’ e ‘vizinhos’. Primeiramente, consideramos que para a mesma pessoa os três termos possuem sentidos diferentes e em segundo lugar que os sentidos atribuídos também diferem entre os indivíduos. Essas questões emergiram apenas com a análise do processo de construção do questionário da pesquisa, realizada no capítulo anterior. Identificamos, nesse momento, que para compor o indicador de coesão social os entrevistados eram questionados sobre sua relação com o *bairro*, a presença de amigos na *vizinhança* e a frequência com que conversavam com eles, a troca de favores com *vizinhos*, a confiança nas pessoas do *bairro* e sobre o quanto os *vizinhos* do *bairro* são prestativos. Tendo em vista as discussões de sentido atribuído pelos entrevistados, definimos simplificarmente os termos em destaque do seguinte modo: bairro – delimitação espacial o mais próxima possível dos limites oficiais definidos pelo órgão de planejamento urbano, vizinhança – delimitação social e espacial baseada na rede de relações pessoais, vizinhos – pessoas residentes em áreas próximas entre as quais existam relações intensas de amizade ou troca de favores. Desse modo, a relação com três grupos de referência distintos constitui um mesmo indicador de capital social para a vizinhança.

Andrade e Mendonça (2007) apontam a dificuldade de delimitação socioespacial da noção de bairro como um fator recorrente aos estudos que a utilizam como referência espacial. As autoras aproximam a sua noção de bairro do que definimos acima como vizinhança, argumentando que o foco de interesse deve estar no ambiente permeado pelas relações sociais dos atores. Tais argumentos corroboram a opção dos pesquisadores do BHSurvey pela utilização do termo vizinhança na construção da hipótese final da pesquisa, em substituição ao conceito de bairro. No entanto, a discussão da multiplicidade de sentidos atribuídos à noção de bairro e vizinhança, realizada também por Andrade e Mendonça, contribui para confirmar a necessidade de padronização das terminologias no questionário. Isso porque consideramos que a resposta às perguntas sobre relação com o bairro e confiança nos moradores do bairro reportariam resultados distintos se utilizado o termo vizinhança.

Sobre o quarto elemento da hipótese que destacamos para a análise, o mesmo se refere ao centro da teoria de capital social construída pela coordenação da pesquisa, a qual afirma que o mesmo só se justifica enquanto constructo teórico quando relacionado à ação coletiva. Desse modo, ao afirmar que o capital social é determinante para a eficácia da ação comunitária, a pesquisa supõe a ocorrência de tais ações. Entretanto, os questionários finais do survey não utilizam meios para averiguar a ocorrência dessas ações. Consideramos aqui,

no entanto, que tentativas nesse sentido foram empreendidas nos pré-testes da primeira edição. Nessa oportunidade, os entrevistados foram questionados se haviam recorrido à Prefeitura ou a algum vereador para solução de problemas do bairro. A baixa porcentagem de pessoas que afirmavam esse tipo de comportamento comprometia a significância dos dados da questão que indagava sobre como o fizeram, se coletiva ou individualmente. Essa razão, aliada ao número reduzido de questões que a temática poderia ter no questionário final, é por nós interpretada como uma das justificativas para sua exclusão da pesquisa.

Na ausência de questões sobre a existência de ação coletiva, o capital social e os laços fracos são relacionados diretamente ao resultado esperado de tais ações, o que nos remete ao quinto elemento que apontamos para a análise. Segundo a definição de Coleman, “o capital social é produtivo tornando possível a realização de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis.” (COLEMAN, 1988, p. S98, tradução e grifo nossos)¹⁸. Nesse sentido, permanece em aberto a definição de quais fins seriam esses. A ideia de melhoria física e social da vizinhança surge, portanto, como a opção de finalidade da ação comunitária favorecida pelo capital social sobre a qual se dedica a pesquisa. De acordo com as variáveis utilizadas para mensurá-las, tais melhorias se relacionam aos seguintes serviços: educação, comércio, coleta de lixo, saneamento, policiamento, lazer, transporte e saúde.

A análise do contexto de construção dos dados referentes a esses serviços nos revela algumas limitações dessa escolha. Como apresentado no capítulo anterior, a questão que os produziu questionava o entrevistado sobre sua percepção a respeito dos serviços no seu bairro. Surgem, então, dois elementos difíceis de serem delimitados, a percepção dos entrevistados e a própria noção de bairro, já tratada anteriormente. A suposição dos autores é que “quanto menor é a percepção desse tipo de problemas [determinados pela ausência de equipamentos sociais] na própria vizinhança, maior é a eficácia coletiva da comunidade para conseguir benefícios públicos.” (PRATES; CARVALHAES; SILVA, 2007, p. 54).

Consideramos, primeiramente, que a percepção dos entrevistados pode não corresponder a real situação dos serviços no seu bairro. Tal fato se deve não apenas pelos aspectos subjetivos envolvidos nessa percepção, os quais se relacionam também a outros tipos de perguntas, mas, sobretudo, pela dificuldade em responder a essa questão mantendo referência à situação do bairro. Essa dificuldade, apontada no capítulo anterior, conduzia alguns entrevistados a pensarem na gravidade dos problemas em geral e não de modo

¹⁸“social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible.”

específico no seu bairro. Um importante instrumento de avaliação sobre a confiabilidade desses dados seria a avaliação do entrevistador sobre o local de moradia do entrevistado, a qual consta no banco de dados da pesquisa, mas não foi utilizada com esse objetivo. Em entrevista, o coordenador do módulo afirmou também que cogitaram utilizar as informações sobre a oferta de serviços públicos, disponibilizadas pela Prefeitura. Entretanto, devido à utilização de correspondências territoriais diferentes, não foi possível realizar a análise conjunta das informações da Prefeitura e dos dados do Survey.

Há, no entanto, uma questão mais ampla que consiste na validade da relação entre percepção de problemas nos serviços públicos do bairro e a eficácia coletiva. A medida utilizada não permite afirmar que nos lugares onde não há percepção de problemas nos serviços públicos, ou mesmo onde tais problemas não existam, os benefícios tenham sido alcançados por algum tipo de ação coletiva. Em algumas situações, como na área da saúde, por exemplo, a solução do problema de falta de vagas em hospitais relaciona-se a um contexto de mobilização muito além da vizinhança. Por outro lado, no caso de bairros em áreas centrais ou nobres da cidade, questões relativas à infraestrutura e oferta de serviços não constituem situações problemáticas, não fazendo sentido a avaliação da consecução de benefícios. Reconhecendo esse fato, os pesquisadores responsáveis pela análise das informações realizaram um recorte no banco de dados, incluindo no modelo apresentado anteriormente apenas os casos em que a renda do entrevistado era inferior a três salários mínimos. Portanto, a partir da função definida para o capital social e os laços fracos, os pesquisadores reconhecem que o “argumento teórico aplica-se apenas às populações que necessitam se articular coletivamente para conseguirem benefícios públicos” (PRATES; CARVALHAES; SILVA, 2007, p. 58).

A construção de uma medida de eficácia coletiva mais eficiente deveria aproximar-se, portanto, da análise do processo de solução de problemas reais do bairro. Esse passo é almejado através da pergunta, presente no questionário de 2008, sobre a opinião do entrevistado acerca de quem seria o principal responsável pela solução de problemas do bairro. A qual, no entanto, também se mostrou problemática por conduzir os entrevistados a respostas hipotéticas e não baseadas em problemas reais do bairro. Acreditamos, desse modo, que a construção do indicador de eficácia a partir dessa questão fragiliza o modelo. Isso porque relaciona o capital social e os laços fracos, na verdade, à percepção sobre a qualidade de vida no bairro e não à eficácia coletiva.

Tal limitação se deve às escolhas feitas pelos pesquisadores diante das possibilidades e restrições de uma pesquisa nos moldes do BHSurvey. No caso específico desse indicador, a

limitação do número de questões foi um dos fatores determinantes. Visto a restrição de espaço no questionário para a inserção de questões mais específicas sobre cada um dos elementos necessários para o teste da hipótese, os pesquisadores concentraram suas questões na dimensão de coesão, não contemplada em outros módulos. Como apresentamos no capítulo anterior, entre as questões analisadas não constava a questão *proxy* para medir eficácia coletiva. A inserção da análise de tal questão, referente à percepção de problemas nos serviços públicos, foi necessária em virtude da estratégia de nosso estudo, visto a necessidade que tínhamos nesse momento de nos reportarmos à mesma.

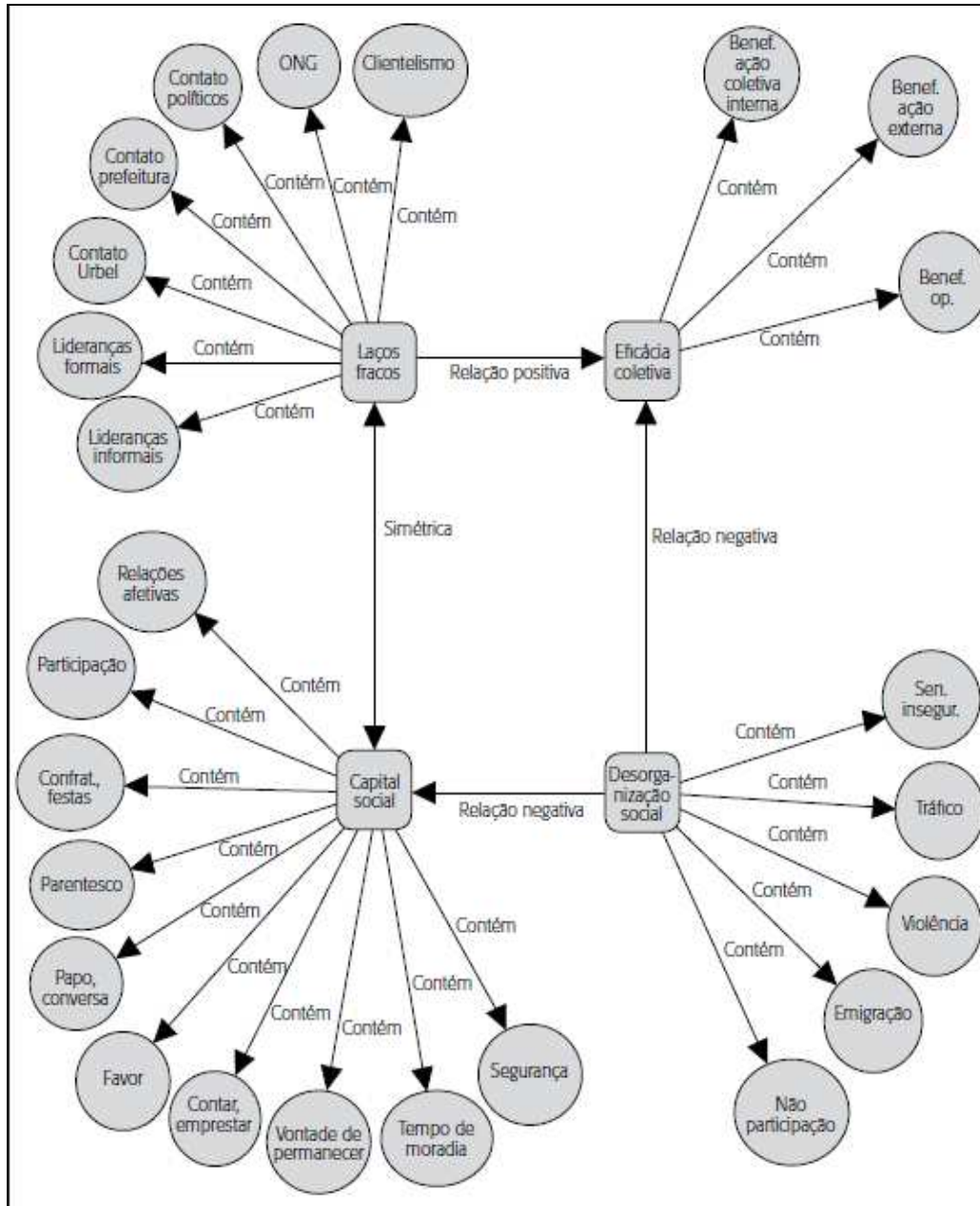
Como mencionado, a fim de superar algumas das fragilidades de mensuração relacionadas à técnica de entrevista estruturada, Prates (2009) empreendeu um estudo qualitativo em três Vilas de Belo Horizonte. Tal estudo partia das mesmas definições e variáveis elencadas para o Survey, ocorrendo duas mudanças principais: a avaliação da eficácia coletiva a partir da observação dos pesquisadores e relatos dos entrevistados sobre a produção de bens coletivos e a inclusão do estudo sobre as lideranças locais. Essas duas alterações se relacionam diretamente às dificuldades expostas acima para a mensuração de eficácia coletiva e laços fracos. O primeiro conceito é explorado através das entrevistas abertas com os moradores dos bairros, os quais informam não apenas a existência de equipamentos públicos, mas o processo de consecução dos mesmos. Desse modo, responde-se ao questionamento anterior sobre a necessidade de averiguar a existência da ação coletiva antes de considerar sua eficácia.

A inserção do estudo sobre o perfil das lideranças comunitárias cumpre o objetivo de refinar a análise dos laços fracos. Segundo Prates (2009), o estudo do tipo de conexão externa realizada pelas lideranças se adéqua melhor à abordagem teórica utilizada, visto que o objetivo é captar os laços fracos da comunidade e não conexões pessoais. Nesse sentido, ao incluir no modelo analítico o tipo de liderança predominante na comunidade, o autor pretende esclarecer o tipo de conexão que a mesma realiza entre a comunidade e seu entorno político-institucional.

A análise qualitativa informa, portanto, novos elementos que expandem a análise dos dados quantitativos obtidos pelo survey. Com o objetivo de representar essa expansão, apresentamos na Figura 2 o modelo analítico construído a partir dos dados da pesquisa qualitativa. Neste modelo além de ganharem destaque as variáveis que compõe os principais indicadores da hipótese estudada, é inserida a dimensão de desorganização social. Tal dimensão, já havia sido mensurada através do BHSurvey, mas não foi incluída na análise

final da pesquisa. Entretanto, segundo Prates (2009), o trabalho de campo confirmou o papel determinante de tal variável para a eficácia coletiva.

Figura 2 – Modelo analítico final sobre o efeito diferencial dos laços fracos e dos laços fortes sobre a eficácia coletiva em comunidades de baixa renda



Fonte: Prates (2009, p. 1143)

Através da representação do modelo evidencia-se que o capital social não produz efeitos diretos sobre a eficácia coletiva, sendo necessário para isso que ele esteja aliado aos laços fracos. A composição desses laços, capazes de produzir eficiência torna-se mais clara em comparação aos dados do survey, esclarecendo a importância de contatos formais com órgãos públicos. O modelo sofre efeito negativo, no entanto, do fator de desorganização

social, que inibe diretamente a eficácia coletiva e indiretamente através do enfraquecimento do capital social da comunidade.

A apresentação dessas considerações sobre o estudo de caso, realizado com base na mesma hipótese testada com as informações do BHSurvey, permite entrever o diferencial nos dados obtidos através dos métodos quantitativos e qualitativos. Ainda que ambos sirvam à corroboração dessa hipótese, o estudo qualitativo supera a principal dificuldade do método de Survey ao conseguir utilizar as comunidades como unidades de análise. O estudo qualitativo permite também maior clareza no entendimento dos fatores que compõem cada um dos fenômenos analisados. Tal discussão, sobre métodos quantitativos e qualitativos, remonta ao contexto histórico de surgimento do BHSurvey e será retomada nas considerações finais, que se dedicam a apontar alguns elementos de síntese das discussões aqui realizadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar é lutar para impor ordem, e ao mesmo tempo abarcar o maior número possível de aspectos. Não devemos parar de pensar demasiado cedo – ou deixaremos de conhecer tudo o que devemos. Não podemos permitir que continue para sempre, ou nós mesmos explodiremos. É esse dilema, creio, que torna a reflexão, nas raras ocasiões em que é mais ou menos bem sucedida, a empresa mais apaixonante de que o ser humano é capaz. (MILLS, 1969, p. 240)¹⁹

Após as intensas análises realizadas nos capítulos precedentes, que visaram elucidar a interação entre o contexto e o conteúdo do estudo sobre capital social no BHSurvey, estas considerações finais visam retomar as questões postas no início deste estudo. Apresentamos, portanto, nossas considerações sobre a coerência entre os dados de capital social construídos pelo BHSurvey e as pretensões teóricas do estudo e as contribuições da análise de contexto e conteúdo para as discussões sobre o estudo do capital social.

A primeira questão, sobre a coerência entre teoria e resultados empíricos, nos remete ao problema da validade interna dos dados. A partir da análise da construção das perguntas e da interação das mesmas com o conteúdo da pesquisa, elencamos dois pontos que contribuem para a avaliação dessa questão. O primeiro deles refere-se à adoção da abordagem teórica que considera o capital social um atributo grupal em oposição à abordagem individualista, relacionada ao estudo de Bourdieu. Para essa abordagem bourdieusiana importa saber a influência da rede de relações de um indivíduo para a consecução de algum tipo de benefício, seja esse coletivo ou pessoal. Entretanto, para a abordagem coletivista, adotada pelos formuladores do módulo de capital social no BHSurvey, importa saber como o capital social possuído por um grupo é capaz de produzir benefícios coletivos.

Compreendemos, portanto, que para o estudo empírico do capital social de acordo com a abordagem coletivista adotada pelo BHSurvey, se faz necessário não apenas definir o grupo que será estudado, mas conformá-lo como a unidade de análise da pesquisa. Isso porque, como afirma Becker (2007), dificilmente se alcançará o perfil de qualquer característica de um grupo sem construir uma amostra representativa do mesmo, seja por procedimentos estatísticos ou por seleções intencionais de atores chaves. A não utilização dessa amostra representativa conduz a pesquisa a basear-se na informação de atores aleatórios para caracterizar todo o grupo analisado, o que pode produzir vieses analíticos. Consideramos que essa foi uma das principais dificuldades enfrentadas pelo estudo de capital social no

¹⁹ MILLS, Charles Wright. A imaginação sociológica 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

BHSurvey. Isso se evidencia, primeiramente, na dificuldade em definir um grupo de referência para as questões sobre capital social. Tal dificuldade indica o aspecto artificial da delimitação de grupo utilizada, ou seja, a sua não correspondência a uma rede de relações reais para o entrevistado. Outro aspecto importante é que para a abordagem interacionista, defendida por Prates, Carvalhaes e Silva (2007), faz pouco sentido o estudo do capital social em nível de Região Metropolitana. Essa amostragem corresponderia, por sua vez, aos interesses da abordagem normativo-associativista, herdeira da tradição de Putnam sobre os estudos culturais. A abordagem interacionista, que, na perspectiva utilizada no BHSurvey, converge as perspectivas de Coleman (1990) e Granovetter (1973), se aproximaria da preocupação com a amostragem de um universo relacional. Tal preocupação é o problema central da análise de redes, baseada também nos estudos de Granovetter.

A segunda questão relacionada à validade interna dos dados, diz respeito à conceituação do capital social a partir de sua função. Como apresentado no capítulo anterior, tal abordagem torna imprescindível a mensuração do que se espera como efeito do capital social para que se possa analisar sua existência. No caso da abordagem teórica adotada, o efeito de eficácia coletiva também remete a necessidade de delimitação do grupo de referência. Desse modo, a pretensão de mensuração do capital social como atributo grupal que promove a eficácia de ações coletivas demanda a definição de um grupo de referência, e a investigação da existência de ações coletivas e da eficácia das mesmas. Tais tarefas, são, como analisamos nos capítulos anteriores, difíceis de serem empreendidas em surveys com amostragem para grandes regiões e com espaço limitado para o aprofundamento das questões.

Nesse sentido, consideramos que apesar da qualidade dos dados produzidos pela pesquisa seu conteúdo final responde de modo incompleto às pretensões teóricas do estudo desenhado pelos formuladores do módulo. Esse fato é reconhecido pela própria coordenação da pesquisa ao realizar um estudo de caso com a finalidade de analisar a mesma hipótese levantada pela pesquisa quantitativa. A adoção da metodologia qualitativa responde, portanto, às necessidades de adoção do grupo como unidade de análise e de levantamento da existência e eficácia das ações coletivas.

Com esse fato adentramos no primeiro dos dois elementos do contexto de construção do BHSurvey que julgamos mais relevantes para a compreensão do estudo do capital social nessa pesquisa. Tal elemento refere-se à relação entre métodos quantitativos e qualitativos, que surge de forma tensa desde a constituição do campo das Ciências Sociais no Brasil e se estende como a principal tensão em torno do desenvolvimento do BHSurvey na UFMG. A leitura de tal contexto permite compreender a importância da inserção da temática do capital

social, bem como dos demais temas estudados no departamento de Ciências Sociais da época, em uma pesquisa tipo survey com a representatividade nacional e internacional da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A participação no BHSurvey tratava-se, como apresentamos anteriormente, da participação em um projeto com vistas à retomada e novo impulso ao perfil quantitativo já existente nas Ciências Sociais da UFMG. Ao mesmo tempo, sua preocupação com a integração institucional do Departamento visava o enfraquecimento das resistências metodológicas, tentando favorecer o intercâmbio entre abordagens quantitativas e qualitativas. Nesse sentido, a inserção da temática do capital social na Pesquisa e posteriormente a realização de um estudo qualitativo com o mesmo objetivo contribuem também para o objetivo político-institucional do survey, ainda que essa não seja a intenção manifesta de seus autores.

O segundo elemento do contexto de construção que salientamos é a adoção da formação metodológica de alunos e professores da Pós-graduação da área de Ciências Sociais como objetivo principal do BHSurvey. À luz desse objetivo muitas das tensões e fragilidades da construção dos dados são reinterpretadas. Afirmamos isso uma vez que, para todas as temáticas pertencentes à Pesquisa, o BHSurvey surgiu como mais uma ferramenta de produção de dados empíricos e não como compondo um desenho de pesquisa próprio. Isso implica em afirmar, com base na percepção dos próprios entrevistados para esta pesquisa, que a participação e o aprendizado metodológico no BHSurvey eram fatores mais essenciais que a própria utilização final dos dados. Ressaltamos que isso não implica em nenhuma forma de negligência na produção da pesquisa, pelo contrário implicava em uma adoção estrita às regras necessárias para garantir a validade e confiabilidade dos dados produzidos. Tal atrelamento ao rigor metodológico é interpretado pelas participantes como uma das principais contribuições acadêmicas da experiência no BHSurvey.

Esses dois elementos, a relação entre métodos quantitativos e qualitativos e o objetivo formativo do Survey, nos permitem afirmar que a dedicação ao contexto da pesquisa compõe uma fonte ímpar de conhecimento sobre as dificuldades envoltas na mensuração do conceito de capital social. Através do contexto apresentado observamos o poder discricionário dos atores para construir sua delimitação do conceito, seus indicadores empíricos, o instrumento de produção de dados e a interpretação dos mesmos. Por meio desse processo vemos, como afirma Schwartzman (1991), que a ciência é feita por homens de carne e osso situados socialmente. Ora o estudo sobre capital social no BHSurvey não trata-se, portanto, da composição fria e indubitável de um banco de dados, mas da construção realizada pelos

coordenadores técnicos, o coordenador do módulo de capital social e os alunos que participaram ativamente dos pré-testes e condução das entrevistas, todos integrantes de uma iniciativa político-institucional de revitalização da metodologia quantitativa nas Ciências Sociais brasileira.

Não se trata, no entanto, da defesa da análise minuciosa de toda prática investigativa antes da utilização de seus dados, mas do reconhecimento de que todas resultam de uma construção socialmente situada. De modo específico para a análise do estudo do capital social no BHSurvey, esta dissertação contribui em certa medida com a organização de seu contexto de construção. Isso porque permite o acesso, em um mesmo material, a toda lógica de desenvolvimento do survey, desde sua inserção histórica, perpassando os resultados dos pré-testes até a análise final dos dados, facilitando o acesso à mesma. Para as demais pesquisas sobre o tema do capital social, a abertura das caixas-pretas aqui realizada contribui ao apontar as limitações que surgem a partir da escolha do método de coleta de dados e as estratégias utilizadas pelos pesquisadores para superá-las.

7 POSFÁCIO: sobre o processo de construção desta pesquisa

a felicidade reside na única certeza que temos: que nossa tarefa é infinita e que ela é marcada pela falta, tanto no começo como em cada uma das chegadas. O fracasso está sempre presente, mas é o fracasso da resposta. O conhecimento é o triunfo da capacidade de questionar. É o vazio em nós, gerado pela interrogação, que nos chama a novas anábases. (ENRIQUEZ, 2001, p. 73)²⁰

A redação deste capítulo não tem o objetivo de criar uma lógica de justificação de nossas escolhas e imperativos do contexto de produção deste estudo. Como mencionado na introdução do trabalho, acreditamos que expressar o caminho por nós percorrido é também fonte de conhecimento acadêmico. Não se trata, no entanto, de uma apresentação da metodologia utilizada no estudo. Isso porque, sendo coerentes com a abordagem teórica aqui utilizada, visamos não apenas discutir os procedimentos técnicos utilizados, mas também trazer luz ao contexto de construção da pesquisa. Esse esforço contribui para pensar a própria limitação de memória e da tendência justificacionista concernente ao discurso de nossos entrevistados. Uma vez que, ao nos expor ao mesmo processo sob o qual submetemos os entrevistados e os documentos analisados, somos igualmente afetados pela dificuldade de destacar processos inconclusos, frustrações, acertos ocasionais e detalhes da construção. Entretanto, é justamente esse passo que visamos acrescentar às análises que constam nesse trabalho. Para isso, partimos desde as razões que envolveram a definição do tema e desenho do estudo até seu processo de redação final. Por se tratar fundamentalmente de um relato da experiência pessoal, abandonamos aqui o uso da primeira pessoa do plural como voz do discurso. A utilização dessa voz, até o momento, visava reconhecer a produção conjunta do conhecimento, que mesmo realizada individualmente nunca se faz sem a presença de muitas outras vozes em seu discurso pretensamente pessoal. A experiência, no entanto, necessita expressar-se na voz que a internalizou, externalizou e objetivou, para utilizar os termos da sociologia do conhecimento, e personificar as outras vozes que foram agentes de socialização.

O interesse pelo tema do capital social foi despertado ainda nos primeiros anos do curso de graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. A indagação feita nesse momento era apenas: porque em alguns lugares as pessoas estão dispostas a ajudar umas as outras e em outros não? Por ter encontrado professores que me apresentaram o capital social como uma possível resposta a essa preocupação e dispostos a indicar bibliografia sobre o assunto,

²⁰ ENRIQUEZ, Eugéne. Instituições, poder e “desconhecimento”. In.: ARAUJO, José N. G. de; CARRETEIRO, Teresa Cristina (org). *Cenários sociais e abordagem clínica*. Belo Horizonte: Fumec, 2001, p. 49 – 74.

avancei no estudo do tema. Ainda no quarto período, construí o desenho do estudo que, após várias adaptações se tornaria meu projeto de iniciação científica, também defendido como trabalho final de conclusão de curso. Como estava inserida em uma pesquisa mais ampla sobre a temática dos Recursos Hídricos, visei conciliar o tema capital social e meio ambiente na definição de meu objeto de estudo. Durante o ano de 2009 dediquei-me à realização desse projeto, que tinha como objetivo analisar o papel do capital social para as ações do Programa de Recuperação Ambiental no córrego Primeiro de Maio, localizado no bairro de mesmo nome em Belo Horizonte.

Esse trabalho, desenvolvido na grande motivação das primeiras descobertas científicas, envolveu a identificação de uma rede de atores envolvidos nas obras do Programa e a aplicação de questionários sobre capital social aos setenta e seis atores identificados. Dediquei-me à elaboração dos questionários, realização de todas as entrevistas, tabulação e análise dos dados. Na formulação do questionário aproximei-me da iniciativa do BHSurvey, sobretudo por minha amizade com uma aluna integrante da equipe de campo do survey. Foi durante a realização das entrevistas, no entanto, que surgiram as indagações que originaram essa dissertação. O trabalho de campo me fazia questionar o tipo de informação que eu estava produzindo através do questionário. Além do sentimento comum de que a realidade é muito maior do que qualquer tipo de pergunta possa captar, fato comum à pesquisa sociológica, passou a desconfortar-me a dificuldade de mensuração do termo confiança. Tal dificuldade tornou-se foco de parte do trabalho final. Entretanto, permanecendo as mesmas inquietações, redigi o projeto de pesquisa sobre esse tema para o concurso de mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Tendo ingressado no mesmo no primeiro semestre de 2011, acreditava que desenvolveria o projeto que me permitiu ingressar na instituição. Entretanto, vi tal crença ser desconstruída brevemente.

Ainda durante o primeiro semestre, com a definição da orientação, fui convidada a repensar meu projeto. O principal argumento para tal foi a falta de consenso em torno da variável confiança como medida de capital social. A vinculação das temáticas, portanto, me conduziria a focalizar meu estudo em uma vertente teórica não correspondente à vertente de enquadramento de meu orientador. Desde o princípio, no entanto, já apontava os dados de capital social e confiança produzidos pelo BHSurvey como meu referencial empírico, fato esse que se sustentou durante as outras três versões do projeto de pesquisa. Reconheço que o abandono da proposta inicial, redigida como um grande insight teórico-metodológico, foi motivo de certa frustração que dificultou o desenho dos demais projetos que se sucederam. Outro fato a ser reconhecido, no entanto, é que após a densa dedicação aos dados do

BHSurvey sobre capital social e confiança, fica claro para mim que também não seria capaz de executar a pesquisa tal como pensada inicialmente.

Imersa ainda no tema do capital social e com orientação na mesma linha, apenas uma coisa permanecia clara durante as redefinições do projeto: eu não faria mais um estudo de caso. Tal convicção foi um dos poucos posicionamentos que defendi convictamente, uma vez que era justamente a crítica à construção das medidas empíricas do conceito de capital social que me levaram a sustentar o estudo do tema. Meu posicionamento era que, devido ao curto espaço de tempo para a realização da pesquisa, eu não conseguiria ao mesmo tempo discutir a medida e testá-la empiricamente, acabaria replicando grande parte das dificuldades. Verdade ou não, foi essa convicção que me levou a desenhar este estudo. A formulação do projeto, no entanto, permaneceu em aberto até as vésperas do exame de qualificação.

Enquanto cursava uma das disciplinas de metodologia do Programa, tive contato com a crítica de Howard Becker sobre a formulação de conceitos e de Hebert Blumer sobre o operacionalismo. A partir de então, passei a sustentar a ideia de que a fragilidade do conceito de capital social e de suas medidas residia em certo operacionalismo, que levava as pesquisas a criar novas medidas do conceito sem dedicar-se seriamente à sua conceitualização. Com essa preocupação, fiz o desenho de um projeto com o objetivo de realizar essa discussão mais ampla do conceito utilizando o BHSurvey como uma exemplificação. Tal intento não se sustentou à medida que fui percebendo que o próprio caráter de imprecisão do conceito de capital social tornava cada iniciativa de pesquisa única frente às demais. Dizer, portanto, da mensuração de capital social no BHSurvey poderia ser uma forma eficiente de apontar dificuldades existentes também em outras iniciativas, como acredito que foi, mas não seria um reflexo das demais iniciativas.

Esse fato foi corroborado pela banca de qualificação, composta pelo responsável pelo módulo de capital social e pela responsável técnica da Pesquisa. Os quais descartaram a possibilidade de testar a validade da medida de capital social do Survey a partir das teorias sobre o tema que constavam em meu projeto, sendo necessário partir da construção conceitual realizada pelo autor do módulo. Sobretudo pelas tensões que uma tentativa em contrário geraria para meu trabalho, admiti essa restrição e passei a pensar em um recorte do projeto que se adequasse a esse fato.

A maior dificuldade para fechar o projeto, no entanto, era como me convencer e convencer ao leitor de que pesquisar uma iniciativa de pesquisa seria um objeto válido para um trabalho sociológico. Na tentativa de formar essa explicação, meu orientador apresentou-me o trabalho de Bruno Latour, o qual fui incorporando paulatinamente ao longo do trabalho.

Na busca por outras referências, a condução do orientador me levou a pensar no paralelo entre a abordagem de Latour e a etnometodologia. Dediquei-me, assim, a retomar meus estudos anteriores sobre essa corrente teórica e a ler novos textos. De modo especial, tomou-me longo tempo de dedicação o texto de Garfinkel sobre os experimentos de Galileu²¹. Inicialmente inclui tal discussão no projeto, mas não estava certa da adequação da mesma aos propósitos do estudo. Não vislumbrando outro caminho no momento, mantive as citações a essa corrente até a redação final do trabalho.

Tais inseguranças e incertezas sobre a essência de meu estudo contribuíam em muito para que ele permanecesse no campo das ideias. Nesse sentido, a etapa que poderia ser denominada de campo da pesquisa começou a se desenvolver meses depois do exame de qualificação, ainda com a dificuldade de delimitar qual era exatamente meu problema de pesquisa. Eu e meu orientador tínhamos clareza, no entanto, que era preciso ouvir os participantes da pesquisa para entender o contexto de desenvolvimento da mesma e levantar todo o material possível. Foi a partir dessas intuições que iniciei meu trabalho de campo entrevistando, primeiramente, o coordenador do módulo de capital social. Muitas foram minhas surpresas ao perceber o quanto a realidade da pesquisa destoava do meu ideal romântico, ainda herança da inspiração da graduação, sobre o interesse em medidas de capital social. Digo isso porque essa temática que para mim era tão cara, foi sendo expressa como mais uma das temáticas de trabalho do pesquisador, sem pretensões de reformulação ou avanço teórico. Acreditava também que a mesma resultava de um esforço coletivo, de uma discussão dentro de um grupo de estudo ou conjunto de pesquisadores, quando, na verdade, surgiu do interesse particular do pesquisador responsável. Diante de um tema de estudo já instável e da instabilidade que tais informações agregavam, foi se tornando ainda mais complicada a definição do desenho da pesquisa, mesmo já estando em andamento.

Essa primeira entrevista, no entanto, despertou a atenção para as particularidades da própria história do BHSurvey, que apontavam a maior valorização do processo metodológico do que de cada estudo temático em si mesmo. O pensar a própria iniciativa do BHSurvey ocupou, então, os passos seguintes da pesquisa, enquanto não era capaz de definir o que fazer sobre o estudo do capital social dentro do survey. A entrevista seguinte, com a idealizadora e coordenadora geral da pesquisa, deixou ainda mais clara a inserção político-institucional do

²¹ GARFINKEL, Harold. An Ethnometodological Study of the Work of Galileo's Inclined Plane Demonstration of the Real Motion of Free Falling Bodies. In.: GARFINKEL, Harold; RAWLS, Anne Warfield (ed.). *Ethnometodology's program: working out Durkheim aphorism*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishing, 2002, p. 263-285.

BHSurvey. Meu orientador e eu fomos percebendo esse ponto como um dos principais elementos de contexto a serem destacados sobre a iniciativa da Pesquisa. Assim, se seguiram as entrevistas com outros professores e alunos participantes do Survey e as coordenadoras técnicas. As entrevistas versavam, principalmente, sobre o contexto de surgimento do Survey e sua dinâmica de funcionamento. Reconheço também que, até a redação do capítulo histórico que consta neste trabalho, não me parecia clara a utilização dos dados que estavam sendo produzidos. Entretanto, mostrava-se extremamente interessante a descoberta do próprio capital social, nos termos bourdieusianos, necessário para a viabilização do BHSurvey. Ou, porque não, pensando no próprio conceito de capital social adotado no survey, como o contato com pessoas influentes foi determinante para o sucesso do empreendimento coletivo. Devo considerar, no entanto, o forte caráter de indução à cooperação, mencionado por todos os entrevistados, os quais viam na figura da coordenação geral um papel imprescindível para o bom desenvolvimento da Pesquisa e superação de suas tensões.

Durante o período de entrevistas e entendimento do processo de construção do BHSurvey, foram surgindo diversas tensões e lacunas referentes à Pesquisa que me levavam a questionar a validade de meu próprio estudo. Por essa razão, interrompi e reiniciei as tentativas de interpretação dos dados diversas vezes, parecendo em alguns momentos quase impossível trilhar algum tipo de análise em terreno tão arenoso. Fazendo uma releitura dessas tensões, percebo que se relacionam a minha dificuldade pessoal e de formação acadêmica em seguir o postulado de Latour sobre estar preparado para ver “Incertezas, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias, [pois] é isso que vemos quando fazemos um flashback das caixas pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente.” (LATOURE, 2000, p.16). Apesar da certa dose de coragem que me levou a pensar em um estudo nesse formato, eu estava, na verdade, preparada para manipular as caixas frias e indubitáveis. Esse preparo se relaciona ao arsenal teórico e metodológico que dispunha desde a graduação, o qual, não diferente do que é ensinado à grande maioria dos alunos da área, servia para que trabalhasse dentro da lógica da justificação e do conteúdo. Havia também uma tendência pessoal ao excesso de sistematicidade e produção de coerência. Esse perfil foi sendo desconstruído durante o curso de mestrado, não somente pelo trabalho na dissertação, mas igualmente pelo olhar crítico que lançava sobre o sistema da Pós-graduação, no qual percebia a ineficiência de tal atrelamento excessivo à sistematicidade.

Quanto à literatura a ser mobilizada para o trabalho, apesar de ter percorrido as sugestões da banca de qualificação, percebia que elas me lançavam a uma discussão epistemológica que me distanciava do foco de meu estudo. Voltei-me, então, para a análise do

material sobre o Survey que havia conseguido com a supervisora de campo da pesquisa já no final do quarto semestre do curso. Era um material riquíssimo, incluindo os pré-testes de todas as edições, inúmeras versões dos questionários, os relatórios das questões cognitivas e alguns outros materiais referentes ao campo de pesquisa. Após um tempo de seleção do material específico sobre o estudo do capital social, iniciei uma análise minuciosa de cada documento. Tal análise incluía a comparação das mínimas mudanças de uma versão do questionário para a outra, tanto de forma como de conteúdo.

Enquanto estava ainda imersa nesse trabalho, consegui entrevistar a coordenadora técnica da pesquisa, com a qual já havia conversado algumas vezes, inclusive na ocasião de minha qualificação, mas ainda não havia conseguido uma entrevista oficial. Nessa oportunidade, ela me informou que nem todas as questões do módulo de capital social poderiam se referir à temática e que nem todas as questões da temática estariam contidas, necessariamente, no módulo intitulado de capital social. Estando já com a análise encaminhada e com poucos meses para a defesa, tal notícia me fez colocar em dúvida a própria existência do meu objeto de pesquisa: haveria mesmo um estudo sobre capital social no BHSurvey, ou apenas questões esparsas sobre a temática? A fim de responder a essa questão que, certamente, ocupou muitas horas de meus dias e travou o prosseguimento da análise, realizei uma nova conversa com o professor responsável pelo módulo de capital social. Nessa ocasião, ele apontou as questões de seu interesse dentro dos questionários das três edições, comentou a construção de algumas delas, além de esclarecer a fundamentação teórica das mesmas. Visto que não me restava muito tempo para novos questionamentos sobre onde se encontrava a investigação de capital social no BHSurvey, tendo assumido como objeto do estudo as questões apontadas nesse momento.

Deveria, portanto, avançar na redação final do trabalho, a qual se desenvolveu em um esforço contínuo. Escolhi começar pela etapa que me parecia mais entusiasmante no momento, a história do BHSurvey, a respeito da qual eu possuía apenas as entrevistas concedidas pelos participantes da Pesquisa. Esse material parecia-me pouco para sustentar os argumentos dos próprios entrevistados sobre o contexto de surgimento do Survey. Foi, então, que me ocorreu a ideia de buscar a literatura sobre a história das Ciências Sociais brasileira, especificamente da UFMG. A utilização dos trabalhos aqui citados mostrou-se muito frutuosa, dando sentido às informações de campo e consistência analítica ao capítulo que a princípio seria apenas uma narrativa sobre o BHSurvey. Entretanto, o principal achado entre esses textos foi o artigo de Simon Schwartzman que, além de apresentar críticas ao sistema acadêmico às quais eu simpatizava pessoalmente, inseria a discussão de Latour no campo das

Ciências Humanas. Tal artigo lançou luz sobre a abordagem latouriana, que permanecia ainda um pouco obscura para mim. Além disso, diante das críticas direcionadas ao autor em minha banca de qualificação, reconheço que a fala de Schwartzman representou como que uma “permissão sociológica” para a utilização da abordagem de Latour.

O segundo capítulo a ser redigido foi, então, a introdução do trabalho a partir da qual definia as linhas de análise que utilizaria no estudo. Mais segura sobre a manutenção da abordagem de Latour, ainda faltava a sustentação para a tentativa de reconstrução do processo de pesquisa, visto que meu trabalho não se tratava de acompanhar o desenvolvimento de um estudo. Percebia, no entanto, que o desenho final do trabalho não carecia de um capítulo teórico, mas minha abordagem ainda carecia de um olhar teórico que a sustentasse. Sobretudo, eu mesma necessitava entender a lógica que havia em apresentar ao mesmo tempo o histórico precedente e a construção do questionário. Tendo trabalhado os quatro semestres do mestrado nas disciplinas de sociologia do Ciclo Básico em Ciências Humanas da FAFICH, estava muito próxima das discussões sobre o processo de socialização, concernente à sociologia do conhecimento. Essa proximidade com a teoria de Peter Berger e Thomas Luckmann me fez considerar a aplicação da mesma ao meu trabalho e, ao reler a obra *A Construção Social da Realidade*, reencontrei a explicação que me pareceu mais coerente para o formato de meu trabalho, o qual trata-se, justamente, de discutir uma construção social.

O avanço na análise da construção do Survey fazia retornar, no entanto, às mesmas inquietações de se estar caminhando em um terreno pouco seguro. Fui percebendo as lacunas das informações que tinha em mãos, incoerências entre posições sobre o mesmo tema e, infelizmente, o tempo não permitiu que voltasse mais vezes aos informantes-chaves. Percebia, entretanto, que a fala dos mesmos se esgotava na repetição de alguns exemplos, na natural tentativa de coerência das ações e na dificuldade de fazer memória de um processo intenso de trabalho ocorrido há cerca de dez anos. Recordando-me de que deveria mesmo lidar com um campo de incoerências decidi prosseguir o trabalho de análise questão a questão com as informações que tinha em mãos. As quais, repito, compunham um denso material que, certamente, poderia ser explorado a partir de outras técnicas ou outras temáticas, sobretudo as dedicadas especificamente à metodologia de survey. A decisão sobre o processo analítico a ser adotado nesse momento, surgiu como uma contribuição, não antes planejada, da abordagem de Latour aliada à explicação sobre as caixas-pretas que havia recebido de meus alunos do curso de Engenharia Elétrica. Desse modo, parecia tornar-se ainda mais coerente a utilização dos conceitos do autor ao longo do trabalho, os quais tornaram-se, de fato, uma ferramenta analítica para o estudo.

Apesar de não ter incluído discussões epistemológicas ou questionado a validade do conhecimento produzido pelo Survey ou da sua própria construção, havia uma tensão constante durante a realização do trabalho. Essa se aproximava da imagem descrita por Berger e Luckmann ao justificar porque não incluíam uma abordagem epistemológica em seu estudo de sociologia do conhecimento, o que para eles seria “o mesmo que procurar empurrar um ônibus em que estamos viajando.” (BERGER; LUCKMANN, 2005, p. 27). Por vezes, parecia estar realizando exatamente esse exercício, viajando e tentando empurrar o BHSurvey. Afirmando ter ‘viajado’ no mesmo, pela necessidade de defesa de sua validade que me surgia como um critério para a credibilidade do meu estudo. Entretanto, assumia o papel de quem empurra o ônibus pela própria natureza do trabalho, que demandava um esforço de deslocamento das ideias pré-estabelecidas e crítica dos conteúdos e processos. Ao identificar essa tensão, já na reta final do trabalho, coube apenas avaliar seus reflexos sobre a análise realizada. O principal deles é, sem dúvida, o tom comedido das críticas à formulação da pesquisa, as quais, no entanto, não deixaram de ser realizadas durante o trabalho. Considero esse reflexo, contudo, como um aspecto positivo para meu estudo, o qual não recaiu em um tom de inquisição ou descrédito da investigação de capital social no BHSurvey, mesmo reconhecendo suas limitações. Igualmente não recaiu em um enaltecimento da iniciativa do Survey, mesmo reconhecendo sua importância.

Aproximando-me da entrega da dissertação, tendo em mãos um material tão diferente do que compunha a monografia de graduação que motivou o ingresso no mestrado, surgem diversos questionamentos sobre o caminho percorrido. Meu ‘eu’ profissional, socializado em uma lógica de valorização da pesquisa empírica, com pretensão a *Hard Science*, sente-se inseguro diante do conhecimento assim produzido, quase em um *Artesanato Intelectual*, utilizando o termo Wright Mills. Sensação própria da assimilação de novas normas referentes a papéis já desempenhados, como se apreende da teoria da socialização de Berger e Luckmann. Entretanto, permanece certa intuição de que o importante esforço de, ao mesmo tempo, empurrar e viajar no ‘ônibus do fazer científico’ foi o elemento seminal de minha trajetória no mestrado. O entendo assim, uma vez que os impasses e questionamentos advindos desse desenho de pesquisa foram os responsáveis pela inclusão de novos elementos em meu papel de socióloga. Papel esse que se tornou, sem dúvida, mais reflexivo e menos produtivista, mais crítico e menos reprodutivista. Considero, ainda, que essa internalização de novos elementos se constitui como uma tarefa infinita. Diante de tal tarefa este trabalho representa apenas uma porta, que ao mesmo tempo a encerra e a apresenta a novas possibilidades de construção.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Estudo de bairros: construindo uma metodologia qualitativa com suporte quantitativo**. In.: Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais, 2007.

ARAÚJO, Cícero; REIS, Bruno P. W. A formação do pós-graduando em ciência política. In: MARTINS, Carlos Benedito. (org) **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005. c.1, p. 51-72.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In.: MICELI, Sergio. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2ed. São Paulo: Sumaré, 2001. v.1. p. 277- 368.

BABBIE, Earl. **The Practice of Social Research**. 10 ed. Belmont, CA: Wadsworth/Thompson Learning, 2004.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí : Editora UNIJUÍ, 2008.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 25ed. Petrópolis: Vozes, 2005

BLUMER, Herbert. Public Opinion and public opinion polling. **American Sociological Review**. 1948, v 13, n 5, p. 542-549.

BOURDIEU, Pierre. (1980) O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. cap.3. p.67-69.

BURT, Ronald S. Structural Holes versus network closures as social capital. In: LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald S. (Ed.). **Social Capital: theory and research**. New York: Aldine de Gruyter, 2001.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations Social Theory**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

COLEMAN, James Samuel. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**. Chicago, v.94, Supplement, p. S95-S120, 1988.

GARFINKEL, Harold; RAWLS, Anne Warfield (ed.). **Ethnometodology's program: working out Durkheim aphorism**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishig, 2002.

GRANOVETTER, Mark S (1985). Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. Tradução: Cristina Yamagami. **RAE-eletrônica**, v. 6, n.1, art9, jan/jul 2009. Título original: Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **The American Journal of Sociology**. Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360 – 1380, may. 1973.

HIGGINS, Silvio Salej. A difícil construção do capital social: Estruturas da ação coletiva numa organização camponesa colombiana. **Latin American Research Review**, 2012, volume 47, number 3, pág. 83-108.

LATOUR, Bruno. (1987) **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed Unesp, 2000.

LESSA, Renato. O ensino das ciências sociais: uma conjectura pessoal. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ – Relume Dumará, 1991.p. 143-160.

MAGGIE, Yvonne. Relação entre a pós-graduação e a graduação em ciências sociais: a discussão de um modelo. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ – Relume Dumará, 1991.p. 129 - 141.

MARTINS, Carlos Benedito. (org) **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005.

NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar,1978

OSTROM, E ; AHN, T.K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociología**, año 65, No. 1, enero-marzo, México D.F, 2003.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Notas sobre o ensino de ciências sociais na universidade Federal de Minas Gerais ontem e hoje. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ – Relume Dumará, 1991. p. 195-214.

PEREIRA, Maria Aparecida Machado. **A entrevista de survey como interação social: atitudes e posição na estrutura social como fatores explicativos da susceptibilidade aos efeitos nas respostas**. 2010. 295f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Curso de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Ciência Política, Belo Horizonte.

PRATES, Antônio Augusto Pereira Prates. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 43(5), p. 1117-1146. set/out 2009.

PRATES, Antônio Augusto Pereira; CARVALHAES, Flávio Alex de Oliveira; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. Capital social e redes sociais: conceitos redundantes ou complementares? In.: AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007, c.1, p. 47-59.

PUTNAM, Robert. (1993) **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

PUTNAM, Robert; GOSS, Kristin A. Introducción. In.: PUTNAM, Robert (ed.). **El declive del capital social: um estudo internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario**. Barcelona: Galaxia Gutemberg, 2003. p. 7-34.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.21, p. 35-49, nov. 2003.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. Alguns dilemas da universidade brasileira e do ensino da sociologia. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ – Relume Dumará, 1991.p. 251-264.

SCHWARTZMAN, Simon. O lugar das Ciências Sociais no Brasil dos anos 90. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ – Relume Dumará, 1991. p. 79-100.

SIMMEL, George. **Conflict and the Web of Group Affiliations**. New York: The Free Press, 1964.

SIMÕES, Solange; PEREIRA, Maria Aparecida Machado. A arte de fazer perguntas: aspectos cognitivos da metodologia de survey e a construção do questionário. In.: AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007, ap.1, p. 241-261

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. In.: MARTINS, Carlos Benedito. (org) **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005. c. 2, p. 73-104.

APÊNDICE A – ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA

Com esta entrevista temos o objetivo de compreender o processo de construção do BHSurvey, a partir do relato de sua experiência como pesquisador. Nosso foco de análise é o módulo de capital social, mas entendemos que questões relacionadas a outros módulos e processos mais amplos de concepção do survey também nos ajudarão a alcançar nossos objetivos. Por isso, gostaria de criar um espaço aberto para que você manifeste todos os detalhes do processo de pesquisa que você se lembrar.

Para iniciar, gostaria de saber algumas informações mais objetivas:

Em que período você trabalhou no BHSurvey?

Esse período inclui quais edições da pesquisa?

Quais foram suas atividades?

Você saberia me dizer quando se iniciou o processo de construção da pesquisa e quem foi seu idealizador ou seus idealizadores?

Quanto a sua participação da pesquisa: Como foi seu primeiro contato com as discussões sobre o BHSurvey?

- Quando?
- Quais suas motivações para participar da pesquisa?
- Quais as atividades nesse período?
- Quem estava envolvido?
- Qual a frequência dos encontros?
- O ideal de comparabilidade estava presente desde o início?

❖ Pensando ainda na preparação para a primeira rodada do Survey.

Gostaria que me contasse um pouco sobre suas lembranças desse momento que antecedeu a primeira coleta de dados.

- Quanto tempo durou esse processo?
- Quais eram as fontes de recursos?
- Os recursos disponíveis se adequavam a pretensão do estudo?
- Como surgiu a ideia da divisão em módulos e como foram definidos?
- Como foram formadas as equipes para cada módulo?
- Como foi definida a coordenação geral? E a coordenação das equipes?

- Em quais atividades você estava envolvido?
- Quem trabalhava diretamente com você?
- Quais eram as atividades dos membros da equipe?
- Quais foram os principais desafios desse período? Como foram superados?

Pensando no questionário de 2002 como primeiro resultado desse processo de preparação, e em especial no módulo de capital social que estudo em minha pesquisa; gostaria de ouvir suas experiências em relação à construção dessas perguntas.

- Qual foi seu papel na construção das questões?
- Quem eram seus interlocutores?
- Como era a dinâmica de trabalho entre vocês? (reuniões, conferências, etc)
- Em quanto tempo vocês construíram a primeira versão do questionário?
- Quais foram as principais dúvidas e dissensos que surgiram entre a equipe? Como foram solucionados?
- Quais os principais desafios e surpresas?

Pensando ainda nesse módulo. Quais suas lembranças relacionadas a etapa de pré-teste do instrumento?

- Quais as principais dificuldades encontradas?
- Alguma questão se sobressaiu como “problemática”?
- Como solucionaram?
- Como foi essa etapa após o pré-teste? (fizeram reuniões?)
- Quem e como foi decidida a versão final do questionário?

Você participou de alguma discussão relacionada à análise dos dados sobre capital social coletados?

- Como os dados foram apresentados a você?
- Esse retorno contribuiu de alguma forma para a formulação da segunda rodada da pesquisa?

Gostaria de comentar mais algum fato relacionado à primeira rodada do BHSurvey?

❖ **Vamos agora conversar sobre as rodadas de 2005 e 2008 do BHSurvey**

Pensando na rodada de 2005, gostaria que me falasse de suas principais lembranças sobre esse processo.

- Quando se iniciaram as discussões para a segunda etapa do Survey?
- Quanto tempo durou?
- A equipe se manteve?
- As fontes de recursos permaneceram as mesmas?
- Como eram as reuniões?
- Quem coordenava o processo?
- Como foi definida a alteração nos módulos?
- Houve alteração nas equipes?
- Com quais atividades você estava envolvido nessa rodada?
- Quais foram as principais dúvidas e dissensos que surgiram entre a equipe? Como foram solucionados?
- Como se desenvolveram as discussões com os outros países?

Pensando agora no módulo de Capital Social da rodada de 2005, gostaria que você comentasse sobre seu processo de construção e suas particularidades em relação à versão anterior.

- Quanto tempo durou sua elaboração?
- A equipe desse módulo se manteve a mesma?
- Quais as principais razões para alteração nas questões?
- Quem definiu as alterações?
- Surgiram problemas para a manutenção da comparabilidade com a rodada anterior?
- Quais os retornos do pré-teste desse instrumento?
- Quais foram as principais dúvidas e dissensos que surgiram entre a equipe? Como foram solucionados?
- Quais os principais desafios e surpresas?

Você participou de alguma discussão relacionada à análise dos dados sobre capital social coletados nessa segunda rodada do Survey?

- Como os dados foram apresentados a você?

- Esse retorno contribuiu de alguma forma para a formulação da terceira rodada da pesquisa?

Pensando agora na rodada de 2008, gostaria que me falasse de suas principais lembranças sobre esse processo.

- Quando se iniciaram as discussões para a segunda etapa do Survey?
- Quanto tempo durou?
- A equipe se manteve?
- As fontes de recursos permaneceram as mesmas?
- Como eram as reuniões?
- Quem coordenava o processo?
- Como foi definida a alteração nos módulos?
- Houve alteração nas equipes?
- Com quais atividades você estava envolvido nessa rodada?
- Nessa rodada também havia comparabilidade internacional? Como se desenvolveu?

Pensando no módulo de Capital Social da rodada de 2008, gostaria que você comentasse sobre seu processo de construção e suas particularidades em relação às duas versões anteriores.

- Quanto tempo durou sua elaboração?
- A equipe desse módulo se manteve a mesma?
- Quais as principais razões para alteração nas questões?
- Quem definiu as alterações?
- Quais os retornos do pré-teste desse instrumento?
- Quais os principais desafios e surpresas?

Você participou de alguma discussão relacionada à análise dos dados sobre capital social coletados nessa segunda rodada do Survey?

- Como os dados foram apresentados a você?

Por fim, gostaria que você avaliasse a experiência do BHSurvey e seus resultados, ressaltando os pontos negativos e positivos da Pesquisa e mencionando sua perspectiva sobre o futuro da Pesquisa (possibilidade de novas rodadas ou utilização dos dados).